

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAMILA FERREIRA ALVES

A “revolução silenciosa”: da tecnocracia à tecno-visão do “Estado apolítico” - a disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo

Maringá
2023

CAMILA FERREIRA ALVES

A “revolução silenciosa”: da tecnocracia à tecno-visão do “Estado apolítico” - a disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade, Práticas Culturais e Pensamento Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meire Mathias.

Maringá

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A474r

Alves, Camila Ferreira

A "revolução silenciosa": da tecnocracia à tecno-visão do "Estado apolítico" : a disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo / Camila Ferreira Alves. -- Maringá, PR, 2023.

130 f.color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Meire Mathias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

1. Movimento Brasil Competitivo. 2. Estado - Aparelhos Hegemônicos. 3. Ciências Sociais - Brasil - Neoliberalismo. I. Mathias, Meire, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 301

Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

CAMILA FERREIRA ALVES

A revolução silenciosa: da tecnocracia à tecno-visão do Estado apolítico – a disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 MEIRE MATHIAS
Data: 22/06/2023 21:21:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Meire Mathias
(Presidente)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 FAGNER CARNIEL
Data: 22/06/2023 20:29:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fagner Carniel
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 RODOLFO SANCHES
Data: 22/06/2023 19:42:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodolfo Sanches
Universidade Estadual de Londrina- UEL

Aprovada em: 22 de junho de 2023

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 da Universidade Estadual de Maringá

*Para nós, os 99%, que, sendo explorados e
oprimidos, possamos acender
coletivamente a chama da revolta ao
percebermos que Estado e economia
política têm tudo a ver com a nossa vida.*

AGRADECIMENTOS

Uma longa jornada se encerra neste momento, em meio a tantos percalços, desafios e aprendizados. Gostaria que o cenário político e econômico fosse mais otimista, especialmente para as oportunidades de trabalho na área de pesquisa em ciências sociais, pois finalmente acredito ter começado a entender um pouco sobre o ofício de pesquisadora nesse campo do conhecimento e adoraria seguir nesta caminhada pelo resto da vida. A dedicação à compreensão do mundo que nos faz e que o fazemos é repleta de dificuldades e angústias, porém é, ao mesmo tempo, fascinante e necessária. Em tempos tão desesperançosos, em que a lógica do lucro e da expropriação se servem do mais íntimo da vida, o desenvolvimento de pesquisas e conhecimento científico crítico são como uma luz no fim do túnel para explicar aquilo que cada vez mais parece inverossímil e irracional, que não pretende qualquer justificativa ou explicação.

Não poderia deixar de mencionar que a realização de quase toda esta pesquisa ocorreu ao longo da pandemia de COVID-19, que vitimou mais de 700 mil brasileiras e brasileiros. A essas 700 mil vidas que perdemos, presto minhas homenagens e registro a revolta contra a negligência, o descaso, o desprezo e o escárnio que foram a marca do não-enfrentamento da pandemia de coronavírus por parte do Governo Federal.

Dito isso, quero agradecer primeiramente a minha orientadora Meire Mathias, sempre presente e solícita para sanar quaisquer dúvidas ou dificuldades no decorrer do processo de pesquisa. Agradeço pelo aprendizado que me proporcionou através de sua experiência como pesquisadora e pelo olhar arguto que inúmeras vezes me trouxe de volta aos problemas centrais de investigação quando eu me perdia por outros rumos e, acima de tudo, por ser tão compreensiva com as dificuldades que enfrentei ao longo deste período e por ter me ajudado a manter a calma, quando tudo parecia perder o chão. Sem seu apoio dificilmente teria chegado até aqui, na conclusão desta pesquisa e na realização de um sonho importante para mim.

Agradeço igualmente aos professores Fagner Carniel e Rodolfo Sanches pelas valorosas contribuições realizadas na banca de qualificação e defesa, pois foram fundamentais para o avanço e conclusão desta pesquisa. Obrigada pela generosidade de compartilhar tantas reflexões pertinentes e tantas referências bibliográficas que ampliaram a minha compreensão sobre o objeto de estudo.

Também quero agradecer a todas e todos os professores do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PGC). Não sou capaz de sintetizar em poucas linhas tudo o que pude aprender ao longo de todos estes anos, mas, com certeza, posso dizer que trilhar este percurso mudou a minha vida, me fez uma pessoa mais

consciente do mundo e do meu lugar no mundo. Em especial, agradeço ao professor Hilton Costa por sempre ter me incentivado a seguir no caminho da pesquisa e pelos inestimáveis conselhos. Guardo todas as palavras e ensinamentos com muito carinho.

Agradeço também toda a equipe da Secretaria Acadêmica do DCS e do PGC pelo zeloso trabalho administrativo e por ser tão prestativa diante das dificuldades e dúvidas cotidianas de nós estudantes e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Agradeço ao meu companheiro de vida dos últimos quase seis anos, Giovani Bernado, por sempre me incentivar a realizar meus sonhos, por ter sido um apoio fundamental ao longo de todo este período, com inúmeras conversas de incentivo diante das muitas vezes que pensei em desistir, e por toda a parceria na lida com a vida cotidiana e suas agruras. Amo você.

Meus agradecimentos à minha mãe, Anisia, meu pai, José, e meu irmão, Marcos, por se preocuparem comigo e com meu bem-estar. Sei que minhas escolhas e decisões lhes parecem sempre incompreensíveis, então agradeço por se fazerem presentes.

Também não posso deixar de agradecer meus companheiros “bichológicos”. À Tom Zé, meu gatinho que se foi tão cedo, ao Jack, um cachorrão tão grande quanto seu amor e carinho, que conheci já no fim de sua vida e também partiu, e aos meus benzininhos, Bin Bin e Manda-Chuva, os gatos mais doces, brincalhões e preguiçosos desse mundo. Agradeço a todos pelo amor e carinho sem medida e por nos fazerem sempre lembrar das coisas que realmente importam na vida.

Não poderia deixar de agradecer às minhas amigas Ellen, Larissa e Amanda, que mesmo distantes geograficamente ou pela correria da vida cotidiana, sempre se fizeram presentes e me deram força e leveza imensas nos momentos mais complicados. Agradeço também ao meu grande amigo e querido primo, João Vitor, que faz questão de sempre me lembrar que eu posso sim(!), quando bate aquela insegurança, e por sempre se empolgar tanto, se interessar e valorizar aquilo que tenho a dizer, sobre a pesquisa e sobre a vida.

Por fim e não menos importante, deixo meus agradecimentos aos meus camaradas e amigos do Movimento Estudantil da época da graduação, pois mesmo que distantes nesse momento, espalhados pelo país, gostaria que soubessem o quanto a experiência de organização e luta coletiva foram únicas em minha vida, o que de mais genuíno já vivi e inigualável a tudo que se pode viver de forma individualizada. Novamente Ellen, Amanda e Larissa, Pedrão, Raniele, José Vitor, Ana Letícia, Flávio, Taiane, João Paulo, Lucas e Matchu, agradeço a vocês,

por me ensinarem o valor do coletivo e da beleza de uma luta pela possibilidade de outro mundo.
Guardo todos no meu coração.

*“Aqui vive um povo que merece mais respeito!
Sabe, belo é o povo como é belo todo amor.
Aqui vive um povo que é mar e que é rio,
E seu destino é um dia se juntar.
O canto mais belo será sempre mais sincero.
Sabe, tudo quanto é belo será sempre de
espantar.
Aqui vive um povo que cultiva a qualidade,
ser mais sábio que quem o quer governar!”*

*A novidade é que o Brasil não é só litoral!
É muito mais, é muito mais que qualquer zona
sul.
Tem gente boa espalhada por esse Brasil,
que vai fazer desse lugar um bom país!
Uma notícia está chegando lá do interior.
Não deu no rádio, no jornal ou na televisão.
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil,
não vai fazer desse lugar um bom país!”*

*(“Notícias do Brasil [Os Pássaros Trazem]”,
Milton Nascimento, 1981)*

*“Vocês querem nos civilizar ao invés de
humanizar
Vocês querem nos robotizar ao invés de
humanizar”*

(“O Amor Está Preso?”, Edgar, 2018)

A “revolução silenciosa”: da tecnocracia à tecno-visão do “Estado apolítico” - a disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo

RESUMO

Esta pesquisa investiga a concepção de Estado na perspectiva do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e examina as formas pelas quais esse Movimento formula, implementa e difunde sua concepção de Estado. A justificativa desta pesquisa é contribuir para o avanço dos estudos sobre o papel do Estado no mundo contemporâneo, particularmente no Brasil. Como hipótese temos que o MBC atua como um aparelho privado de hegemonia e como desdobramento dessa hipótese temos que o conjunto da atuação do MBC é responsável por formular e contribuir para a construção de um consenso mais amplo, o consenso neoliberal. O marco teórico-metodológico estabelecido para esta pesquisa se fundamenta na crítica da economia política, nas discussões sobre neoliberalismo, técnica e tecnologia a partir de ciclos longos. Nesse sentido, contamos com as categorias analíticas desenvolvidas por Antonio Gramsci, sendo elas: Estado integral, sociedade política, sociedade civil, aparelho privado de hegemonia e hegemonia. Também dispomos das discussões sobre imperialismo e capital-imperialismo, bem como das contribuições da teoria crítica a partir de Theodor Adorno, do pós-humanismo de Donna Haraway, das discussões sobre a racionalidade neoliberal com base em Pierre Dardot e Christian Laval e das implicações políticas e sociais do progresso tecnológico a partir de Evgeny Morozov. No primeiro capítulo, buscamos realizar a apresentação do MBC, suas conexões e as origens históricas e estruturais de seus interesses. No segundo capítulo, nosso objetivo foi apresentar a trama na qual se desenrolam as articulações que constituem o MBC enquanto aparelho privado de hegemonia e como o Movimento se consolida como uma força política, em que os projetos desenvolvidos representam diretrizes de ação para incidir politicamente e disputar espaço no Estado e como tais projetos se relacionam com as mudanças em curso no país no período analisado. Por fim, no terceiro capítulo, buscamos compreender como ocorre a atuação do Movimento para difundir uma visão de mundo empresarial, construir o consenso em torno de suas propostas e como elas se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal.

Palavras-chave: Estado; Aparelhos Hegemônicos; Movimento Brasil Competitivo (MBC); Neoliberalismo.

The “silent revolution”: from technocracy to the techno-vision of the “apolitical state” - the dispute for the role of the state from the Movimento Brasil Competitivo

ABSTRACT

This research investigates the conception of the State from the perspective of the Competitive Brazil Movement (MBC) and examines the ways in which this Movement formulates, implements, and disseminates its conception of the State. The justification for this research is to contribute to the advancement of studies on the role of the State in the contemporary world, particularly in Brazil. Our hypothesis is that the MBC functions as a private apparatus of hegemony, and as a result of this hypothesis, we argue that the MBC's actions are responsible for formulating and contributing to the construction of a broader consensus, namely, the neoliberal consensus. The theoretical-methodological framework established for this research is based on the critique of political economy, discussions about neoliberalism, techniques and technology within long cycles. In this regard, we rely on the analytical categories developed by Antonio Gramsci, which include the integral state, political society, civil society, private apparatus of hegemony, and hegemony itself. We also engage in discussions on imperialism and capital-imperialism, drawing on the contributions of critical theory by Theodor Adorno, the posthumanism of Donna Haraway, discussions on neoliberal rationality based on Pierre Dardot and Christian Laval, and the political implications and social aspects of technological progress by Evgeny Morozov. The first chapter aims to introduce the MBC, its connections, and the historical and structural origins of its interests. In the second chapter, our objective is to present the intricate web of articulations that constitute the MBC as a private apparatus of hegemony and demonstrate how the Movement consolidates itself as a political force. We examine the projects developed by the MBC, which serve as action guidelines to exert political influence and claim space within the State. Additionally, we analyze how these projects relate to the ongoing changes in the country during the analyzed period. Finally, in the third chapter, we aim to understand how the Movement disseminates its vision of the business world, constructs consensus around its proposals, and explores its broader implications for the construction of the neoliberal consensus.

Keywords: State; Hegemonic Apparatuses; Competitive Brazil Movement (MBC); Neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Capa da 1ª edição da Revista Brasil+ | 98 |
| Figura 2 – Capa da 2ª edição da Revista Brasil+ | 99 |
| Figura 3 – Capa da 3ª edição da Revista Brasil+ | 100 |
| Figura 4 – Capa da 4ª edição da Revista Brasil+ | 105 |
| Figura 5 – Capa da 5ª edição da Revista Brasil+ | 106 |
| Figura 6 - Capa da 6ª edição da Revista Brasil+ | 107 |
| Figura 7 – Capa da 7ª edição da Revista Brasil+ | 112 |
| Figura 8 – Capa da 8ª edição da Revista Brasil+ | 113 |
| Figura 9 – Capa da 9ª edição da Revista Brasil+ | 114 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2007 | 47 |
| Quadro 2 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2011 | 47 |
| Quadro 3 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2015 | 48 |
| Quadro 4 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2016 | 49 |
| Quadro 5 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2019 | 49 |
| Quadro 6 - Associados do MBC em 2006 | 53 |
| Quadro 7 - Associados do MBC em 2022 | 55 |
| Quadro 8 - Quantidade de Associados Mantenedores (2007, 2011, 2015, 2016, 2019 e 2022) | 56 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABAD | Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados |
| ABDI | Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial |
| ABES | Associação Brasileira das Empresas de Software |
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ADVB | Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil |
| ANAHP | Associação Nacional de Hospitais Privados |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BRASSCOM | Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| CE | Ceará |
| CEEE | Companhia Estadual de Energia Elétrica |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CGDC | Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade |
| CGT | Confederação Geral dos Trabalhadores |
| CIC | Centro para Inovação e Competitividade |
| CIERGS | Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul |
| CLT | Consolidação das Leis de Trabalho |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| COC | Conselho de Competitividade Americano |
| CONAJE | Confederação Nacional dos Jovens Empresários |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DF | Distrito Federal |
| DIEESE | Departamento Inter-Sindical de Estudos Econômicos e Estatística |
| EMPRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EPL | Empresa de Planejamento e Logística |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FCAV | Fundação Carlos Alberto Vanzolini |
| FDC | Fundação Dom Cabral |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FIERGS | Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FNQ | Fundação Nacional da Qualidade |
| FUNDATEC | Fundação de Desenvolvimento Tecnológico |
| GO | Goiás |
| IBQN | Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear |
| IBQP/PR | Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná |
| IDEC | Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor |
| IED | Investimento Estrangeiro Direto |
| IEDI | Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial |

| | |
|----------|--|
| INDG | Instituto de Desenvolvimento Gerencial |
| ISI | Industrialização por Substituição de Importações |
| ITI | <i>Information Technology Industry Council</i> |
| MARE | Ministério da Administração e Reforma do Estado |
| MBC | Movimento Brasil Competitivo |
| MCTI | Ministério da Ciência e Tecnologia |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| MT | Mato Grosso |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ONGs | Organizações Não Governamentais |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PBQP | Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade |
| PE | Pernambuco |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PEQs | Prêmios Estaduais de Qualidade |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PL | Partido Liberal |
| PMGP | Programa Modernizando a Gestão Pública |
| PNBE | Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) |
| PNQ | Prêmio Nacional da Qualidade |
| PPP | Parceria Público-Privada |
| PQPAP | Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública |
| PR | Paraná |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| QPC | Movimentos Estaduais de Qualidade, Produtividade e Competitividade |
| RJ | Rio de Janeiro |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SESAN | Secretaria Nacional de Segurança Alimentar |
| SNAS | Secretaria Nacional de Assistência Social |
| SP | São Paulo |
| UNCTAD | <i>United Nations Conference on Trade and Development</i> |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| WEF | <i>World Economic Forum</i> |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1. CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO | 20 |
| 1.1 Cenário Internacional e Nacional do Surgimento do Movimento Brasil Competitivo: Neoliberalismo e “Reforma Gerencial do Estado” | 21 |
| 1.2 Apontamentos Sobre a Organização Política Empresarial Brasileira nos Anos 1990 | 36 |
| 1.3 As Ideias das Lideranças Empresariais Sobre a Política Industrial Para o Século XXI | 42 |
| 1.4 Criação e Organização do Movimento Brasil Competitivo | 45 |
| 2. ENTRE O GOVERNO EMPRESARIAL E O HOMEM EMPRESARIAL: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (2002-2019) | 59 |
| 2.1 Entre o Avanço do Capital-Imperialismo e o Governo Lula (2003-2010) | 60 |
| 2.2 Os Projetos em Tela: Parte I (2002-2007) | 67 |
| 2.3. Crise à Vista: o Governo Dilma e o Realinhamento das Frações da Classe Dominante | 72 |
| 2.4 Os Projetos em Tela: Parte II (2012-2019) | 74 |
| 2.5 Considerações Sobre a Atuação do MBC | 80 |
| 3. DIFUSÃO DA VISÃO DE MUNDO EMPRESARIAL: AS PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASIL + | 94 |
| 3.1 De Temer a Bolsonaro: o Processo de Crise e a Hegemonia Realizada | 95 |
| 3.2 As Revistas “Brasil +” em Foco | 97 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 122 |
| REFERÊNCIAS | 125 |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática geral de investigação as disputas pelo papel do Estado, levadas a cabo por diversos segmentos de classe, que representam tanto interesses de frações das classes dirigentes e dominantes quanto de frações das classes subalternizadas. Dentro deste amplo campo de pesquisa, o objeto de estudo aqui desenhado consiste em compreender a concepção de Estado na perspectiva do Movimento Brasil Competitivo (MBC), não apenas em sua manifestação discursiva, mas de que maneira o MBC atua concretamente para formular, implementar e difundir essa concepção de Estado.

Deste modo, esta pesquisa tem como justificativa contribuir para o avanço dos estudos sobre o papel do Estado, no mundo contemporâneo, particularmente no Brasil, tendo em vista que essa definição está em constante processo de transformações que se apresentam tanto nas disputas entre diferentes segmentos sociais como também pela construção teórica da compreensão de Estado, ou seja, é construída como resultado da correlação de forças entre as forças em disputa.

Como hipótese de pesquisa temos que o Movimento Brasil Competitivo atua como um aparelho privado de hegemonia, ao se constituir como uma associação empresarial, porém apresentada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que promove os interesses do segmento de classe que representa em diversas frentes de atuação, seja em associação direta com o Estado, seja ao prestar consultorias, promover a mobilização política de empresários e representantes governamentais e difundir sua visão de mundo por meio de eventos, conferências e a publicação de revistas próprias do movimento como forma de construir o consenso que garanta a implementação e a aceitação de suas proposições políticas.

O desdobramento desta hipótese apresenta ainda que o conjunto da atuação do MBC é responsável por formular e contribuir para a construção de um consenso mais amplo, o consenso neoliberal no Estado Brasileiro, ou seja, junto a outros segmentos de classes dominantes, não sem disputas, empenha-se na consolidação e manutenção da hegemonia neoliberal.

O marco teórico-metodológico estabelecido para esta pesquisa se fundamenta na crítica da economia política, nas discussões sobre neoliberalismo, técnica e tecnologia a partir de ciclos longos. Nesse sentido, contamos com as categorias analíticas desenvolvidas por Antonio Gramsci, sendo elas: Estado integral, sociedade política, sociedade civil, aparelho privado de hegemonia e hegemonia. Também dispomos das discussões sobre imperialismo e capital-

imperialismo, bem como das contribuições da teoria crítica a partir de Theodor Adorno, do pós-humanismo de Donna Haraway, das discussões sobre a racionalidade neoliberal com base em Pierre Dardot e Christian Laval e das implicações políticas e sociais do progresso tecnológico a partir de Evgeny Morozov.

A técnica de pesquisa utilizada é documental e, por isso, tal empreitada consistiu na seleção e análise dos relatórios anuais publicados pelo Movimento a partir de 2006. Para o primeiro capítulo, foram selecionados os relatórios anuais de 2007, 2011, 2015, 2016 e 2019 bem como o estatuto do movimento, para compreender a sua estrutura organizativa. A escolha dos relatórios teve como critério a seleção referente ao primeiro ano de cada governo eleito, para acompanhar a possibilidade de mudanças significativas na composição do movimento ou a manutenção de certa estabilidade.

Para o segundo capítulo foram selecionados os relatórios de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2019, o documento Pacto pela Reforma do Estado e o documento Manifesto Brasil Digital. Os relatórios foram selecionados a partir da busca pelas palavras-chave dos principais projetos desenvolvidos pelo movimento, apresentados em linha do tempo no relatório anual de 2017, sendo eles: Rede Cooperação Brasil +; Mobilizar para inovar; Parceria com *World Economic Forum*; Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP); Parceria com o Conselho de Competitividade Americano (COC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC); Reflexão estratégica; Pacto pela Reforma do Estado; Brasil Digital e Mais Gestão. Além destes, também selecionamos o relatório anual de 2019 que traz o projeto para a redução do “Custo Brasil”, uma pauta histórica do segmento industrial brasileiro e que foi destaque no referido relatório.

A respeito do título da dissertação cabe uma breve explicação, a utilização do termo “revolução silenciosa” entre aspas remete à própria compreensão do MBC sobre a sua atuação, apresentada no relatório anual de 2012, nas palavras do Diretor-Presidente do MBC. De acordo com ele, o Brasil passa por uma ‘revolução silenciosa’ na gestão pública e privada, com transformações constantes no interior da estrutura organizativa o Estado, sem causar muitos alardes. A segunda parte, “da tecnocracia à tecnovisão do Estado apolítico” corresponde ao caminho de aprofundamento entre a reforma gerencial implementada nos anos 1990 e o escopo de atuação do MBC ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, no avanço da implementação de valores e princípios privados na organização do Estado, ao ponto de apresentar discursivamente a ideia de um Estado com moldes organizativos típicos das

empresas privadas e supostamente acima das disputas ideológicas, como uma tentativa de ocultamento do caráter político e genuíno do Estado. Por fim, a última parte do título, “A disputa pelo papel do Estado a partir do Movimento Brasil Competitivo”, apresenta a minha compreensão sobre a atuação do MBC, como uma dentre as várias forças políticas em disputa pela definição do papel do Estado.

No primeiro capítulo, buscamos realizar a apresentação do MBC, suas conexões e as origens históricas e estruturais de seus interesses, por isso iniciamos o capítulo com uma breve recapitulação histórica sobre o processo de dependência e subordinação do país ao capital internacional desde a colonização para compreender o sentido pelo qual essa relação se reconstitui sobre novos patamares e formas no contínuo desenvolvimento das relações capitalistas de produção e reprodução da vida social. Na sequência, nos dedicamos à análise das relações econômicas e políticas da década de 1990 no Brasil e ao processo de implementação das reformas neoliberais no Estado Brasileiro, que formam o contexto de internacionalização da economia a partir da liberalização econômica e comercial, na construção de um patamar de competição internacional acirrado, no qual o MBC é criado com o objetivo de defender os interesses dos segmentos empresariais que representa, neste novo contexto. Em seguida, aprofundamos a discussão sobre a competitividade e o chamado “Custo Brasil” no contexto da abertura econômica e apresentamos as principais ideias das lideranças empresariais, desenvolvidas nos anos 1990, sobre o futuro da política industrial para o século XXI. Feito isso, partimos para a apresentação do processo de criação e organização do Movimento Brasil Competitivo, com a identificação dos membros que compõem o Conselho Superior e sua organização estatutária. A partir deste conjunto de análises e reflexões, investigamos como o MBC pode ser compreendido como um aparelho privado de hegemonia, com base nas concepções gramscianas de Estado Integral, sociedade política, sociedade civil e aparelho privado de hegemonia. Depois, apresentamos uma comparação entre os associados do MBC entre 2006 e 2022, para analisar a ocorrência de mudanças significativas na estrutura que constitui seus financiadores e apoiadores. Por fim, retomamos a análise sobre como as reformas neoliberais implementadas no contexto dos anos 1990 constituem uma nova forma de subordinação do país ao capital internacional com o agravamento da dependência financeira.

No segundo capítulo, o objetivo foi apresentar os principais projetos desenvolvidos pelo Movimento entre 2002 e 2019, para compreender seu escopo de atuação, as relações que estabelece com outras forças políticas, como difunde e implementa suas propostas em prol da alteração do papel do Estado. Buscamos apresentar a trama na qual se desenrolam as

articulações que constituem o MBC enquanto aparelho privado de hegemonia e o consolida como uma força política, em que os projetos desenvolvidos representam diretrizes de ação para incidir politicamente e disputar espaço no Estado e como tais projetos se relacionam com as mudanças em curso no país no período analisado. Portanto, na primeira seção analisamos o cenário de transformações políticas e econômicas durante o período de 2003 a 2010, que compreende o primeiro e segundo governos Lula, com destaque para o sentido das políticas implementadas e a movimentação das frações de classe no processo de articulação política neste intervalo de tempo. Na sequência, apresentamos os projetos desenvolvidos pelo MBC entre 2002 e 2007. Depois, partimos para as considerações sobre o período de crise iniciado no primeiro governo Dilma, com o estabelecimento de uma nova conjuntura internacional e o realinhamento das frações de classe no processo de articulação política brasileira. Posteriormente, apresentamos os projetos desenvolvidos entre 2012 e 2019 e na última seção intitulada “Considerações sobre a atuação do MBC” retomamos a discussão sobre imperialismo e capital-imperialismo e seguimos na análise de como se desdobra a atuação do MBC enquanto aparelho privado de hegemonia. Em seguida, adentramos à reflexão sobre os processos de formulação, internacionalização e efetivação do neoliberalismo enquanto programas de reformas inclusos na pauta de diversos partidos políticos. Depois, nos dedicamos à compreensão da racionalidade neoliberal como característica da expansão capitalista atual e partimos para uma breve discussão sobre as empresas de tecnologia e plataformas digitais, muitas delas associadas ao MBC, em sua relação com geopolítica mundial e o capitalismo financeiro e a disseminação de uma ideologia que pretende parecer apolítica, nas relações entre Estado e sociedade. Retomamos, então, as discussões gramscianas sobre liberalismo e intervenção política e analisamos o processo de concretização do MBC enquanto aparelho privado de hegemonia.

Para o terceiro e último capítulo, selecionamos e analisamos o conteúdo das matérias de capa das nove edições da revista *Brasil +*, publicadas semestralmente entre 2016 e 2020, a partir da delimitação de conceitos-chave relacionados aos valores que norteiam o movimento como as noções de público e privado, técnica e tecnologia, neutralidade e ideologias para compreender como ocorre a atuação do Movimento para difundir uma visão de mundo empresarial e construir o consenso em torno de suas propostas e como elas se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal. Com este objetivo, no início do capítulo realizamos uma breve contextualização a respeito do avanço e intensificação das reformas neoliberais nos governos Temer e Bolsonaro, a partir do rompimento institucional que fornece

as bases para o desenvolvimento do cenário de regressão política e econômica. Logo após, apresentamos e analisamos as matérias de capa da revista Brasil +, com base nas contribuições da Teoria Crítica a partir de Theodor Adorno, do pós-humanismo de Donna Haraway, com destaque para a discussão sobre ciência, técnica e tecnologia, e das contribuições gramscianas sobre as disputas políticas ideológicas e a formação das consciências. Por fim, encerramos o capítulo com o avanço na compreensão da disseminação de ideias e produção do consenso pelo MBC a partir do conceito de hegemonia e sua relação com o mundo de produção material da existência.

1. CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

Na medida em que puderem tolher e unificar suas próprias reivindicações, congregando-se em torno de interesses capitalistas internos e externos comuns ou articuláveis, elas puderam silenciar e excluir as outras classes da luta pelo poder estatal, conseguindo condições ideais para amolgar o Estado a seus próprios fins coletivos particularistas.

(Florestan Fernandes)

Neste primeiro capítulo, temos como objetivo apresentar o cenário internacional e nacional que propiciou a criação do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Para isso, consideramos relevante abordar o processo de implementação das reformas neoliberais no Brasil, ao longo dos anos 1990, bem como a organização política dos empresários industriais neste período e a relação estabelecida com o Estado.

A partir da compreensão destes antecedentes, localizamos a criação do MBC, para então, analisarmos a organização e atuação do Movimento. Para tal objetivo, recorreremos às definições e atribuições definidas em seu estatuto, a composição dos Membros do Conselho Superior com base nos anos de 2007, 2011, 2015, 2016 e 2019, escolhidos por representarem o primeiro ano de cada governo do período analisado, nos possibilitando assim ter uma visão ampla sobre o percurso trilhado pelo Movimento. Além disso, comparamos os membros associados em 2006 e 2022, para compreender as possíveis mudanças de representação, associação e orientação estabelecidas ao longo do tempo.

É necessário destacar que a problemática aqui levantada se insere nas discussões sobre as relações entre Estado e sociedade, o que implica reconhecer a existência de diferentes concepções teórico-metodológicas para compreendê-las. Na presente pesquisa, nos inserimos neste debate a partir de uma perspectiva gramsciana de Estado, para a qual uma série de categorias como sociedade política, sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia e hegemonia constituem um escopo analítico que nos permite investigar as disputas em torno da

definição do papel do Estado. Estas categorias se mostram relevantes para a pesquisa aqui delineada, já que nos possibilitam a compreensão das relações de força em movimento que compõem tais disputas, sem desconsiderar a base histórica na qual atuam.

Dito isso, ressaltamos que para além dessa orientação teórico-metodológica geral, para compreendermos os meandros que constituem o papel do Estado defendido pelo MBC, tanto em sua atuação prática quanto em suas formulações teóricas, são necessários a mobilização e o diálogo a partir de outras contribuições teóricas. De tal modo que o referencial gramsciano se estabelece aqui como um ponto de partida e não um ponto de chegada, por isso não esgota e sim orienta a investigação realizada.

1.1 Cenário Internacional e Nacional do Surgimento do Movimento Brasil Competitivo: Neoliberalismo e “Reforma Gerencial do Estado”

O objetivo desta seção é apresentar o panorama histórico internacional e nacional no qual surge o MBC, com o debate sobre a implementação do neoliberalismo através de reformas do Estado voltadas para o mercado bem como do que se convencionou chamar “Reforma Gerencial do Estado”¹, reestruturação que visa levar concepções da administração privada para a esfera pública. A partir dessa compreensão, apresentamos como surgiu o MBC, quem são seus membros, quais são as empresas participantes, como se estruturam, se organizam e como atuam.

Primeiramente, precisamos fazer uma breve digressão sobre a formação histórica do Brasil desde sua origem para captarmos o sentido das transformações que desembocaram na implementação do neoliberalismo em terras brasileiras. Tal recurso se mostra relevante para os nossos propósitos, pois localiza o papel desempenhado pelo país ao longo do tempo na divisão internacional do trabalho bem como as características de sua inserção no cenário econômico internacional.

Com base nas reflexões de Francieli Martins Batista (2018) a respeito da objetivação do capitalismo brasileiro, entendemos a particularidade deste processo. Qualquer análise sobre o

¹ Reforma Gerencial do Estado é aqui entendida como um modelo de Reforma Administrativa implementado nos anos 1990 como parte das reformas orientadas para o mercado que marcaram o período.

período recente do país deve considerar a relação de dependência e subordinação presente desde a colonização, pois esta relação conforma o sentido do desenvolvimento histórico brasileiro².

O trabalho de Batista (2018) nos mostra essa relação fundante de subordinação e dependência nas relações entre colônia e metrópole e que persistem no processo de formação do Estado Nacional, forjado através da conciliação das forças dominantes compostas pela aristocracia agrícola e pela burguesia no processo de independência e na implementação do regime monárquico em 1824, para manter as estruturas que fundamentavam seu poder, garantindo o sentido conservador das transformações políticas e econômicas em disputa nesse período. No qual, vale destacar o caráter autoritário e excludente da direção política com a centralização do poder nas frações dominantes. Seguindo a argumentação da autora, os anos 1930 representam um momento importante de inflexão quanto às bases econômicas desenvolvidas no período, pois corresponde ao processo de ascensão da produção urbano-industrial através da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), em um cenário marcado pela crise da economia cafeeira e do ciclo agroexportador diretamente relacionados à crise de 1929 no plano internacional. Dito isso, o Plano de Metas sob o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) acelera o processo de industrialização no país e o consolida como eixo dinâmico da economia.

Sobre o período apresentado acima nos interessa destacar a associação ao capital externo para a consolidação da industrialização no Brasil. Pois, apesar de não ser uma novidade na história econômica brasileira,

o ponto de inflexão do projeto implantado por JK foi exatamente uma relação mais subordinada ao capital internacional, dada a ausência de medidas que priorizassem ou, de alguma forma, protegessem o capital estatal ou capital nacional frente a potência das empresas estrangeiras (BATISTA, 2018, p. 48).

² A autora se fundamenta nas teses de Marx, Lenin e Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado e nas teses de Florestan Fernandes sobre a dupla articulação para explicar a forma subordinada pela qual os países periféricos se relacionam com os países centrais e a combinação de formas consideradas arcaicas e modernas em seu desenvolvimento. Nas palavras da autora: “De acordo com essa visão, o modo de produção capitalista se desenvolve tardiamente em regiões periféricas, como o Brasil, de modo que, as transformações na periferia acontecem em momentos históricos distintos e com a introdução de forças produtivas em níveis desiguais em relação ao centro do sistema. Na medida em que a periferia está “atrasada” frente ao desenvolvimento dos países hegemônicos será impelida a incorporar determinadas dinâmicas da funcionalidade do sistema capitalista que não são resultados de um desenvolvimento interno, mas determinadas pelo padrão econômico externo. Portanto, diferente do que acontece no centro, as relações capitalistas na periferia não desagregam as relações arcaicas, estas subsistem e são conservadas ao se articularem com os elementos modernizadores. Esta contradição é particular às economias dependentes que forjam um desenvolvimento ajustado à lógica das nações hegemônicas, mas os limites internos, os elementos arcaicos, resultam numa estrutura pouco coordenada e organizada de forma desigual” (BATISTA, 2018, p. 29).

Por esta razão, o período é considerado crucial para a internacionalização da economia brasileira, marcada pela escassez de autonomia e pela subordinação aos interesses dos capitais e países hegemônicos. Este processo se torna mais intenso e profundo, sob novas formas, a partir de 1964 com o início do regime militar, em que se destaca a reestruturação do sistema financeiro, a monopolização bancária e o padrão de financiamento sustentado pelo capital externo³.

Contamos também com a formulação de Virgínia Fontes sobre o capital-imperialismo para entendermos a dinâmica da economia mundial e da luta de classes no processo de intensificação da dependência do Brasil frente ao capital internacional. Tendo como referências centrais as contribuições de dois autores marxistas, sendo eles Lenin e Gramsci, Virgínia Fontes desenvolverá sua hipótese sobre o capital-imperialismo, entendido como a nova configuração do imperialismo, a partir das transformações históricas ocorridas desde o fim da Segunda Guerra Mundial que impulsionam a expansão do capital. Neste sentido, a autora destaca três características formativas do capital-imperialismo:

o predomínio do capital monetário, expressando a **dominação da pura propriedade capitalista** e seu **impulso avassaladoramente expropriador** – resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade. No entanto, aprofundam um traço intrínseco, permanente e devastador do capital, desde seus primórdios: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social (FONTES, 2010, p. 146, grifo nosso).

Se no início do século XX o imperialismo apresentava-se de forma monopolista guiado pelo capital financeiro, este formado pela fusão de capital bancário e industrial, no período pós-Segunda Guerra Mundial, a autora identifica uma “união íntima” entre capitais provenientes de qualquer origem, o que representa uma mudança qualitativa nas formas de acumulação do capital, que está para além da propriedade imediata dos meios diretos de produção e se aproxima do que Marx denominava capital sob pura forma monetária. Estas transformações culminam na

³ De acordo com a autora: “...as linhas centrais da política econômica da ditadura possibilitaram a conversão dos eixos estruturantes do projeto de desenvolvimento brasileiro para uma perspectiva ainda mais dependente. Essa nova dependência teve como um dos pilares fundamentais a reestruturação do sistema financeiro, a monopolização bancária e o padrão de financiamento estabelecido a partir do capital externo. Aqui observamos a hegemonia do capital monopolista e a atuação da fração financeira no interior do rearranjo que estabeleceu no Bloco Histórico Burguês. O discurso realizado na época dava indícios de que estas políticas seriam conectores decisivos para o crescimento do país. No entanto, a trajetória da economia brasileira após o “milagre” evidenciou que o êxito quantitativo foi dos índices da dívida externa e da perda significativa de autonomia do Estado frente às intempéries do mercado internacional. Esse cenário tornou-se mais elucidativo com o aprofundamento da crise do capitalismo a partir da metade da década de 1970 e a sucessiva crise desencadeada no país” (BATISTA, 2018, p. 71).

formação de conglomerados multinacionais, em constante expansão, originados em países específicos, mas com abertura para a participação societária de capitais estrangeiros, com a implementação de subsidiárias em outros países (FONTES, 2010). Assim, não só o mercado, mas também a produção atinge níveis mundiais, o que leva “a um salto organizativo, a formas de gerenciamento ampliadas e resultando em enorme lucratividade” (FONTES, 2010, p. 157).

Uma das consequências da formação do capital-imperialismo para a configuração da luta de classes é constituída pelas desigualdades salariais, contratuais e de direitos trabalhistas entre os trabalhadores dos países-sede e das subsidiárias espalhadas pelo mundo, em que estes últimos estão submetidos a condições mais precárias e com menor remuneração, mesmo que seja para exercer as mesmas funções que os trabalhadores dos países-sede. Esta configuração gera uma hierarquia na dominação entre os trabalhadores a partir de sua origem nacional. No entanto, a reivindicação de direitos trabalhistas é contornada pela difusão da ideia de “atraso” dos países periféricos que precisam “se modernizar” para alcançar tal padrão de garantias.

Dessa maneira, deslocava-se o problema real, o da produção crescente de desigualdades no plano internacional, das quais dependiam em parte os próprios direitos conquistados nos países imperialistas, para os trabalhadores dos demais países, definidos como despreparados, deseducados e ineficazes, econômica e politicamente (FONTES, 2010, p. 166).

Além deste novo patamar de organização da produção e da crescente expansão do mercado para níveis mundiais, constroem-se novas formas organizativas a partir da educação de novos quadros políticos, técnicos e ideológicos. O Grupo Banco Mundial é uma das mais importantes instituições com esse objetivo, formando profissionais comprometidos com sua agenda tanto em países centrais quanto nos países em que o Banco Mundial atua, para a elaboração e execução de políticas que lhes interessam. (FONTES, 2010). Tal formação permite uma atuação por dentro dos novos Estados periféricos “a partir de seus próprios intelectuais, que passavam a atuar internamente de maneira afinada com a lógica e a dinâmica do grande capital no plano internacional” (FONTES, 2010, p. 171-172).

Este caráter educativo não se restringe aos intelectuais, quadros técnicos e políticos dos setores dirigentes, pelo contrário, se generaliza para o conjunto da população subalternizada com o objetivo de forjar pessoas que se adequem às novas formas de produção e de sociabilidade difundidas e requeridas pelo capital-imperialismo.

Outra característica do capital-imperialismo indispensável para a compreensão do nosso objeto de estudo é o caráter dependente da formação de burguesias mercantil, industrial e até bancária nos países secundarizados. Segundo Virgínia Fontes:

Não se trata apenas de uma imposição de um centro unívoco para uma periferia disforme, mas de efeitos da própria socialização do processo de produção em escala internacional. Gestam-se assim movimentos originados em países secundários, resultantes dos estímulos promovidos pela exportação de capitais e das possibilidades contraditórias que encerrava. Ainda que o crescimento de multinacionais associadas a capitais autóctones (porém dependentes) tenha estimulado toda a série de subserviências, o crescimento de burguesias locais não se limitou à expressão das burguesias compradoras. Acopladas ao processo internacional de concentração sob a égide do capital monetário (repito, fusão pornográfica de todos os tipos de capital), algumas burguesias secundárias, com apoio estatal, impulsionam na atualidade processos de internacionalização de capitais a partir de suas próprias bases locais, mesmo incorporando significativa presença de capitais forâneos (FONTES, 2010, p. 206).

Quando olhamos para a realidade brasileira através do prisma do capital-imperialismo e o processo histórico que o forma, conseguimos delinear as razões pelas quais se constituem aqui burguesias brasileiras em vez de burguesias nacionais. Dentre as muitas contradições que formam tais burguesias, devemos considerar o passado de colonização ao qual o país foi submetido e que ainda hoje apresenta traços fundamentais que marcam a sociedade brasileira e atuação destes segmentos dominantes, com formas persistentes de racismo (FONTES, 2010).

Esta conformação histórica estabelece condições para que os setores econômicos aqui originados sejam desiguais e se subordinem ao capital-imperialismo, de forma dependente, porém não significa que não sejam marcados por contradições que os coloquem em uma situação ambivalente: “com enorme crescimento da produção de commodities adequadas à posição subalterna, ao lado do estímulo e da expansão de empresas transnacionais, procurando aproximar-se da ponta dominante do capital-imperialismo” (FONTES, 2010, p. 312). Contudo, o que se destaca é que em ambas as situações permanece sua condição de dependência e a necessidade de adequar-se aos imperativos do capital-imperialismo e dinâmicas por ele comandadas para manter a dominação em nível nacional.

É neste sentido que, segundo Batista (2018), as políticas implementadas durante a Ditadura Militar no Brasil devem ser compreendidas dentro da dinâmica de reestruturação do sistema capitalista como um todo, com a intensificação da internacionalização do capital após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a formação de um mercado financeiro integrado em escala mundial e o impulsionamento das finanças privadas em meio a crise de acumulação capitalista dos anos 1970, que tem como marco o fim do Acordo de *Bretton Woods* e a adoção de taxas de câmbio flutuantes pelos Estados Unidos e demais países hegemônicos. Diante de um cenário de crescente liberalização e crescente relevância das finanças na dinâmica da

economia mundial, a tentativa de maior controle sobre os capitais poderia significar a perda da competitividade das economias no mercado internacional⁴.

Este conjunto de transformações resultam em uma nova inflexão na acumulação do capital com o domínio do capital financeiro frente ao capital produtivo, que passa a dinamizar a reprodução do capital em todas as outras esferas da economia. No contexto brasileiro, ainda durante o regime militar, a presença do capital externo se expande no setor produtivo por meio de aquisições e fusões realizadas pelas multinacionais aqui instaladas, especialmente no setor de bens duráveis, gerando uma crescente desnacionalização deste setor. Soma-se a isso a reestruturação do sistema financeiro brasileiro, com a priorização dos empréstimos externos frente aos investimentos diretos, o que denota uma mudança fundamental no padrão de financiamento empreendido no país, centralizado no endividamento externo⁵.

O contexto do endividamento externo foi um ponto central para as transformações que se sucederam a esse período, pois para garantir o pagamento da dívida externa, o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigia como contrapartida a adoção das diretrizes de liberalização da economia. A adoção dessas medidas não aconteceu de forma imediata, porém ao longo dos anos 1980 observamos um período de disputas entre as frações das classes dominantes acerca de dois diferentes projetos para o país, o neoliberal e o desenvolvimentista, que culminaram nos anos 1990 na implementação da agenda neoliberal, como veremos mais adiante (BATISTA, 2018).

A apresentação desta recapitulação sobre a histórica dependência e subordinação do país ao capital internacional nos é significativa, pois demonstra como ao longo do tempo, no desenrolar da luta de classes, as disputas entre classes e intraclasses e as consequentes

⁴ “Embora as resoluções para crise e a reestruturação do sistema capitalista tenham ganhado contornos mais nítidos a partir de 1980, ressaltamos que esse processo já fora forjado no período anterior, sobretudo no que tange à esfera financeira. O rompimento com o Sistema Monetário Internacional acordado em Bretton Woods impulsionou substantivamente a expansão de operações financeiras e proporcionou maior importância destes agentes para acumulação de capital. Certamente, não é possível atestar uma predominância da lógica financeira sob o conjunto da economia tal qual conhecemos hoje. Contudo, as transformações decorridas neste momento engendraram uma importante base para se consubstanciar, posteriormente, um padrão de acumulação com dominância financeira fomentada pela desregulamentação e liberalização econômica” (BATISTA, 2018, p. 85).

⁵ “A articulação ao capital internacional congregado no bojo do regime autocrático consolidou um padrão de financiamento relativamente diferente ao estabelecimento até então. A reestruturação do sistema financeiro nacional foi conjugada pela ampla abertura às finanças internacionais e às multinacionais instaladas internamente. Isto é, a reforma posta em marcha pelo regime militar, concedeu as multinacionais a integração direta ao capital financeiro internacional. O elemento-chave dessa mudança foi o deslocamento da entrada de recursos externos por meio de IED pela tomada de empréstimos junto ao capital estrangeiro. Nestes termos, o financiamento da economia nacional passou alinhar às exigências ao aumento da rentabilidade através das cadeias de criação de valor financeiro resultando em um recuo das bases produtivas nacionais. Embora a retórica oficial do governo militar advogasse que tomadas de recursos internacionais eram fundamentais para a expansão da produção do Brasil, a dinâmica de endividamento externo pouco contribuiu para esse desenvolvimento, uma vez que grande parcela destes capitais ficava circunscrito à esfera financeira” (BATISTA, 2018, p. 136-137).

transformações resultantes destes processos foram responsáveis por moldar as novas faces do capitalismo e caminharam no sentido de reconstituir a relação de dependência sobre novos patamares e formas.

Desse modo, a crise da dívida externa, a recessão econômica dos anos 1980 e os limites do padrão de financiamento implementado durante a ditadura militar abriram caminho para a transição do Brasil ao neoliberalismo, já que o fulcro central da dependência econômica se movimentou dos setores tecnológico e industrial para o financeiro. Nesse bojo, a imposição de medidas econômicas liberalizantes restringiu a autonomia nacional mais uma vez sob nova configuração, em que o processo de subordinação do país ao capital financeiro passou a operar sobre bases neoliberais, o que implicou em sérias consequências para a condução da política econômica do país diante da reafirmação da posição de dependência frente ao capital internacional (BATISTA, 2018).

No entanto, segundo Virgínia Fontes (2010) a condição de dependência aprofundada a partir da década de 1990, também contou com o aumento da concentração de capitais com base no território brasileiro através do crescimento de Investimento Estrangeiro Direto (IED) propiciado pelas privatizações, fusões e aquisições de empresas, com a associação dependente de capitais brasileiros aos capitais estrangeiros, com destaque para a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do governo de Fernando Henrique Cardoso no amplo processo de privatização das empresas públicas (FONTES, 2010). Tal constatação demonstra o caráter complexo da configuração econômica brasileira neste período, pois ao mesmo tempo em que se aprofunda a dependência do capital financeiro por meio de empréstimos e financiamento externo, também conta com uma nova participação de Investimento Estrangeiro Direto (IED) propiciado pelas privatizações e liberalização da economia. Além disso, a desnacionalização do setor produtivo brasileiro também é marca deste período:

Analisando dados das 500 maiores empresas privadas em atuação no Brasil, Sarti e Laplane concluem ter ocorrido uma profunda desnacionalização do setor produtivo brasileiro, uma vez que tais IDEs destinaram-se, sobretudo à aquisição de empresas já aqui instaladas, em especial no período das privatizações (FONTES, 2010, p. 330).

Este processo assinala uma complexificação da estrutura produtiva brasileira, marcada por um lado pela manutenção do histórico papel de grande exportador de produtos primários e produtos com uso intensivo de recursos naturais destinados aos países desenvolvidos e por outro pela exportação de produtos especializados com maior nível de pesquisa e desenvolvimento

para os países da América do Sul (FONTES, 2010). Sobre essa complexidade, nos diz Virgínia Fontes:

a expansão capital-imperialista brasileira, tanto para dentro quanto para fora do país, não elimina nem reduz a clássica dependência diante de capitais estrangeiros, mas altera a escala da inserção subordinada, o espaço de reprodução dos capitais aqui sediados e carrega novas exigências políticas internas. A permanência de uma plataforma subalterna de exportação de capitais convive com alguns setores e empresas altamente competitivos em âmbito internacional (FONTES, 2010, p. 362-363).

Apesar desta competitividade de alguns setores e empresas brasileiras em nível internacional, destacamos que estas empresas ainda são pequenas quando comparadas ao conjunto das multinacionais gigantes dos países desenvolvidos e por isso não representam grande expressão no conjunto da economia mundial (FONTES, 2010).

No que tange a difusão do neoliberalismo pelo mundo, contamos com a contribuição de David Harvey (2014). De acordo com o autor, em linhas gerais, a partir dos anos 1980 ocorreram transformações políticas e econômicas em nível mundial em que se generalizaram e destacaram características como a expansão dos conglomerados, a financialização de tudo e a reconfiguração das relações de classe.

Neste contexto, Harvey (2014) também nos chama a atenção para a criação dos bancos de ideias que exercem influência política diante do Estado e são organizados e financiados por corporações, responsáveis pela criação de argumentos em diversos campos do saber – técnico, filosófico, político – para garantir sustentação ampla de políticas pró-mercado. Assim, outro importante fator que compõe o neoliberalismo, para o autor, se refere a incorporação dos valores neoliberais ao “senso comum” da população trabalhadora.

Em concordância com estas mudanças, a partir dos anos 1990 a atuação e organização do Estado Brasileiro passa por reconfigurações que já estavam ocorrendo em países centrais desde os anos 1980, com o objetivo de trazer para o setor estatal, práticas e princípios típicos do ambiente empresarial, com temas relacionados a eficiência, produtividade e qualidade, conforme nos mostra Anderson Tavares (2018).

Eli Diniz (2004) ao analisar o período dos anos 1990 no Brasil traz significativas contribuições para entendermos as reformas econômicas implementadas neste ciclo e a organização das elites empresariais neste contexto. Um ponto central destacado pela autora, que guia sua análise, é a ênfase na dimensão política em contraposição a um automatismo do mercado adotado por visões deterministas e reducionistas.

Ao fazer isto, a autora não desconsidera a dimensão econômica, visível na transnacionalização da produção e do comércio mundial bem como da expansão dos fluxos financeiros internacionais. Mas, a partir desta perspectiva, traz luz para as novas relações de poder resultantes das articulações entre atores externos e internos em redes transnacionais.

Quando direciona seu olhar analítico para os países latino-americanos, Diniz (2004) destaca o definhamento da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) na segunda metade dos anos 1980 como um marco para o desenvolvimento de um novo simbolismo, em que a tríade composta por estatismo, nacionalismo e desenvolvimentismo cada vez mais perdem espaço para os princípios de integração externa, internacionalização e abertura econômica, valores alinhados e representativos da difusão de uma agenda neoliberal em consonância com a defesa da supremacia do mercado em oposição à ineficiência do Estado, preconizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Visto desta forma, a autora ressalta a importância de focalizarmos nossas interpretações para a dinâmica de forças dessas novas relações de poder, em que não podemos considerar apenas o imperativo externo com a imposição de uma agenda única nem desconsiderar os requisitos para inserção no sistema internacional, ao olharmos de forma unilateral para os fatores internos (DINIZ, 2004). Essa compreensão reflete uma visão não determinista que nos permite ponderar sobre as possibilidades alternativas de ação diante deste novo cenário internacional, ou seja, nos leva para o âmbito das decisões políticas, que por sua vez resultam da capacidade de organização e articulação política dos atores envolvidos.

Nesta mesma direção, porém com fundamento em outra perspectiva teórico-metodológica, Álvaro Bianchi (2007) reflete sobre a organização e a ação empresarial a partir de um debate travado com duas vertentes da sociologia política, que segundo o autor também produzem visões deterministas. A saber, o individualismo metodológico e a análise sociológica das classes sociais⁶. Segundo Bianchi (2007), o problema destas duas correntes consiste em ignorar as configurações particulares no que se refere às diferenças sociais, potenciais políticos e organizativos e considerar os capitais particulares idênticos entre si, dissolvidos sob sua forma geral. Por essa razão, não conseguem captar que “só é possível falar de interesses do capital concretos e determinados historicamente por uma relação de forças sociais” (BIANCHI, 2007, p. 122).

⁶ Para conhecer mais sobre como o autor desenvolve este debate, consultar: BIANCHI, Álvaro. EMPRESÁRIOS E AÇÃO COLETIVA: NOTAS PARA UM ENFOQUE RELACIONAL DO ASSOCIATIVISMO. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], n. 28, jun. 2007. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/12860>>. Acesso em: 16 maio 2022.

Ou seja, é preciso compreender o movimento da história e dos conflitos sociais para entender a ação coletiva do empresariado, pois esta sempre ocorre em meio a uma determinada configuração de relação de forças. Para o autor as relações de forças podem ser objetivas, político-ideológicas e estratégicas. As primeiras dizem respeito à função e posição ocupada na produção pelas diferentes frações de capital e o conjunto delas diante do trabalho. As segundas correspondem às diferentes relações políticas e ideológicas que cruzam as frações de classe. As últimas referem-se aos conflitos desenrolados na busca pelo poder político (BIANCHI, 2007).

A partir das diferentes articulações e configurações dessas forças é que se constituem arranjos históricos específicos nos quais se desenvolvem e atuam as associações empresariais. Por isso, para compreendê-las é preciso adotar esta abordagem relacional, centrada nos conflitos sociais.

Esta reflexão nos permite localizar a organização política empresarial brasileira em meio às reformas neoliberais dos anos 1990, em que busca desenvolver seus projetos de forma a se articular sob a hegemonia do capital internacional e financeiro, ou seja, em um contexto de relação de forças desfavorável para seus interesses centrais. Por isso, devemos considerar, segundo Bianchi, que:

A viabilidade de tais projetos não depende da argúcia de seus portadores e sim da existência de relações de forças sociais apropriadas para tal. As formas de associação do capital não são o resultado de uma tendência espontânea à identificação de interesses comuns e sim o produto destas relações de forças sociais que motivariam a agregação de interesses antes dispersos e, até mesmo, conflitantes, bem como da capacidade de liderança de certos intelectuais (BIANCHI, 2007, p. 126).

Ao considerar esta relação de forças, em que tanto o capital nacional quanto o Estado nacional dos países periféricos, como o Brasil, encontram-se em posição de desvantagem em relação às grandes potências, em um cenário marcado pelo aumento desta desigualdade, no período em tela, Diniz (2004) nos chama a atenção para as “comunidades epistêmicas” formadas a partir da aliança entre tecnocratas nacionais e estrangeiros, respaldados pelo prestígio internacional e que constituem-se também como fontes de poder, com maior capacidade de persuasão e propagação dos paradigmas de análise por eles defendidos.

Segundo a autora, o paradigma que corresponde à hegemonia da ideologia neoliberal é o tecnocrático, em que a eficiência governamental é definida pelo “processo de concentração, centralização e fechamento do processo decisório” (DINIZ, 2004, p. 26) e a eficácia de gestão é representada pelo “insulamento burocrático, implicando basicamente a capacidade de o Estado isolar-se das pressões políticas e sociais” (DINIZ, 2004, p. 26).

Para Danilo Martuscelli (2013), as eleições de 1989 foram decisivas para a transição ao capitalismo neoliberal no Brasil, já que desde os anos 1980 ocorre uma ofensiva por parte do capital financeiro internacional sobre os países dependentes. Nesse contexto, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tiveram papel fundamental na gestão da crise da dívida pública, atuando como cobradores dessas dívidas e passando a desempenhar “uma espécie de serviço de proteção ao crédito oferecido pelas grandes potências imperialistas aos países dependentes, a ameaçar de punição os maus pagadores e a exigir, como contrapartida da negociação das dívidas, a adoção das contrarreformas neoliberais” (MARTUSCELLI, 2013, p. 28).

De acordo com o autor, “a adesão à política estatal neoliberal foi atravessada por *hesitações e resistências seletivas* a determinados eixos fundamentais” (MARTUSCELLI, 2013, p. 87, grifo do autor). Isso pode ser compreendido ao analisarmos a correlação de forças entre as diferentes frações de classe em disputa pelo poder político nesse período. Segundo Martuscelli (2013), no início dos anos 1980, a burguesia financeira internacional estava em linha política ascendente e empenhada na aplicação completa da política neoliberal enquanto a burguesia interna estava em um processo político descendente. Nas palavras do autor:

A burguesia interna opunha-se à abertura econômica, indiscriminada, às mercadorias (comercial) e ao capital estrangeiro (financeira), daí advindo o discurso anunciado, repetidas vezes, em defesa da “abertura gradual” – o que indica, simultaneamente, adesão e resistência à política de abertura econômica (MARTUSCELLI, 2013, p. 88).

Seguindo o desdobramento da implementação do capitalismo neoliberal no Brasil, outro ponto decisivo apontado pelo autor para a consolidação do neoliberalismo no país foi a concretização do Plano Real, pois “suas diretrizes centrais estavam alinhadas ao tripé macroeconômico neoliberal: abertura econômica, privatização de empresas e serviços, e supressão ou redução de direitos sociais” (MARTUSCELLI, 2013, p. 140). Assim, as eleições de 1994, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram cruciais para consolidar o poder neoliberal iniciado durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e superar a instabilidade gerada pelas disputas hegemônicas entre as frações de classe no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (MARTUSCELLI, 2013).

Nesse sentido, dentro do marco histórico da relação dependente e subordinada do país ao capital internacional, a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) representa os esforços para a inserção brasileira no novo ciclo de acumulação do capital liderado pela fração financeira em nível mundial. Assim como Martuscelli (2013), Anderson Deo (2011) também destaca a criação do Plano Real, ainda sob o Governo Itamar Franco, mas capitaneado pelo então Ministro

da Fazenda Fernando Henrique Cardoso como um ponto central para este cenário de transição.⁷ No entanto, aponta ainda outros fatores relevantes para o processo em curso, já que a partir da criação da nova moeda, o real, a política de juros altos e os incentivos às exportações constituem os mecanismos referenciais de atração de capitais externos para a economia brasileira.

De acordo com Deo (2011), uma importante consideração sobre os programas políticos levados a cabo nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso refere-se a justificativa teórica fornecida pelas teses desenvolvidas pelo presidente enquanto sociólogo na década de 1970, pois apresenta a formulação da dependência enquanto fator insuperável da estrutura histórica brasileira. De forma que não sendo possível superá-la, segundo esta visão, seria preciso se adequar aos ditames de cada ciclo de acumulação do capital no processo de internacionalização para garantir as possibilidades de expansão econômica do país, bem como garantir a aliança entre os setores conservadores e modernos em torno de uma inserção dependente e subordinada ao capital financeiro internacional.

É de acordo com essa perspectiva que, conforme dito por Diniz (2004), os argumentos neoliberais afirmam que o cerne da crise do Estado é fruto da “hipertrofia” estatal e do excesso de gastos públicos, então para superá-la seria preciso “enxugar” a máquina burocrática e reduzir a capacidade de intervenção do Estado, como veremos mais adiante, argumentos defendidos pelo MBC ao longo de toda sua trajetória.

Ainda de acordo com a autora, a reforma implementada inicialmente por Collor foi responsável pela dispensa de 360 mil servidores públicos, com um amplo programa de ajuste fiscal e corte de gastos. No que tange à reforma administrativa houve uma desestruturação do aparato burocrático, um aumento da centralização administrativa com dois superministérios: 1) Economia, Fazenda e Planejamento e 2) Infraestrutura, responsáveis pelo insulamento burocrático das decisões. Houve também a extinção do Conselho de Política Industrial.

Diniz (2004) também corrobora o que foi apresentado por Martuscelli. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) houve um aprofundamento das reformas iniciadas

⁷ De acordo com Anderson Deo: “Podemos dizer que, no Brasil, este é o momento de inflexão no interior do bloco burguês. É a partir da criação de uma nova moeda, bem como dos mecanismos de funcionamento do Plano Real, que os agentes financeiros – internos e externos – passam a atuar como determinantes na condução da economia brasileira. A conjugação remonetização/regulação/administração da dívida pública constituir-se-á na ferramenta de poder das equipes econômicas comandadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda. A apreciação (âncora) cambial implementada por Gustavo Franco se caracterizou como o “grande negócio do século” para os capitais financeiros internacionais, e também para aquelas frações da burguesia financeira brasileira que eram representadas pela burocracia do Banco Central. O mecanismo funcionaria da seguinte forma: à medida em que há uma apreciação do Real, o dólar se torna um ativo escasso no mercado interno. Sendo assim, cria-se a justificativa para o aumento contínuo da taxa de juros como forma de atrair dólares para o país. Novos bancos de investimento vão surgir como responsáveis pelo “comando” do movimento de atração de dólares.” (DEO, 2011, p. 118-119)

com Collor, em que as decisões estratégicas ficaram centralizadas no Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, ocorreu uma continuidade na abordagem tecnocrática de gerenciar a economia, com expansão dos poderes de legislar do Executivo, através do uso excessivo e rotineiro de medidas provisórias e das relações clientelistas estabelecidas entre Executivo e Legislativo.

Com base neste cenário de transformações, tendo em vista a série de reformas neoliberais implementadas, nos voltamos agora para a compreensão da “Reforma Gerencial do Estado” desenvolvida também neste período, como parte da reforma administrativa.

Ao falar sobre a Reforma do Estado na Nova República, Diniz (2004) destaca a reforma administrativa como um dos componentes de uma agenda mais ampla de reformas, na qual, além de razões técnicas e financeiras, está imbricada a dimensão política. Nas palavras da autora:

Com o governo Collor (fevereiro de 1990 a setembro de 1992), observa-se uma drástica redefinição da agenda pública de acordo com as diretrizes neoliberais, que se tornaram hegemônicas nos anos 1980, acompanhando o avanço do processo de globalização (DINIZ, 2004, p. 48).

No entanto, é no governo de FHC que é criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) comandado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, com a pretensão de redefinir o modelo implementado por Getúlio Vargas, ao substituir um suposto “modelo racional-legal weberiano” pelo modelo gerencial (DINIZ, 2004).

O objetivo dessa reforma que ficou conhecida como Reforma Gerencial e teve início em 1995 durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi levar para o setor público, valores e práticas que são oriundos das empresas privadas, como a “eficiência” e a “competitividade”.

Tal mudança na orientação da administração pública está em consonância com os pressupostos neoliberais implementados neste período e tem consequências diretas na modelagem do papel do Estado, uma vez que o predomínio destes valores e práticas alteraram a orientação das políticas e da própria estruturação dos serviços públicos segundo a lógica empresarial.

Desse modo, tanto a relação entre os servidores públicos e destes com o Estado quanto a relação daqueles que fazem uso dos serviços públicos são guiadas pela concorrência,

meritocracia e redução de custos, em vez de priorizar a estabilidade e o investimento público para a redução das desigualdades e busca por justiça social com base em princípios coletivos.

De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009), responsável pela iniciativa da Reforma no Brasil, o país foi o primeiro dos “países em desenvolvimento” a começar a reforma e a iniciou antes da França, Alemanha e Japão, tendo a iniciado menos de 10 anos após a Grã-Bretanha realiza-la.

Esta afirmação tende a ser interpretada como a adoção de medidas mais “avançadas” e “modernas”, para a administração pública em concordância com as transformações ocorridas, principalmente, em Estados considerados desenvolvidos e modernos. Fato que demonstra o alinhamento desta perspectiva com a visão de mundo que defende, em nível ideológico, que o caminho para o desenvolvimento dos países periféricos passa pela adoção incondicional dos pressupostos que regem a circulação de mercadorias e capitais em nível mundial, em busca da construção do consenso neoliberal.

Conforme dito por Diniz (2004), o plano diretor da Reforma do Estado foi elaborado de forma autônoma pelo Executivo no MARE, ou seja, sem diálogo com os outros poderes e sem debate com a sociedade, de forma centralizada e isolada. Foi aprovada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de Junho de 1998 e se restringiu à crise fiscal e a necessidade de austeridade orçamentária, apesar de Bresser Pereira ressaltar características “inovadoras” e “modernizadoras”. Nas palavras da autora:

Em síntese, se, nas palavras do ministro em trabalho divulgado em 1997, ‘a curto prazo, a reforma do Estado objetiva reduzir a dimensão do Estado e permitir o ajuste fiscal’, este, de acordo com as informações disponíveis, já não era o problema central quando a reforma foi submetida à consideração dos parlamentares (DINIZ, 2004, p. 53).

Ou seja, através dos cortes de gastos e dispensa de servidores públicos já realizados no Governo Collor e no Governo FHC, o principal objetivo apresentado pela proposta de Reforma já tinha sido implementado. Além disso, há um reducionismo nessa visão, ao restringir a explicação dos problemas do Estado brasileiro com base no tamanho da burocracia (DINIZ, 2004). Também não alterou a assimetria de poderes entre Executivo e Legislativo, já que no período FHC analisado foram aprovadas 18 medidas provisórias que promoviam alterações na estrutura administrativa. Assim, conforme a autora:

A implantação de um padrão gerencial, com base em mudanças de técnicas e procedimentos, não elimina a possibilidade de persistência ou mesmo do reforço do

intercâmbio clientelista no relacionamento do Executivo com a estrutura parlamentar-partidária (DINIZ, 2004, p. 56).

No que se refere à articulação Estado-sociedade, de acordo com Diniz (2004) houve a eliminação dos espaços de interesses no interior do aparato burocrático, com desmonte do arcabouço institucional corporativo instaurado por Vargas nos anos 1930, que vale lembrar era formado por uma estrutura bipartite de articulação entre empresários e Estado, diferentemente de uma estrutura tripartite implementado no corporativismo liberal europeu que incluía a participação de trabalhadores nas negociações.

Ainda sobre esse processo em curso nos anos 1990 que visa instaurar o consenso de base neoliberal, temos o lançamento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) “pelo Decreto nº 99.675, de 7 de novembro de 1990 (revogado pelo Decreto de 20 de abril de 1993), os temas “qualidade” e “produtividade” passaram a fazer parte da agenda nacional”, conforme nos demonstra Waldir Algarte Fernandes (2011, p. 95). Esse programa visava aumentar a competitividade da indústria nacional, em que qualidade e produtividade começaram a significar “uma nova filosofia de gestão empresarial, capaz de conduzir todos os segmentos da empresa a uma postura pró-qualidade e produtividade, através de um compromisso de dirigentes e empregados, em todas as fases do processo produtivo” (FERNANDES, 2011, p. 94).

A competitividade da indústria nacional, então, passou a ser defendida como um diferencial a ser atingido, através da redução dos custos de produção a partir de diversas frentes como a redução de impostos para o setor, menor custo com logística, redução dos direitos trabalhistas e dos salários, incorporação de novas tecnologias e formas de gestão para que as empresas brasileiras, no novo contexto de abertura econômica em curso no período, tivessem alguma chance de competir com as empresas estrangeiras internamente e no exterior.

Como desdobramento do PBQP “foi criado o Prêmio Nacional de Qualidade, em 1991, organizado pela Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), atualmente Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)” (TAVARES, 2018, p. 39).

Ainda de acordo com Tavares, o PNQ:

seguiu o modelo norte-americano do Prêmio Malcolm Baldrige que foi instituído pela *American Society for Quality*, criado em 1987, durante o governo de Ronald Reagan. Portanto, o PNQ significou a adoção do modelo norte-americano de premiação voltado para estimular as empresas privadas a se adequarem a certos padrões produtivos identificados como de “qualidade” (TAVARES, 2018, p. 39).

Vale destacar também a criação do Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública (PQPAP), em 1997, com base no desenvolvimento do PBQP e voltado para a administração pública, que significou “a expansão para o setor público do modelo de premiação importado pelo empresariado, dos EUA” (TAVARES, 2018, p. 40).

Como veremos mais adiante o surgimento do Movimento Brasil Competitivo está intimamente relacionado a essas transformações ocorridas nos anos 1990. De acordo com Fernandes (2011, p. 113) “O PBQP cumpriu a sua missão, encerrando suas atividades que passaram a ser exercidas pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC).” Deste modo, o MBC apresenta como principal finalidade “viabilizar projetos que visam ao aumento da competitividade das organizações privadas e públicas brasileiras” (FERNANDES, 2011, p. 94).

1.2 Apontamentos Sobre a Organização Política Empresarial Brasileira nos Anos 1990

Sobre a organização do empresariado brasileiro em uma perspectiva histórica, Diniz (2004) nos mostra que durante as diversas fases da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), a atuação política deste setor foi marcada por uma visão particularista, voltada para a maximização dos ganhos imediatos e com grande dificuldade de conceber uma visão de longo alcance e de conjunto, incapaz de aglutinar interesses de outras frações de classe e que concebia os direitos sociais, as demandas populares como um aumento dos custos empresariais, expressos no aumento do chamado “Custo Brasil”⁸.

Para pensarmos a organização política empresarial, no contexto das reformas neoliberais implementadas no Governo Collor e primeiro Governo FHC, é preciso considerar que através da abertura comercial e liberalização dos fluxos financeiros, o setor empresarial passou por um processo de reestruturação, em que setores inteiros foram desnacionalizados ou desativados e que grandes empresas brasileiras passaram por um processo de fusão, associação ou foram adquiridas por grupos estrangeiros (DINIZ, 2004).

A autora nos mostra que entre 1991 e 1997, 96% das empresas brasileiras do setor eletroeletrônico, 82% do setor de alimentos e 74% das indústrias de autopeças foram adquiridas por empresas estrangeiras. Esta reestruturação impactou não somente nas relações produtivas das indústrias, mas também no esvaziamento das lideranças empresariais formadas no antigo

⁸ O “Custo Brasil” e suas implicações serão debatidos de forma mais detida na próxima seção deste capítulo.

modelo bem como na crescente influência dos grupos transnacionais e no aprofundamento da centralização e concentração de capitais (DINIZ, 2004).

Neste contexto, outros empresários ganharam espaço no cenário nacional com as privatizações das empresas estatais e passaram a ter uma postura alinhada às reformas neoliberais, com forte articulação junto ao capital internacional. Nas palavras de Diniz:

Essa postura é explicitada em documento publicado pela FIESP em 1990 – Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno -, atingindo um ponto crítico durante a revisão constitucional de 1993/94, quando as elites empresariais mobilizavam-se intensamente, criando a Ação Empresarial, sob a liderança de Jorge Gerdau Johampeter, do Grupo Gerdau, com o objetivo de exercer influência sobre o Congresso na defesa dos postulados liberais. No governo Fernando Henrique Cardoso, a CNI, sob a direção de Fernando Gonçalves Bezerra, industrial e senador pelo Rio Grande do Norte, e a Fiesp, sob a liderança de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante à proposta de realização das reformas estruturais (DINIZ, 2004, p. 94).

Segundo Diniz (2004) vale destacar que em acordo com os principais estudos sobre a organização política do empresariado brasileiro, observa-se uma incapacidade enquanto ator coletivo, mesmo que alguns setores possuam uma força relativa, há a ausência de uma organização multisetorial e a já mencionada dificuldade em formular plataformas amplas, com a inclusão dos interesses de outros setores, especialmente no que tange aos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Martuscelli, em meados dos anos 1990 as políticas neoliberais começaram a enfrentar um processo de desgaste no âmbito internacional, especialmente pelo seu caráter excludente, à lógica antinacional marcada pela desindustrialização e especulação financeira, às crises cambiais e financeiras desencadeadas por esse modelo e aos processos de resistência a esse conjunto de políticas (MARTUSCELLI, 2013).

O relativo consenso em torno das medidas pró-mercado foi quebrado no fim dos anos 1990 e pode-se observar distintas posturas entre as diferentes entidades que representam os interesses empresariais. Enquanto a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) reforça a defesa da agenda neoliberal, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) por exemplo, adotam uma postura mais independente e de crítica, sobretudo, à abertura comercial indiscriminada e à ausência de uma política industrial para o país (DINIZ, 2004).

Assim, conforme Diniz, em 1998 um dos eixos do debate público estava centrado nas disputas entre duas visões distintas, a do desenvolvimento e a da estabilização. A primeira estava comprometida com uma maior atuação do Estado com incentivos aos setores produtivos

e na regulamentação e fiscalização da concorrência com o capital estrangeiro e na defesa de uma política industrial. Enquanto a segunda via as propostas da primeira como uma ameaça à estabilidade e defendiam a prioridade da austeridade fiscal, as privatizações, o livre mercado e o estímulo à entrada de capitais estrangeiros no país (DINIZ, 2004).

Observa-se, deste modo, que não houve uma reação uniforme a este processo de reestruturação, pois o que se demonstrou foi uma heterogeneidade e fragmentação na defesa dos interesses empresariais. Fatores que contribuíram para a formação deste cenário podem ser entendidos a partir da compreensão de que os principais atores do capitalismo neoliberal globalizado são os bancos, fundos de pensão e fundos especulativos, ou seja, a hegemonia é do capital financeiro, enquanto os industriais brasileiros nos anos 1990 observaram uma queda no peso da indústria na economia nacional em comparação com o setor agrícola e de serviços (DINIZ, 2004).

De acordo com Francisco César Pinto da Fonseca (2005), as instituições internacionais e as organizações empresariais nacionais apresentaram diferentes posicionamentos quanto à agenda ultraliberal.

A exemplo deste processo temos que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que compõe o Banco Mundial, apresentou ampla defesa das reformas orientadas para o mercado e exerceu pressão política e econômica para as privatizações, liberalização das finanças, abertura econômica e redução do papel social do Estado nos países periféricos (FONSECA, 2005). Enquanto a *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)* e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentaram caminhos alternativos para a ampliação do comércio mundial.

A *UNCTAD* defendeu um papel mais ativo dos Estados nacionais e entidades multilaterais no controle de mercados financeiros, no estímulo a investimentos produtivos e de longo prazo, na abertura comercial de países centrais e fez críticas às políticas desenvolvimentistas. Já a CEPAL defendeu a autonomia na formulação de políticas econômicas, a integração entre economias e povos latino-americanos com o fortalecimento de seu desenvolvimento produtivo e tecnológico, defendia um papel ativo para o Estado na proteção de setores do capital nacional em prol do desenvolvimento nacional, da equidade social e da integração entre os países (FONSECA, 2005).

Entre as organizações empresariais nacionais analisadas pelo autor, temos a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que defendeu parte significativa da agenda ultraliberal, com privatizações e enxugamento do Estado, mas com a pretensão de proteger a

indústria nacional. Defendeu também a articulação com o capital estrangeiro e adotou um discurso liberal contraditório, em que apelava ao livre-mercado, porém na prática apoiava as Câmaras Setoriais para controle dos preços (FONSECA, 2005).

O autor analisou também o posicionamento do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI) que apoiou a liberalização e a desregulamentação da economia e defendeu o fortalecimento do setor privado nacional em associação com o capital estrangeiro. Sobre o papel do Estado, o IEDI defendia a maximização da competição em todos os campos da atividade econômica com a intervenção do Estado compatível com mecanismos de mercado. Assim, na visão do Instituto, o Estado deveria planejar e induzir o desenvolvimento e não participar diretamente dele. Para isso deveria ser reconfigurado, através das reformas fiscal, administrativa e monetária e realizar o financiamento e incentivo aos setores estratégicos com base em um projeto nacional pautado na política industrial de competitividade. Nesse sentido, fazem críticas ao Governo Collor (FONSECA, 2005).

Por fim, temos as posições defendidas pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que entre as organizações analisadas, é a que mais apresentou preocupações no que se refere à justiça social, democratização das esferas decisórias e assimetria internacional. Por isso, avaliava de forma crítica o paradigma “tecnológico e globalizante” e defendia uma abertura seletiva e gradual da economia, com priorização das agendas regionais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da soberania e equidade social para um projeto nacional, com estímulos às atividades produtivas. Porém, se distanciava de um pensamento nacionalista, com a defesa de investimento de capital estrangeiro. Sobre o papel do Estado diziam que este deveria atuar como um disponibilizador dos mecanismos de decisão, regulação e controle social. Apresentavam também a defesa das políticas de renda e emprego e a garantia de uma renda mínima. (FONSECA, 2005).

A partir destas considerações, contamos com reflexões de Eli Diniz e Luiz Carlos Bresser-Pereira (2007) sobre a experiência neoliberal no Brasil nos anos 1990, em que podemos observar a hegemonia do setor financeiro e, diante dela, a construção do consenso dos empresários brasileiros em torno de uma redefinição do papel do Estado na implementação deste novo modelo econômico. Assim como demonstrado por Martuscelli, este cenário foi marcado por grandes divergências quanto aos aspectos relacionados à forma e ao ritmo da implementação de políticas como a privatização e a liberalização comercial. Nas palavras dos autores:

Os empresários industriais, ao mesmo tempo em que apoiavam publicamente as reformas e a política macroeconômica, defendiam algum grau de protecionismo, a utilização de subsídios, a concessão de tratamento especial a determinados setores, bem como a participação dos empresários no processo decisório. Esses seriam pontos sistematicamente enfatizados nas declarações das lideranças empresariais. Isto se explicava porque a combinação de abertura comercial com apreciação da taxa de câmbio resultava em forte desindustrialização e desnacionalização. Enquanto os empresários do setor financeiro, comercial, do agro-negócio e da construção apoiavam as políticas do Consenso de Washington, os empresários industriais mantinham, embora de forma pouco estruturada, restrições ao que estava ocorrendo (DINIZ; BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 8-9).

Conforme demonstra Meire Mathias (2011), sobre a mudança no cenário internacional após o fim da Guerra Fria, as velhas ideias liberais ressurgiram trazendo a visão clássica e monetarista dos problemas econômicos e ao mesmo tempo difundiu-se que a economia de mercado estaria pautada na horizontalidade da interdependência econômica. Era preciso, então, que os Estados realizassem a abertura comercial para competir em igualdade de condições. Porém, os países desenvolvidos mantiveram barreiras tarifárias e não-tarifárias e restringiram a exportação de tecnologia, mostrando o caráter ideológico dos pressupostos de livre-mercado.

Assim como Diniz, porém olhando para a América Latina, Mathias (2011) afirma que nos anos 1990, a inserção das empresas transnacionais nas economias latino-americanas ocorreu de forma veloz, tal qual a redução das empresas estatais, impulsionadas pela “disseminação das ideias formuladas nas *Business Management Schools* em favor da liberalização da economia, sobretudo financeira” (MATHIAS, 2011, p. 59). Neste contexto, ocorreu uma alteração na concepção do modelo de desenvolvimento nacional e do papel do Estado na formulação das políticas internas e externas em que as disputas oscilavam entre uma perspectiva crítica e preocupada com o esgotamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e aqueles que defendiam os postulados da dita globalização a partir do incremento da capacidade de competição das empresas.

Para a autora, também é fundamental entendermos que a implementação do neoliberalismo não se restringiu à substituição de um modelo econômico por outro, mas sim esteve diretamente relacionado a questões mais amplas como a crise do capitalismo nos anos 1980 e o agravamento da dívida externa dos países latino-americanos sob pressões dos credores internacionais (MATHIAS, 2011).

Também cabe destacarmos o debate sobre a competitividade e o “Custo Brasil” no contexto da abertura econômica. Com base nas reflexões de Meire Mathias (2011) sobre a inserção dos países na economia globalizada, no contexto dos anos 1990, houve uma alteração no funcionamento da ordem internacional em que as condições para tal inserção poderiam

favorecer o aumento do poder econômico ou do prestígio, mas não necessariamente do poder político. Pois, a elevada interdependência na política mundial gerava assimetrias entre os Estados e as empresas de diferentes países.

Neste contexto, ao abordar as escolhas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no período entre os Governos Collor e FHC no que tange à política de desenvolvimento e inserção internacional do país, Mathias (2011) afirma que esse processo de mudanças seguiu a tradição da classe dominante brasileira na implementação da modernização conservadora, com papel ativo e autoritário. Também cabe destacar que nos anos 1990 a CNI deixou de corresponder a uma visão consensual da indústria, pois neste período formou-se uma estrutura híbrida e multipolar na expressão das demandas políticas empresariais, porém seguiu como representante de um grupo mais restrito de organizações empresariais (MATHIAS, 2011).

Para a CNI passavam a ser preponderantes as estratégias que culminavam em melhores índices de competitividade da indústria brasileira e que promovessem a sua integração na economia mundial nos novos moldes estabelecidos pela globalização, em acordo com as reformas para o mercado. Um dos principais fatores limitantes para a competitividade identificados pela Confederação era o Custo Brasil, composto pelo custo do transporte, dos tributos em cascata, juros elevados, normas trabalhistas e encargos sociais que dificultariam a comercialização e as exportações diante da concorrência internacional, marcada por um padrão tecnológico superior. Também preocupava a CNI os crescentes investimentos diretos provenientes das empresas transnacionais (MATHIAS, 2011).

As estratégias da CNI diante deste cenário se voltaram para o desenvolvimento de novas competências na tecnologia e na educação com o objetivo de incrementar a produtividade e formar mão de obra qualificada para as novas exigências deste padrão de produção. Também defenderam desoneração das exportações, melhores condições de financiamento, de acesso à negócios e tecnologias e a criação de algumas proteções diante da abertura comercial para garantir uma inserção competitiva no mercado internacional, com a ampliação da exportação dos produtos brasileiros (MATHIAS, 2011).

Sobre o Custo Brasil também cabe destacar que a infra-estrutura de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário assim como o saneamento e a energia elétrica estiveram entre as principais pautas da Confederação não apenas pela necessidade de investimentos, manutenção e expansão que visavam sua melhoria, mas inclusive pela recuperação do investimento por parte do setor privado, nacional ou estrangeiro. Assim, desde que garantida a

rentabilidade, os investimentos deveriam ser realizados pelo setor privado através de concessões ou Parceria Público-Privada (PPP) (MATHIAS, 2011).

No que se refere ao modelo de desenvolvimento, para a CNI, o Estado continuava a ser um ator necessário no encaminhamento das reformas pretendidas como na questão da infraestrutura, porém o papel do Estado deveria ser alterado, para encerrar o ciclo desenvolvimentista e caminhar em direção ao capital internacional, visto como o rumo da modernização capitalista, através da definição do mercado como o principal agente da economia em que o setor privado passava a assumir o papel de gerenciamento econômico (MATHIAS, 2011).

1.3 As Ideias das Lideranças Empresariais Sobre a Política Industrial Para o Século XXI

Ao pensar a indústria brasileira inserida no mundo globalizado e ao prospectar os desafios para o início do século XXI, diversas lideranças empresariais fizeram seu diagnóstico das restrições e possibilidades para a política industrial, em publicação organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e publicada em 1999.

Jorge Gerdau Johannpeter (1999), empresário brasileiro, diretor presidente do grupo Gerdau e fundador do MBC, destacou a necessidade de inserção do Brasil na competitividade global a partir de uma visão estratégica que contemplasse a mudança na gestão de recursos humanos como foco para o gerenciamento da qualidade total em todos os processos. Também defendeu a importância de desenvolver na sociedade e no governo a percepção de que a competitividade não seria um problema só da empresa e que havia certos limites para as indústrias nacionais, então seria preciso recorrer às alianças internacionais. No aspecto da capacitação chamava a atenção para o domínio tecnológico e científico e para a flexibilidade diante das mudanças de cenários.

Ao defender uma política industrial para o país, Claudio R. Frischtak (1999), economista, consultor do Banco Mundial e Presidente da *World Invest*, fez uma crítica à visão liberal que defendia um Estado “mínimo”, sem intervenções no mercado ao mesmo tempo que questionava um modelo de Estado empreendedor, assistencialista, já que na visão do autor quanto “maior” o Estado mais ineficaz ele é, em que a crise fiscal expressaria a perda da capacidade de governar. No entanto, de acordo com o autor, havia um neo-ativismo a favor da política industrial responsável por defender uma postura menos passiva do Estado, com a

abertura de mercados globais para as empresas nacionais e com a articulação entre pequenas e médias empresas alinhadas aos centros de produção de conhecimento tecnológico, sem que houvesse por parte do Estado proteção generalizada e transferência aberta de recursos. Na visão do autor, não caberia mais ao Estado ser um motor do desenvolvimento industrial e que em breve o Estado já não mais estaria apto a propor projetos de desenvolvimento nem construir um consenso nacional com base na mobilização da sociedade em torno de objetivos comuns.

Wilson Peres (1999), chefe da Unidade de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), identificava a derrocada da política industrial tradicional na América Latina nos anos 1980 como fruto das mudanças ideológicas ocorridas no período, em que o setor privado passou a ser entendido como o principal agente de desenvolvimento e não mais o Estado como ocorria anteriormente. Desse modo, as políticas industriais não obtiveram sucesso no novo contexto marcado pela revolução tecnológica e pela abertura comercial. Assim, o ressurgimento das políticas de competitividade industrial ocorreu sob novas perspectivas. No que se refere ao Brasil, as políticas dominantes eram de cunho horizontal, que não privilegiavam determinados setores.

Sobre o papel do Estado neste cenário, segundo Wilson Peres (1999), notava-se que no início dos anos 1990 ainda predominava a noção de que as políticas deveriam apenas melhorar o funcionamento dos mercados, como a defesa da livre concorrência. Mas, na segunda metade dos anos 1990 ganhou importância as políticas orientadas para aspectos como estímulo às exportações, desenvolvimento tecnológico e de recursos humanos e a modernização de pequenas empresas como estratégias para alcançar competitividade no mercado global. Ou seja, esta mudança de perspectiva do papel do Estado se diferenciava tanto das políticas estritamente liberalizantes, que não atenderam às expectativas criadas, como do intervencionismo com planejamento industrial que vigorou até o fim dos anos 1970.

Assim, estas políticas focavam mais na garantia de eficiência para os segmentos produtivos já existentes do que na criação de novos segmentos, por isso destacavam-se como políticas de competitividade industrial e não como política industrial em si. Já que buscavam se adequar às políticas da década marcadas pela ênfase na estabilização, abertura comercial, privatização e os acordos comerciais. Também se destacavam as formulações de políticas de desregulamentação e de redução de custos da administração pública entendidas como fatores que travavam a competitividade das empresas e compunham o que denominavam os industriais como “custo país”. Outro aspecto relevante foi a descentralização das políticas industriais, implementadas na concorrência entre os estados do país para a atração de investimentos.

Para além do processo de formulação destas políticas por parte do Estado, Wilson Peres (1999) destacava que o setor privado deveria trabalhar para fortalecer as câmaras empresariais no sentido de participar da implementação destas políticas como forma de garantir que as políticas se traduzissem em ação e não ficassem apenas no âmbito teórico. Já Gary Hufbauer (1999), *Reginald Jones Senior Fellow* do *Institute of International Economics*⁹, apontava temas que considerava relevantes para a continuidade da liberalização, da abertura de mercados e, por isso apresentou argumentos em defesa da liberalização, que, segundo o autor reduziria as disparidades entre países centrais e periféricos e traria benefícios para os países que seguissem na liberalização de suas economias, desde que fossem enfrentados e debatidos certos obstáculos.

Por fim, Celso Lafer (1999), cientista político, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ex-Ministro de Relações Exteriores e ex-Embaixador da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, apresentou a agenda de desenvolvimento do Segundo Governo FHC a partir do Ministério do Desenvolvimento, para além das medidas de estabilização macroeconômica. Com o objetivo de incrementar a competitividade da economia brasileira destacou também o enfrentamento ao chamado “Custo Brasil”, com foco na reforma do sistema tributário, pois este oneraria as exportações enquanto estimulava as importações e fragmentava o mercado interno, e na implementação das políticas horizontais para a indústria brasileira.

Neste sentido, propôs estratégias para que a integração do mercado interno fosse realizada em conjunto com a integração internacional e não em oposição a ela, num contexto marcado pela abertura econômica. Por isso, além das medidas destacadas, defendia a necessidade de expansão e modernização da infraestrutura, já iniciadas pela privatização e concessão de serviços públicos e das redes de informação e conhecimento, para reduzir os custos internos de produção e comercialização.

Defendia também a diversificação da exportação, com a ampliação de produtos de maior conteúdo tecnológico e a efetivação de políticas voltadas para as micro, pequena e média empresa, simplificando procedimentos operacionais e as integrando ao processo produtivo das empresas maiores. Apresentava ainda como linha de ação a desconcentração da atividade econômica para reduzir as desigualdades entre as regiões do país.

⁹ O *Institute of International Economics* é uma organização de pesquisa estadunidense que se apresenta como independente, sem fins lucrativos e apartidária. As principais pautas da agenda de pesquisa da organização são: o comércio e o investimento internacional, finanças internacionais e taxas de câmbio, política macroeconômica e resposta a crises e globalização. *Reginald Jones Senior Fellow* corresponde a um título de pesquisador bolsista sênior nessa organização.

1.4 Criação e Organização do Movimento Brasil Competitivo

A partir do que foi apresentado identificamos as raízes para a formação do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Este movimento foi fundado oficialmente no Rio de Janeiro em 2001, como a primeira Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no Brasil. Tem entre seus principais fundadores, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Mas, como o próprio site oficial do movimento informa, na aba histórico¹⁰, as origens deste movimento estão ligadas ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) criado pelo Governo Federal em 1990. Ainda segundo o site oficial, em 1992:

Uma ampla articulação entre representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, no Rio Grande do Sul, lança o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP). O objetivo era divulgar a filosofia e os principais conceitos da qualidade para aprimorar os produtos e serviços das empresas gaúchas e melhorar a qualidade de vida da população do estado. O PGQP foi o embrião do MBC (MBC, *online*)¹¹.

Conforme explicitamos anteriormente “a chegada dessas propostas nas agências estatais ganhou destaque durante a reforma do MARE¹², porém continuou presente pela atuação do Movimento Brasil Competitivo (MBC)” (TAVARES, 2018, p.35).

Em seus mais de 20 anos de história, o MBC apresenta em seu site oficial, um grande acervo de dados com explicações sobre o que é o Movimento, seu histórico, seus muitos associados classificados como associados master, mantenedores, patrocinadores e parceiros.

Para entender a organização do MBC recorreremos ao Estatuto do movimento, publicado em seu site e registrado em cartório em 2019. Este documento possui vinte páginas, entre as quais se dividem oito capítulos que versam sobre a denominação, natureza e sede, finalidades e objetivos, associados, recursos financeiros, administração e organização, patrimônio, alterações estatutárias e a disposições gerais e transitórias.

Neste momento nos interessa analisar a composição e função do Conselho Superior na organização do movimento. De acordo com o Estatuto do MBC (2019, p.11), o Conselho Superior é um órgão deliberativo com a função de estabelecer a direção político-estratégica do Movimento Brasil Competitivo. É composto por um presidente e quatro vice-presidentes, até vinte representantes do setor empresarial e “sociedade civil” que trabalham em prol da agenda da competitividade, vinte suplentes com a garantia da participação majoritária dos associados

¹⁰ Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/historico/>. Acesso em 30 mai. 2023.

¹¹ Ibidem.

¹² Ministério da Administração e Reforma do Estado.

mantenedores do movimento, três representantes da Administração Pública Federal, três suplentes que são indicados pelos titulares da Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Economia e os conselheiros natos, estes últimos sem direito a voto.

Ainda a partir do Estatuto do Movimento (2019, p.12-13), no artigo 26 são apresentadas as principais atribuições do Conselho Superior, em que destacamos os itens II e III:

- II. definir a Visão e os Objetivos e Estratégias de atuação plurianuais do MBC propostos pela Diretoria Executiva, ouvido o Comitê Executivo;
- III. decidir sobre contribuições a serem apresentadas pelo MBC para a formulação de Políticas visando a elevação da competitividade da economia e à elevação da qualidade de vida da população, bem como sobre seu encaminhamento, ouvida a Diretoria Executiva. (Estatuto do MBC, 2019, p. 13)

Podemos notar que, embora em menor quantidade, há uma participação ativa dos representantes estatais, de Ministérios-chave do Estado brasileiro, na estruturação dos objetivos e estratégias de atuação do movimento, especialmente na colaboração para a formulação de políticas alinhadas ao princípio da competitividade. Neste sentido, é também notória a garantia da participação destes representantes enquanto representantes do Estado e não de governos específicos, o que demonstra a capilaridade do movimento que fica menos suscetível às mudanças dos sucessivos governos. Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos associados mantenedores que são aqueles que financiam o movimento e por isso possuem a garantia de participação majoritária, com maior possibilidade de influência sobre as diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho Superior.

Para conhecermos de forma mais detalhada a organização do movimento, a seguir, apresentamos cinco quadros com a estrutura organizativa do MBC a partir dos dados dos relatórios anuais. Como o objetivo é ter uma visão panorâmica sobre o movimento, optamos por apresentar a composição da organização do Movimento a partir do primeiro ano de cada governo em exercício. Como os relatórios disponíveis no site do movimento começam por 2006, a seleção contemplou 2007, que corresponde ao primeiro ano do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), 2011, referente ao primeiro ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), 2015, primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), 2016, quando teve início o governo de Michel Temer (2016-2018), em que este assume interinamente a Presidência da República após golpe parlamentar e 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Quadro 1 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2007

| | |
|---|--|
| Presidência | Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente Fundador) e Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). |
| Governo | Dilma Rousseff (Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República); Sergio Rezende (Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia); Miguel Jorge (Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Paulo Bernardo Silva (Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão). |
| Lideranças Empresariais | Elcio Anibal de Lucca - Serasa S/A- (Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira - CPFL Energia – (Vice-Presidente do Conselho Superior); José de Freitas Mascarenhas - Odebrecht S/A – (Conselheiro Titular); Carlos Alberto da Veiga Sicupira - Varbra S/A- (Conselheiro Titular); Sergio Gabrielli – Petrobras – (Conselheiro Titular); João Sanches - Merck, Sharp & Dohme – (Conselheiro Suplente); Alexandre Silva - General Eletric do Brasil - (Conselheiro Suplente); Daniel Feffer - Suzano Holding S/A – (Conselheiro Suplente); Marcos Lisboa – Unibanco – (Conselheiro Suplente); Cledorvino Belini - Fiat Automóveis S.A – (Conselheiro Suplente). |
| Representantes da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ | Pedro Passos – Natura - (Conselheiro Titular); Geraldo Quevedo Barbosa - Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda – (Conselheiro Suplente). |
| Representantes da Sociedade Civil | Antoninho Marmo Trevisan (Conselheiro Titular) e Antonio Augusto Junho Anastasia (Conselheiro Suplente). |

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2007).

Quadro 2 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2011

| | |
|--------------------|--|
| Presidência | Elcio Anibal de Lucca – Luccra – (Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira - CPFL Energia – (Vice-Presidente do Conselho Superior); Carlos Augusto Salles (Conselheiro nato). |
|--------------------|--|

| | |
|---|---|
| Governo | Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. |
| Lideranças Empresariais | Jorge Gerdau Johannpeter – Gerdau -; José de Freitas Mascarenhas – Odebrecht -; Carlos Alberto Sicupira - Varbra – S/A -; José Sergio Gabrielli de Azevedo – Petrobras -; João Sanches – MSD -; Michel Levy – Microsoft -; Daniel Feffer – Suzano -; Marcos Lisboa - Unibanco- e Cledorvino Belini -FIAT Automóveis-. |
| Representantes da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ | Mauro Figueiredo - Fundação Nacional da Qualidade – e Pedro Luiz Barreto Passos – Natura -. |
| Representantes da Sociedade Civil | Antoninho Trevisan - Trevisan Escola de Negócios-. |

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2011).

Quadro 3 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2015

| | |
|---|--|
| Presidência | Jorge Gerdau Johannpeter – Gerdau – (Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira - CPFL Energia – (Vice-Presidente do Conselho Superior); Elcio Anibal de Lucca (Presidente Fundador) e Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). |
| Governo | Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. |
| Lideranças Empresariais e da Sociedade Civil | Andrea Martini - Souza Cruz -; Antoninho Trevisan - Trevisan Escola de Negócios -; Carlos Alberto Sicupira – Varbra-; Cledorvino Belini – FCA -; Daniel Feffer – Suzano -; Gilberto Peralta - General Electric-; Jairo Martins - Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) -; José de Freitas Mascarenhas – Odebrecht -; Mariano De Beer – Microsoft -; Paulo Cunha - Motorola Solutions -; Pedro Passos – Natura – e Reginaldo Arcuri – FarmaBrasil -. |

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2015).

Quadro 4 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2016

| | |
|---|--|
| Presidência | Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (Vice-Presidente do Conselho Superior); Elcio Anibal de Lucca (Presidente Fundador); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). |
| Governo | Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério da Fazenda; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. |
| Lideranças Empresariais e da Sociedade Civil | Antoninho Trevisan - Trevisan Escola de Negócios -; Carlos Alberto Sicupira – Varbra -; Cledorvino Belini – FCA -; Daniel Feffer – Suzano -; Elton Borgonovo - Motorola Solutions -; Gilberto Peralta - General Electric -; Jairo Martins - Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) -; José Eduardo Sabo Paes; José de Freitas Mascarenhas - Odebrecht -; Marconi Perillo - Consórcio Brasil Central -; Paula Bellizia – Microsoft -; Paulo Cunha; Paulo Tonet Camargo; Pedro Passos – Natura -; Reginaldo Arcuri – FarmaBrasil -; Sílvio Barros e Walter Lídio - CMPC Celulose Riograndense -. |

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2016).

Quadro 5 - Membros do Conselho Superior do MBC em 2019

| | |
|-------------------------------------|--|
| Presidência | Jorge Gerdau Johannpeter - Gerdau - (Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira Jr. – Eletrobras – (Vice-presidente do Conselho Superior); Reginaldo Arcuri -Grupo FarmaBrasil – (Vice-presidente do Conselho Superior); Elcio Anibal de Lucca (Presidente fundador); Carlos Augusto Salles (Conselheiro nato). |
| Governo | Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Ministério da Economia. |
| Lideranças Empresariais e da | Cristina Palmaka - SAP Brasil; Elton Borgonovo – Motorola -; Fábio Coelho – Google -; José Eduardo Sabo Paes (Sociedade Civil); Paulo Cunha (Sociedade Civil); Paulo Tonet Camargo (Sociedade Civil); |

| | |
|------------------------|--|
| Sociedade Civil | Pedro Bittar (Sociedade Civil); Silvio Barros (Sociedade Civil); Tânia Cosentino (Microsoft) e Valdir Simão (Sociedade Civil). |
|------------------------|--|

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2019).

Os dados apresentados nos quadros acima nos permitem observar uma estrutura coesa do movimento, isto é, uma atuação contínua com a participação dos representantes estatais e empresariais durante todas as mudanças de governos ocorridas neste período (2007-2019), com destaque para a presença contínua de Jorge Gerdau Johannpeter¹³, como presidente fundador em 2007 e como Presidente do Conselho Superior em 2015, 2016 e 2019. Enquanto nos anos de 2007 e 2011, a presidência do Conselho fica a cargo de Elcio Anibal de Lucca¹⁴. Faz-se importante também observar que nos anos de 2007 e 2011 há uma diferenciação na apresentação dos demais membros como representantes das lideranças empresariais, representantes da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e representantes da sociedade civil. No entanto, em 2015, 2016, 2019 estes representantes são unificados em uma única classificação: “lideranças empresariais e da sociedade civil¹⁵”.

Apresentado o panorama geral, temos três importantes considerações sobre essa estruturação e organização do MBC que nos levam a compreendê-lo através das concepções de Antonio Gramsci sobre aparelho hegemônico e Estado Integral que serão apresentadas na sequência:

- 1) O Conselho é composto por líderes empresariais e do governo, com maioria empresarial e com representantes de setores estratégicos do governo para os negócios;
- 2) O movimento deixa claro em seu estatuto que atua na formulação de políticas que visam elevar a competitividade da economia;
- 3) Apresenta-se como associação civil de interesse público, mas os representantes empresariais também aparecem como representantes da sociedade civil, restringindo a cúpula do movimento a empresários e representantes políticos.

¹³ Presidente e Fundador da Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, com 32 unidades produtoras, 2 minas de minério de ferro e 75 lojas da Comercial Gerdau, presente em 9 países.

¹⁴ Foi presidente da Serasa por 17 anos (1991 a 2007), marca brasileira de análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios.

¹⁵ Pela composição do Movimento no que tange aos representantes da sociedade civil, praticamente lideranças empresariais, nota-se que a definição de sociedade civil para o MBC resume-se a uma mera formalidade, como forma de diferenciar aqueles que não são representantes do Estado.

Desse modo, para compreender a organização e a atuação do Movimento Brasil Competitivo recorreremos às reflexões teórico-metodológicas de Gramsci sobre aparelhos hegemônicos e Estado Integral.

A partir dos apontamentos de Guido Liguori (2017a e 2017b) no Dicionário Gramsciano, com base nos verbetes “Aparelho hegemônico” e “Estado” consultamos os seguintes Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci (Q1, 47, [CC,3]; Q 6, 136, [CC,3]; Q6, 155, [CC,3]; Q6, 88, [CC,3] e Q6, 137, [CC,3]) para apresentar a apreensão de Gramsci a respeito dessas categorias.

Gramsci apresenta uma nova apreensão para a compreensão do Estado, em que sociedade civil não está separada de sociedade política na realidade objetiva, tal como é visto na tradição liberal em que sociedade civil aparece em oposição ao Estado. Assim, tanto a sociedade civil quanto a sociedade política compõem o Estado em sua forma ampliada, são separados apenas em nível de método para a compreensão dos diferentes papéis que desempenham na trama do Estado.

Assim, para Antonio Gramsci (2007, p. 254-255) “por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (Q6, 137, 254-55 [CC,3]). Nesse sentido, Gramsci argumenta que é preciso compreender organização e partido de forma ampla e não apenas formal, pois:

Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário -, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo. (Q6, 136, 253 [CC,3]) (GRAMSCI, 2007, p. 253).

Mais uma vez, no (Q6, 155, 257 [CC,3]) Gramsci (2007, p. 257) apresenta sua compreensão ampliada de Estado “(no significado integral: ditadura + hegemonia)” que é explicada de forma mais detalhada no (Q6, 88, 244 [CC,3]):

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado= sociedade política+ sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (Q6, 88, 244 [CC,3]) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Dessa forma, para explicar o papel desempenhado por partidos e associações entendidos como ‘privados’ na composição do Estado Integral, Gramsci nos diz que o Governo existe nas seguintes condições:

com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também "educa" este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. (Q1, 47, 119 [CC,3]). (GRAMSCI, 2007, p. 119).

É importante ressaltar que a categoria de aparelho hegemônico “oferece uma base material à concepção gramsciana de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal.” (LIGUORI, 2017a, p. 76) Além disso, é preciso considerar que:

os processos não são unívocos, o Estado constitui também o terreno do conflito de classe, é, ao mesmo tempo, instrumento (de uma classe), mas também lugar (de luta hegemônica) e processo (de unificação das classes dirigentes). Isto é, não deve ser esquecido que, sendo o Estado integral atravessado pela luta de hegemonia, a classe subalterna luta para manter a própria autonomia e, às vezes, para construir uma própria hegemonia, alternativa àquela dominante, disputando com a classe no poder as “trincheiras” e “casamatas” pelas quais se propagam ideologia e senso comum.” (LIGUORI, 2017b, p. 519)

Para complementar essa definição de Estado recorreremos também aos escritos de Gramsci nos Cadernos do Cárcere de número 12 e 13. No caderno 12, ao falar sobre a relação dos intelectuais com o mundo da produção que ocorre de maneira “mediatizada”, Gramsci desenvolve mais a sua compreensão ampliada de Estado, em que tanto Estado (sociedade política) e sociedade civil são entendidos no plano da superestrutura e mediam a relação com a estrutura, o mundo da produção.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (Q12, 1, 20-21 [CC,2]) (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Já no Caderno 13, Gramsci apresenta de forma mais detalhada sobre a ‘dupla perspectiva’ para a compreensão da política e do Estado.

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da "dupla perspectiva" na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da "Igreja" e do "Estado"), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (Q13, 14, 33 [CC,3]). (GRAMSCI, 2007, p. 33).

Com base nestas reflexões gramscianas entendemos a atuação do Movimento Brasil Competitivo como um aparelho hegemônico, como uma associação “privada” da sociedade civil, estruturado e articulado diretamente com a sociedade política, que atua na formulação de políticas, presta consultoria e apoio técnico, desenvolve e implementa projetos de interesse empresarial no Estado, bem como, ao mesmo tempo, apresenta um aparato completo para justificar sua atuação e construir o consenso em torno de seu projeto de curto, médio e longo prazo. Nesta atuação conjunta fazem parte do que Gramsci denomina “Estado Integral”, a compreensão de que a organização do Estado está para além do governo, da sociedade política, formando assim uma unidade-distinção entre Estado e sociedade civil.

Isto posto, a seguir apresentamos dois novos quadros que mostram os associados do MBC em 2006 e 2022. De acordo com as definições em Estatuto (2019, p. 5), os associados distinguem-se entre mantenedores, institucionais e apoiadores. Os mantenedores são pessoas físicas ou jurídicas que contribuem financeiramente para o MBC. Os associados institucionais são pessoas jurídicas que realizam atividades em áreas de interesse do MBC. Enquanto os apoiadores são aqueles que contribuem financeiramente e pagam anuidade diferenciada.

Quadro 6 - Associados do MBC em 2006

| | |
|---------------------|--|
| Mantenedores | Ford; Brasal; Infraero; TBG; Não identificado*; Xerox; Fiat; bmi; Itaipu Binacional; Suzano; Joal Teitelbaum - Escritório de Engenharia; FIERGS/CIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul/ Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul); Petrobrás Distribuidora S.A.; Promon; Qualitymark Editora; RBS; John Deere; Não identificado*; Varbra S.A.; Vivo; ABAD (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados); Embratel; Banco do Nordeste; ANAHP (Associação Nacional de Hospitais Privados); Eletronorte; Capacita Eventos; Não identificado*; Cisco; Furnas; Banco Votorantim; Correios; CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica); Altus; CNI (Confederação Nacional da Indústria); Eletrobrás; Copesul; Banco do Brasil; Conselho Federal de Administração; Dannemann Siemsen Bigler & Ipanema Moreira; INDG – Consultoria Empresarial; Eletrosul; Meta; Merck Sharp and Dohme; Natura; Inmetro; SEBRAE; Manserv; Sistema |
|---------------------|--|

| | |
|-----------------------|---|
| | FIRJAN; Gerdau; REXAM; Odebrecht; PQU (Petroquímica União S.A); Qualidade RS; Grupo NotreDame Intermédica; Unisinos; SAP; Petrobras; Serasa; Siemens; Symnetics. |
| Institucionais | <p>Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Central Única dos Trabalhadores (CUT) • Centro para Inovação e Competitividade (CIC) - Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) • Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - Departamento Inter-Sindical de Estudos Econômicos e Estatística (Dieese) • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - Força Sindical • Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV) • Fundação de Desenvolvimento Tecnológico (Fundatec) - Fundação Dom Cabral (FDC) • Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) • Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná (IBQP/PR) - Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN) • Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) • Instituto de Engenharia - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) |
| Apoiadores | <p>Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bureau Veritas S. A. (BVQI) - Organização Internacional de Certificação em normas como a ISO 9001, ISO 14001, a OHSAS 18001 e a SA8000. - PricewaterhouseCoopers – Auditores Independentes • Junior Achievement Brasil |

Fonte: elaboração própria com base no relatório anual do MBC (2006).

*Associados não identificados, pois todos estão representados pelo logotipo de cada empresa ou associação no relatório e estes estavam ilegíveis.

Diferentemente do que é apresentado no Estatuto, verifica-se que as informações mais recentes sobre os associados do Movimento encontram-se no site oficial, na seção “faça parte”¹⁶ e demonstram outras classificações, sendo elas: associado master, mantenedor (única classificação que aparece no estatuto), patrocinador e parceiro. Vale ressaltar que as informações apresentadas no site são voltadas, primariamente, para alcançar novos associados, assim há uma divulgação dos benefícios em fazer parte do movimento e de cada categoria específica.

Ao associado master é oferecida a participação em grupos estratégicos que debatem normas e projetos encabeçados pelo MBC para garantir o que denominam “crescimento do país” e também oferecem uma maior exposição da marca, anúncio na Revista Brasil +, acesso aos relatórios e publicações técnicas dos projetos desenvolvidos pelo MBC, espaços vips nos eventos do MBC, entre outros.

Ao associado mantenedor é oferecida a possibilidade de participar dos grupos de trabalho temáticos (como Coalizão Brasil Digital e Grupo Custo Brasil) com mobilizações em associação ao setor público, participação nas reuniões e nos eventos do MBC, acesso aos relatórios e publicações técnicas dos projetos desenvolvidos pelo MBC, divulgação da marca em materiais produzidos pelo Movimento, entre outros.

Já para os patrocinadores, em troca do apoio, é oferecida a exposição da marca em materiais físicos e digitais dos eventos patrocinados, bem como anúncio da Revista Brasil + e acessos a espaços privilegiados. Sobre a categoria parceiro não é apresentada nenhuma definição nem oferecimento de benefícios.

Quadro 7 - Associados do MBC em 2022

| | |
|---------------------|--|
| Master | Amazon; Grupo FarmaBrasil; Huawei; Itaú e Microsoft. |
| Mantenedores | 99; ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; Airbnb; BAT Brasil; Biolab Farmacêutica; Brasal; Braskem; Brasoftware; Ceptis; CNC; CNI (Confederação Nacional da Indústria); Eneva; FIERGS/CIERGS; Gerdau; Google; Hilab; IBM; JSL; Intel; JBS; Localiza; Luccra; Meta; MicroPower; Motorola Solutions; Mover; MSD; Oracle; Prumo Logística Global; Qualcomm; SAP; SEBRAE; Seguros Unimed; Stellantis; Suzano; Telefônica; Tenaris; Tigre e Toyota. |

¹⁶ Disponível em: <https://www.mbc.org.br/faca-parte/>. Acesso em 9 abr. 2022

| | |
|-----------------------|---|
| Patrocinadores | Gerdau; Gol e Meta. |
| Parceiros | Alexandre K Jobim – Advogados Associados; Amazon; Garofano Advogados; IBM; InteliGov; KeyJump; Microsoft e Prospectiva. |

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis no *site* do MBC (2022).

Ao compararmos os dois quadros acima, de um lado notamos uma redução significativa na quantidade de associados mantenedores. Por outro lado, algumas empresas e associações permanecem desde 2006, como Brasal, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gerdau e Suzano. Mas, em 2022 há uma presença muito forte do capital estrangeiro através das empresas de tecnologia como *Amazon, Huawei, Microsoft, Google, Intel e Meta*, o que incide diretamente sobre o perfil das empresas apoiadoras e da construção dos projetos da organização. Vejamos a seguir, um quadro sobre a quantidade de associados mantenedores no período analisado.

Quadro 8 - Quantidade de Associados Mantenedores (2007, 2011, 2015, 2016, 2019 e 2022)

| Ano | Quantidade |
|------------|-------------------|
| 2007 | 62 |
| 2011 | 85 |
| 2015 | 44 |
| 2016 | 51 |
| 2019 | 41 |
| 2022 | 39 |

Fonte: elaboração própria com base nos relatórios anuais do MBC (2007, 2011, 2015, 2016 e 2019) e dados disponíveis no *site* do MBC (2022).

No quadro acima é importante notar um aumento de associados de 2007 para 2011 seguido por uma redução quase pela metade quando comparamos 2011 com 2015, um leve aumento para 2016 e novamente queda no número de associados em 2019 e também 2022. No entanto, pondera-se, a partir da análise do quadro 7, com a composição das empresas associadas ao MBC em 2022 em comparação ao quadro 6, referente a 2006, o aumento significativo das empresas de capital estrangeiro, especialmente das grandes empresas de tecnologia. Essa identificação corrobora nosso argumento quanto a maior presença de capital internacional na atividade produtiva nacional, o que intensifica o grau de dependência externa.

Cabem ainda, duas considerações sobre o período em que localizamos a criação do MBC, em 2001, durante o segundo Governo FHC. De acordo com Deo (2011), o segundo mandato de FHC deu continuidade ao projeto político de modernização conservadora, porém o Plano Real e a nova forma de organização da economia brasileira como um todo demonstraram sua fragilidade diante das novas crises enfrentadas pelo sistema de acumulação capitalista, com

destaque para as crises emergidas no México, na Ásia e na Rússia, em que o fim da “âncora cambial” do real em relação ao dólar e a consequente desvalorização da moeda brasileira serviram de justificativa para que as decisões da equipe econômica do governo se concentrassem em cumprir as metas de superávit primário estabelecidas pelo FMI. Para tal objetivo, seria necessário, por um lado, o foco na redução dos gastos públicos e por outro, a ampliação da arrecadação tributária, bem como o aumento das exportações. É nesse contexto, que no ano 2000, implementou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁷.

A segunda consideração refere-se aos efeitos gerados pela política econômica adotada. Conforme Deo (2011), mesmo com a política de redução de gastos públicos, acréscimo da carga tributária e elevação do superávit primário (política fiscal), a dívida pública continuava em nível ascendente, como resultado da elevação da taxa de juros que tinha por objetivo de reduzir os índices inflacionários (política monetária). Assim, implementava-se uma política contraditória e sem êxito, já que a política monetária desmantelava os ganhos obtidos pela política fiscal. Os resultados fizeram-se sentir abruptamente pela população subalternizada e trabalhadora do país, com o aumento flagrante do desemprego e da precarização das relações trabalhistas¹⁸.

Todo este contexto que apresenta uma nova forma de subordinação do país ao capital internacional, de forma extremamente vulnerável com o agravamento da dependência financeira e com a reestruturação das relações de trabalho sobre bases mais precarizadas, trazem a tona ao debate público a defesa ideológica, o incentivo e até a glorificação do

¹⁷ De acordo com Deo (2011, p. 208-209): “Ao responsabilizar criminalmente os chefes do executivo, nas três esferas da federação, que, por qualquer motivo, não cumprissem com as diretrizes orçamentárias determinadas em suas respectivas esferas legislativas, tal lei cria um rígido mecanismo de controle do orçamento público, pois estabelece normas rígidas e percentuais fixos para os gastos do poder executivo. A única “variável de ajustes” diz respeito aos gastos sociais, ou seja, como não há uma obrigatoriedade “fixa”, em termos percentuais, desses gastos, os chefes do executivo podem (e devem!) reduzi-los para “fecharem o balanço” de suas respectivas contas públicas. Outra medida diretamente relacionada à contenção dos gastos públicos nas áreas sociais, aprovada no mesmo contexto de exigência de superávits primários, foi a Emenda Constitucional nº 27, em março de 2000, que estabelecia a Desvinculação das Receitas da União, a DRU. Na verdade, tal dispositivo é uma reedição do Fundo Social de Emergência, criado quando da implantação do Real e que havia sido reeditado até então. Naquele momento, devido à impossibilidade jurídica de reedição do FSE, criou-se a DRU, sendo que os principais setores atingidos com a desvinculação foram o da seguridade social e o da educação. Paralelamente à diminuição dos gastos, o governo federal promove um vertiginoso aumento da carga tributária, alcançando o índice de 36% do PIB em 2002.”

¹⁸ “Os impactos observados sobre a atividade produtiva, sobre o emprego e a renda, deixam claro que a forma de inserção subordinada do país ao novo ciclo de internacionalização do capital, arquitetada pela aliança liberal conservadora, produziram efeitos dramáticos para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Além da elevação dos índices de desemprego, observa-se, paralelamente, o aumento da precarização das relações de trabalho impulsionada pelo processo das Reformas Trabalhista e Previdenciária – e a correspondente flexibilização das relações entre Trabalho e Capital, discutidas anteriormente –, fator decisivo para a redução reiterada da renda média dos trabalhadores com “carteira assinada”, bem como para o aumento vertiginoso do chamado “trabalho informal”. Para se ter uma idéia, em abril de 2002, a taxa de desemprego para a população economicamente ativa, na Região Metropolitana de São Paulo chegou a 20,4%” (DEO, 2011, p. 210-211).

empreendedorismo como forma de sobrevivência pelas classes subalternizadas e trabalhadoras, em um cenário marcado pelo avanço do trabalho informal.

No próximo capítulo, analisaremos mais detidamente a atuação do MBC e como a defesa do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal perpassa seus projetos e discursos, bem como, compõe um quadro que objetiva somar-se à construção do consenso neoliberal em torno do papel do Estado e a difusão de uma visão de mundo que pretende fundamentar a reconfiguração das relações políticas, sociais e trabalhistas com a primazia do mercado sobre todos os aspectos da vida.

2. ENTRE O GOVERNO EMPRESARIAL E O HOMEM EMPRESARIAL: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO (2002-2019)

A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão.
(Theodor Adorno)

Após apresentarmos o cenário político-econômico da década de 1990, os nossos pressupostos teóricos-metodológicos e ainda analisarmos o cenário no qual surge o MBC, as bases da sua organização e composição abordados no primeiro capítulo, temos mais elementos para compreender seu escopo de atuação a partir de alguns dos principais projetos desenvolvidos pelo movimento no período de 2002 a 2019. Deste modo, com o objetivo de nos auxiliar na compreensão do papel atribuído ao Estado por esta organização empresarial, a seleção foi feita com base na linha do tempo de projetos desenvolvidos nesse intervalo de tempo, apresentados no relatório anual de 2017, sendo eles:

- I. Rede Cooperação Brasil + (2002);
- II. Mobilizar para inovar (2003);
- III. Parceria com *World Economic Forum* (2004);
- IV. Programa Modernizando a Gestão pública (2005);
- V. Parceria com o Conselho de Competitividade Americano (COC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (2007);
- VI. Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) (2012);
- VII. Reflexão estratégica (2014);
- VIII. Pacto pela Reforma do Estado (2015);
- IX. Brasil Digital (2016);
- X. Mais Gestão (2017) e
- XI. Custo Brasil (2019).

Os projetos desenvolvidos ao longo deste período formam a espinha dorsal da construção da proposta de alteração e reforma do papel do Estado defendidas pelo MBC. Como veremos ao longo deste capítulo, o desenvolvimento dos projetos corresponde às mudanças em curso no país e caracterizam a atuação do MBC enquanto aparelho privado de hegemonia.

A seguir, apresentaremos os projetos desenvolvidos entre 2002 e 2007, período que corresponde à transição do segundo mandato de FHC do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para o primeiro mandato completo e o início do segundo mandato de Lula do Partido dos Trabalhadores (PT). A atuação do MBC transcende aos diferentes períodos políticos. O movimento elabora sua agenda e implementa seus projetos com autonomia em relação à alternância dos partidos e projetos políticos eleitos, o que nos permite inferir uma relação íntima com a própria estrutura do Estado, para além das mudanças de governos, em que as articulações políticas são construídas e reconstruídas para garantir a defesa das pautas empresariais.

A mudança de cenário econômico e político pode significar a necessidade de algumas mudanças estratégicas. A conjuntura da primeira década do século XXI apresenta diferenças significativas com a década imediatamente anterior. Por isso, realizaremos uma breve análise deste período em articulação com os principais projetos apresentados pelo MBC.

2.1 Entre o Avanço do Capital-Imperialismo e o Governo Lula (2003-2010)

Adiante, para avançarmos na compreensão da atuação do MBC, faremos uma breve análise sobre as transformações políticas e econômicas durante o período de 2003 a 2010, que compreende o primeiro e o segundo mandatos do PT à frente do Governo Federal, representado pela figura de Luiz Inácio Lula da Silva como chefe do executivo. Nos interessa olhar para o sentido das políticas implementadas e para a movimentação das frações de classe no processo de articulação política no período em tela.

Cássius de Brito em sua dissertação intitulada “*Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)*” apresenta inicialmente um debate crítico com o discurso oficial do governo sobre um novo modelo de desenvolvimento econômico e com a tese sobre o “lulismo” desenvolvida por André Singer.

Para Brito (2017), ao longo dos dois mandatos do governo Lula ocorreu uma combinação entre a continuidade das medidas neoliberais que priorizaram a manutenção da

estabilidade macroeconômica e um conjunto de ações que garantiu o crescimento econômico sem romper com o padrão liberalizante e a dependência estrutural. Por isso, realiza a crítica à formulação de Singer que defende o projeto do governo Lula como uma nova fórmula de desenvolvimento que combina menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo.

De acordo com Brito (2017) e Deo (2011), o crescimento econômico foi propiciado pela combinação de uma conjuntura favorável marcada pela expansão da economia em nível mundial e pela especificidade da esfera produtiva brasileira, caracterizada pela produção de produtos primários e de pouco incremento tecnológico.

Em grande medida, a conjuntura do período é marcada pelo crescimento e dinamismo das economias estadunidense e chinesa, respectivamente com crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,2% e 10,3%, que por meio do comércio internacional impulsionou as economias dos outros países. O crescimento observado na produção e no comércio gerou um excedente econômico que se destinou ao aumento dos investimentos, especialmente em aplicações financeiras internacionais. Desse modo, o capital financeiro acompanha o processo de expansão econômica (DEO, 2011). Entre 2002 e 2006, “o volume de reservas internacionais mundiais, [...] no período, mais do que dobrou, passando de US\$ 2,4 trilhões no final de 2002, para US\$ 4,9 trilhões em 2006” (DEO, 2011, p. 234).

Esses fatores possibilitaram a formulação de políticas no país a partir da seguinte lógica econômica:

impulsionar, pelo aquecimento da demanda (programas de transferência monetária condicionada, aumento do salário mínimo e expansão do crédito), o investimento produtivo e a consequente geração de empregos em setores mais intensivos em força de trabalho (principalmente no setor de serviços) (BRITO, 2017, p. 23).

A adesão a esta lógica propiciou, no curto prazo, uma diminuição da vulnerabilidade externa no período conjuntural favorável, mas a longo prazo não foi capaz de modificar fatores responsáveis pelas debilidades estruturais, além de avançar para uma especialização considerada retrógrada, caracterizada pelo foco na exportação de produtos primários. Todos estes elementos colocam em xeque a afirmação de que estaria em voga um novo modelo de desenvolvimento (BRITO, 2017).

Para compreender as razões que sustentaram a adoção desta linha política precisamos voltar um pouco no tempo para captar um ponto de inflexão no projeto político desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Brito (2017) em diálogo com Mauro Iasi (2006) a partir da obra “*As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*”, entre 1995 e 2001, durante a realização do X ao XII Encontros Nacionais do

partido, ocorreu uma mudança de perspectiva política a partir da substituição de um horizonte originalmente concebido como socialista, através da concepção da estratégia democrático-popular, para um horizonte de condução do modelo de desenvolvimento em voga.

Na avaliação do partido, naquele momento havia uma relação de forças desfavorável para as lutas de massas e sem este acúmulo de forças proveniente das lutas sociais não seria possível garantir a legitimidade necessária para a implementação do programa tal qual concebido em sua origem. Portanto, as resoluções do X Encontro apresentaram a necessidade de uma reorientação estratégica capaz de aglutinar outras forças sociais para compor uma articulação política com o objetivo de desenvolver uma alternativa entre neoliberalismo e nacional desenvolvimentismo e não mais entre social democracia e socialismo real através de um tipo de socialismo democrático próprio da formulação petista. Estava em questão a elaboração de um programa econômico e uma nova forma de Estado para o capitalismo (BRITO, 2017).

É neste sentido que esta nova base programática do partido abrange os interesses dos empresários do setor produtivo, sejam pequenos, médios ou grandes empresários, com propostas que garantam previsibilidade para o desenvolvimento do capital produtivo e possibilitem o crescimento econômico, para a partir dele implementar políticas distributivas (BRITO, 2017). Neste âmbito, destacam-se as seguintes medidas:

Muitas destas medidas resultaram de propostas preparadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), regulamentado em Maio de 2003, e que é constituído por representantes do governo, do empresariado e de outros setores da sociedade civil. Tentando contemplar interesses da burguesia interna, o governo Lula também atuou na formulação de uma política industrial através da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) – uma articulação público-privada – e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ambas em dezembro de 2004. Estes se constituíram em espaços estratégicos para a consolidação de um arcabouço legal voltado para a política industrial, que resultou, dentre outras coisas, na aprovação da Lei de Inovação (Lei 10.973/04), Lei do Bem (Lei 11.196/05), Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05) e da Lei de Informática (Decreto 5.906/06). Estes marcos regulatórios se inscrevem na formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que procurava apresentar um planejamento de incentivo à indústria nacional (CANO e SILVA, 2010 p. 186-189 apud BRITO, 2017, p. 96-97).

No entanto, conforme já mencionamos, estes incentivos não eram direcionados a romper com o padrão de produção focado na exportação de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica. De modo que, por um lado, a política de valorização cambial favorecia a exportação, mas, por outro, funcionava como um fator de desestímulo para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o que tornava ainda mais difícil uma perspectiva

de autonomia tecnológica para a indústria brasileira e uma possível superação ou redução da histórica dependência econômica nacional (BRITO, 2017).

Além disso, os resultados da política de abertura econômica da década de 1990 reverberaram sobre o desempenho e as características do setor industrial na década seguinte. Um exemplo disso é a perda relativa da participação da indústria no PIB:

a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro oscilou entre 27,4% (1970) e 31,7% (1974). Em 1986, essa participação atingiu seu maior percentual, 32,6%. Durante o período por nós estudado, a queda é visível, 22,5% em 1995 e 19,7% em 1998, com ligeira recuperação em 2004, 23%. (DEO, 2011, p. 239).

Outro exemplo é a concentração da atividade industrial em um número reduzido de setores e a diminuição da participação de indústrias com maior desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, os segmentos industriais que permanecem atuantes contam com um aumento da produtividade impulsionado pela crescente concorrência internacional (DEO, 2011).

Neste contexto em que o carro-chefe das exportações era composto pelas *commodities* e pelos produtos de baixo incremento tecnológico, observamos os estímulos governamentais que beneficiaram as frações industriais e agrárias da classe dominante, como resultado da maior participação destes segmentos no direcionamento das políticas implementadas pelo governo. Contudo, convém destacar que a hegemonia do bloco de poder é constituída pela liderança da fração financeira do capital. Inclusive porque estas frações se entrecruzam em seus interesses e atividades, visto que os próprios setores industrial e agrário utilizam de mecanismos financeiros relacionados ao processo de exportação (DEO, 2011). Como representativo deste mecanismo, a equipe econômica do Governo Lula foi responsável por dar mais um passo na abertura financeira do país a partir do aumento do prazo direcionado à cobertura cambial das exportações:

As divisas geradas com as exportações passam a ingressar no país de acordo com os interesses dos exportadores, que podem agora explorar as taxas de juros externas. Ou seja, os setores exportadores passam a comparar as melhores taxas de juros – interna ou externa – e as expectativas cambiais, para introduzirem no mercado interno os recursos gerados pelas exportações, o que “aponta para o aprofundamento do processo de financeirização da economia”. Esse mecanismo proporciona uma forte aproximação entre os interesses dos setores exportadores e financeiros. (DEO, 2011, p. 248)

Outra medida que se sobressai, neste sentido, é a promulgação da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Esta lei institucionalizou uma nova

modalidade de privatização, através das concessões que garantem ao setor privado a exploração das empresas e serviços do setor público (DEO, 2011). Estabelece-se assim uma forma de continuidade das privatizações da década de 1990, porém sob nova disposição legal. Especialmente no segundo mandato do governo Lula, se destacam o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas e do papel desempenhado pelo BNDES, que ao realizar o financiamento de “grandes obras de infraestrutura no setor de energia, transportes e logística, acabou por funcionar também como fiador de um processo de formação e internacionalização de grandes oligopólios empresariais brasileiros” (BRITO, 2017, p. 98).

No que concerne ao gerencialismo como forma de organização da administração pública, o autor destaca um outro aspecto relacionado a implementação da lógica empresarial no âmbito governamental, representado pela substituição de serviços prestados pelo Estado, que visavam garantir o atendimento de direitos assegurados pela legislação por serviços ofertados por Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas entendidas como parceiras da sociedade civil, que contam com o apoio do Estado, mas são convocadas com o pretexto de possuírem experiência em termos de planejamento estratégico focado em valores próprios do setor privado, como eficiência e eficácia (BRITO, 2017).

Como esta lógica empresarial se embrenha em todas as relações sociais, não seria diferente nas relações de trabalho, com uma crescente substituição das relações de solidariedade por relações mercantis. Conforme prescrito pelo Banco Mundial, para a inclusão dos pobres no mercado, trabalhos informais e temporários passam a ser considerados sob uma nova ótica, através da apresentação do empreendedorismo como uma oportunidade de negócio, incentivada não só pelo Estado, mas por bancos, sindicatos e associações empresariais (BRITO, 2017).

Neste contexto, segundo Brito (2017), em acordo com a concepção de hegemonia em Gramsci, a conquista e a manutenção do consenso dos governados ocorre através do incentivo à participação e não de sua contenção. Porém, a participação é delimitada tanto na forma quanto no alcance por mecanismos de controle que estabelecem seu espaço de atuação. Dessa forma, torna-se possível coordenar uma estratégia política que de um lado permite ampla participação da população de forma descentralizada, mas por outro restringe os espaços cruciais de tomada de decisão por meio da centralização e concentração do poder político. Por exemplo “a presidência do Banco Central é indicação política e deve passar pela “aprovação” do mercado, enquanto o próprio Banco é operacionalmente autônomo em relação à presidência da República” (BRITO, 2017, p. 127).

Ainda no que tange ao atendimento dos interesses dos representantes do setor produtivo brasileiro encabeçado pelo Governo Lula, cabe destaque ao papel desempenhado pelo Estado no processo de internacionalização do capital brasileiro, especialmente na América Latina, no qual o BNDES atuou como um pilar econômico a partir da “disponibilização de uma linha de crédito vinculada a obras de integração, que tinha como condições de aprovação a contratação exclusiva de empresas brasileiras, além da aquisição, no mercado brasileiro, dos equipamentos utilizados nos empreendimentos” (BRITO, 2017, p. 156).

Em vista disso, a mudança de foco da política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para o Oriente Médio e a Ásia é um fator relevante que permitiu aos formuladores da política externa brasileira direcionar esforços para conquistar mais espaço e influência no sistema internacional a partir da América Latina, sem estabelecer uma competição exacerbada com EUA e União Europeia, em grande medida, responsáveis pela concentração de poder neste âmbito. Também houve um fator interno que contribuiu para o direcionamento da política externa brasileira nesse período, pois a América do Sul já era um destino prioritário das exportações de produtos manufaturados produzidos no Brasil, precedente que facilitou a inserção competitiva brasileira na região (BRITO, 2017).

De acordo com Brito (2017), esse programa de integração desenhado pela política externa brasileira compõe o projeto destinado à expansão regional do capitalismo brasileiro. Para explicar tal expansão e seu sentido, o autor estabelece diálogo com as formulações de Virginia Fontes sobre o capital-imperialismo. Para a autora, esta é a expressão dominante do capitalismo na atualidade e alguns dos próprios países periféricos assumem esta característica ao internacionalizar sua economia.

Os anos 2000, neste sentido, são um marco da expansão deste processo no Brasil, que altera a proporção entre Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e exportação de capitais brasileiros. Se nos anos 1990, havia a preponderância do primeiro, na década seguinte ocorre a “convergência progressiva entre a queda dos investimentos estrangeiros diretos e um aumento da exportação de capitais brasileiros até que, em 2006, extraordinariamente a exportação de capitais brasileira supera a entrada de investimentos estrangeiros diretos” (BRITO, 2017, p. 176).

Os dados apresentados a seguir demonstram o crescimento do investimento direto das empresas brasileiras em outros países que saltou de US\$ 38,5 bilhões em 1980 para US\$51,9 bilhões em 2000 até alcançar as cifras de US\$ 129,8 bilhões em 2007, de acordo com dados

fornecidos pela UNCTAD (DEO, 2011). Para exemplificarmos a dimensão dessa expansão externa do capital brasileiro, vejamos mais alguns dados:

A Gerdau possuía 30 unidades espalhadas por sete países, sendo que quase a metade do seu faturamento (R\$ 25,5 bilhões) em 2005 foi proveniente dessas filiais. A Votorantim penetrou no mercado canadense e estadunidense – controlando 5% da produção de cimento neste último – implantando 40 unidades entre os dois países. A Vale do Rio Doce já era a quarta maior mineradora do mundo, atuando em mais de 20 países. Após a fusão com a americana Springs, a Coteminas se transformou na líder mundial no setor de têxteis para cama, mesa e banho, contando com 36 fábricas em cinco países. Com operação em seis países, a Santista passou a ocupar a liderança mundial no mercado de denim a partir da fusão com a espanhola Tavex (DEO, 2011, p. 260).

Além disso, dando continuidade às fusões e aquisições de empresas brasileiras desencadeadas pela abertura econômica nos anos 1990, o período do primeiro governo Lula supera os índices de seus antecessores no quesito concentração de capitais e formação de monopólios. Como exemplo, vejamos o número destas transações e o montante de dólares envolvidos neste processo:

O número total deste tipo de transação foi de 227 em 2002; 230 em 2003; 290 em 2004; 363 em 2005; e 473 em 2006. O volume de recursos envolvidos nas transações foi, respectivamente, US\$ 15 bilhões; US\$ 17,1 bilhões; US\$ 23,1 bilhões; US\$ 14,9 bilhões; e US\$ 54 bilhões! (DEO, 2011, p. 259).

Para expressar a complexidade deste quadro, no entanto, devemos levar em consideração que este processo de internacionalização do capital brasileiro não corresponde a um interesse homogêneo de todas as frações de classe em condição de dominância. Há disputas entre as próprias frações de classe dominante, de modo que a burguesia agrária e a industrial, por exemplo, apresentam interesses diversos que se refletem na orientação da política externa, uma vez que o setor agrário depende fortemente da exportação de *commodities* e tende a apoiar uma política de liberalização comercial enquanto para o setor industrial, esta política poderia representar uma perda de fatia considerável do mercado interno, com a maior presença de produtos de outros países a preços mais baixos (BRITO, 2017).

Também é preciso considerar o papel do capital financeiro nesse processo, tendo em vista que durante o primeiro governo Lula uma das formas de angariar recursos para os investimentos das empresas consistiu na abertura de capitais no mercado financeiro, por meio do qual as operações financeiras asseguraram altas remunerações através da especulação, que poderiam ser convertidas em diversas frentes de investimento, funcionando como uma forma

de financiamento das atividades empresariais. Este tipo de movimentação teve um crescimento de 76% de 2004 até 2006 no país (DEO, 2011).

Nesta mesma lógica, o BNDES capitaliza recursos financeiros por meio da dívida pública, num processo em que o governo vende títulos da dívida com altas taxas de remuneração aos compradores por meio da manutenção do valor elevado da taxa de juros, nesse caso a Selic, que se manteve entre 26,32% em 2003 e 13,18% em 2006. Por meio desta transação, o capital especulativo internacional obtém altas taxas de retorno enquanto o BNDES capta recursos e os transfere para as empresas a uma taxa de juros inferior, 6,25% ao ano (DEO, 2011).

Pelas características que constituem este processo de internacionalização demonstra-se que não ocorre a superação da inserção subalterna do país na hierarquia do sistema internacional, mas sim uma alteração de posição na escala de subordinação (BRITO, 2017).

Em síntese, quando pensamos na articulação dos interesses de classe, temos que os dois mandatos do Governo Lula tentou promover uma conciliação de diferentes interesses, garantindo a rentabilidade e o cumprimento dos contratos com os bancos e setor financeiro, estimulando as exportações de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica favorecendo tanto o agronegócio quanto o setor industrial brasileiro, ainda para este último setor houve um esforço político e diplomático bem como de investimento público descomunais, no sentido de financiar e induzir a internacionalização das empresas brasileiras, especialmente na América Latina e no continente Africano.

Já nos interesses do lado do trabalho e dos subalternizados, observa-se políticas de aumento do salário mínimo, fornecimento de crédito, estímulo ao consumo de bens duráveis e não duráveis, políticas de redução da pobreza por meio da transferência de renda. Ou seja, a melhoria de vida da população se deu atrelada ao fortalecimento do capital financeiro, por meio do endividamento de longo prazo e das políticas de gotejamento social, sem de fato interferir na lógica liberalizante, nos rumos da política econômica e orçamentária, que no cerne permaneceram a mesma.

2.2 Os Projetos em Tela: Parte I (2002-2007)

A título de elucidação, para a análise de cada projeto apresentado ao longo de todo o capítulo, consultamos os seguintes relatórios anuais do MBC: 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2019, o documento Pacto pela Reforma do Estado e o

documento Manifesto Brasil Digital. Nesta seção apresentaremos os projetos desenvolvidos entre 2002 e 2007.

I. Rede de Cooperação Brasil + (2002)

A Rede de Cooperação Brasil + é definida como o primeiro projeto do MBC, foi criada para estimular a competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras através de uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo é difundir os conceitos de competitividade, qualidade, gestão, inovação e produtividade nas empresas brasileiras. A atuação do MBC envolve além da difusão destes conceitos, a mobilização e o apoio técnico de pessoas e instituições, a criação e consolidação dos Movimentos Estaduais de Qualidade, Produtividade e Competitividade (QPC) e no apoio a realização anual do Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas.

No relatório de 2006 é apresentada a realização de convênios de cooperação técnica e financeira com 12 organizações estaduais deste escopo, sendo: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina e Tocantins. Segundo o MBC, são 24 Movimentos Estaduais de Qualidade, Produtividade e Competitividade (QPC) e 24 Prêmios Estaduais de Qualidade (PEQs). Também é destacado o lançamento da Publicação Rede de Cooperação Brasil + com a divulgação das experiências e resultados das empresas premiadas.

No relatório de 2007 destaca-se a participação de 27 mil micros e pequenas empresas nos prêmios referidos, das quais 96 foram premiadas. Os critérios para a premiação são estabelecidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), com base naquelas que apresentam melhor gestão. Também ressaltam a parceria com a Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje) para atuar na criação e fortalecimento dos Programas e Prêmios Estaduais de Qualidade e Competitividade.

II. Mobilizar para inovar (2003)

Segundo os dados do relatório anual de 2006 e 2008, o “Mobilizar para Inovar” é a primeira parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) e Financiadora de Estudos

e Projetos (FINEP) para difundir a cultura da inovação por meio de ferramentas de apoio à inovação. No relatório de 2006 é apresentado o Mobilizar para Inovar II, com o lançamento de um novo portal *online* para disseminar conteúdos voltados para a competitividade e consolidar o MBC como um articulador e mobilizador dos empresários brasileiros em prol da competitividade.

III. *World Economic Forum* (2004)

Em 2004, o MBC assina acordo para apoiar o Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum – WEF*) em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC)¹⁹, na aplicação das pesquisas de opinião de executivos brasileiros para o Relatório Global de Competitividade. O objetivo é coletar dados que subsidiem a elaboração de uma agenda de reformas políticas com base nos 12 pilares de competitividade definidos pelo WEF

No relatório de 2006 aparece a realização do Evento de Lançamento dos Resultados do Relatório Global de Competitividade do *World Economic Forum (WEF)* na Câmara Americana de São Paulo que contou o envio de 2000 pesquisas de opinião do empresário, para as quais contaram com as respostas de 200 empresas. O relatório avalia o crescimento econômico dos países.

Já no relatório de 2007 destaca-se também o *Doing Business* junto ao Banco Mundial e o Indicador de Competitividade dos Estados realizado em conjunto com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Essas ações permitem ao MBC fornecer e analisar estes dados e fortalecer relações com organizações nacionais e internacionais voltadas para estes objetivos.

IV. Programa Modernizando a Gestão Pública (2005)

Para melhor compreensão do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) foram consultados os relatórios anuais de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2017, nos quais pudemos observar que o programa tem como objetivo implementar técnicas e tecnologias de

¹⁹ A Fundação Dom Cabral (FDC) é uma escola de negócios fundada no Brasil em 1976, com atuação internacional, voltada para a capacitação de empresários e gestores públicos.

gestão voltadas para a qualidade e a produtividade, com foco no crescimento de receitas e redução de gastos, em busca do equilíbrio fiscal. As ações do programa envolvem a elaboração de diagnóstico dos que são identificados como os principais problemas administrativos e gerenciais, com plano de trabalho para implementá-lo e com a transferência dos conhecimentos gerenciais e tecnologias para os servidores públicos do corpo gerencial, com duração de pelo menos 12 meses.

A justificativa apresentada pelo MBC é a de que o programa aplica conhecimento técnico e metodologia científica com apoio de consultores especializados advindos da iniciativa privada. Estas técnicas de gestão têm como modelo a iniciativa privada e geralmente estão voltadas para as áreas da saúde, educação, segurança e finanças públicas. Claramente, uma estratégia que adensa a relação entre agentes privados e públicos, conforme discutido no capítulo anterior.

Vale destacar também que essas medidas objetivam incorporar uma “cultura” da gestão” e conta com investimento privado para fornecer os serviços de consultoria. Como exemplo, há o caso de Goiás citado pelo movimento em que foram captados R\$ 16 milhões com o empresariado da região para contratar as empresas de consultoria no lançamento do projeto.

Além dos objetivos mencionados, entre as ações do PMGP estão a formulação de um modelo de gestão por competências, gestão de desempenho de funcionários e servidores, redesenho da gestão da folha de pagamento e, inclusive, a montagem de unidades de projetos em parceria público-privada (PPP).

As ações do MBC com esse programa, planejado e executado em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) foram implementadas em Ministérios, Secretarias do Governo Federal, Estados, municípios e poder judiciário. Com dados atuais disponíveis no site, o MBC informa que foram quase 50 governos estaduais, prefeituras e ministérios alcançados pelo programa²⁰.

Com base nos relatórios consultados mapeamos os seguintes entes públicos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Pará, Espírito Santo, Tocantins, Rondônia e Paraná, prefeituras de São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), Distrito Federal, Rio Grande (RS), Pelotas (RS), Aparecida de Goiânia

²⁰ Disponível em: < <https://www.mbc.org.br/mais-gestao/> > Acesso em 20 de jul. 2022.

(GO), Guarujá (SP), Londrina (PR), Rio de Janeiro (RJ), Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça de São Paulo e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O relatório de 2017 traz as informações de que em 12 anos de atuação o resultado foi de R\$ 15,2 bilhões em aumento de receitas e redução de despesas nas cidades e nos estados em que o programa foi implementado. O PMGP significou investimentos privados de R\$ 77 milhões e para cada R\$ 1,00 investido, o retorno global obtido foi de R\$ 198,00. Também neste relatório é anunciada a integração do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) na plataforma Mais Gestão, uma plataforma virtual que unifica e amplia as “soluções” destinadas ao setor público, que veremos mais à frente.

Conforme a análise realizada no capítulo anterior sobre o processo de concentração e centralização no acúmulo de capitais, podemos inferir que o PGMP é um projeto que expressa um dos caminhos pelos quais se concretiza este movimento do capital, ao observarmos especialmente o retorno desmesurado de 19.800% para cada R\$ 1,00 de investimento privado.

V. Parceria com o Conselho de Competitividade Americano (COC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (2007)

A parceria entre Movimento Brasil Competitivo (MBC), o *Council on Competitiveness* (CoC) – Conselho de Competitividade americano – e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) organizou o “*1st US Brazil Innovation Summit*”.

Conforme o relatório anual de 2007, o evento teve como objetivo debater a temática da inovação e aproximar Brasil e Estados Unidos no desenvolvimento de ações voltadas para a inovação que visem o aumento da competitividade e da produtividade em que a inovação, as fontes de energia renováveis e as novas tecnologias foram apresentadas como instrumentos para o desenvolvimento das Américas. Foi realizado em Brasília e contou com a participação de mais de 500 lideranças dos setores público e privado dos dois países e teve como resultado do evento a definição uma agenda bilateral para o desenvolvimento da inovação nos próximos 25 anos.

2.3. Crise à Vista: o Governo Dilma e o Realinhamento das Frações da Classe Dominante

O malabarismo na conciliação de interesses entra em crise no primeiro governo Dilma (2011-2014) com a mudança da conjuntura internacional e com o realinhamento das frações de classe na defesa de suas prioridades que passam a ser mais conflitantes no que concerne à oposição direta entre interesses do capital e trabalho e promove uma rearticulação nas alianças políticas.

Como enuncia André Singer, poderíamos nos perguntar por que os industriais se voltaram contra o PT se boa parte das políticas do governo foram direcionadas para o atendimento de suas demandas? As condições materiais e as relações de força estão sempre em movimento, colocando em marcha múltiplas contradições.

De acordo com André Singer (2015), durante o início do primeiro governo Dilma, entre 2011 e 2012, houve uma tentativa, um “ensaio” que visava avançar nas medidas que o autor chama de desenvolvimentistas, de aprofundar o programa político posto em prática pelos dois mandatos de Lula. Contudo, a postura política adotada por ambos foi divergente e teve papel significativo nas decisões econômicas do período. Enquanto Lula não ousou confrontar interesses específicos das frações de classes dominantes, Dilma enfrentou o setor financeiro ao reduzir os juros.

Durante um ano e meio, o Ministério da Fazenda e o Banco Central se empenharam na redução da taxa Selic, com este objetivo também alteraram as regras de remuneração da poupança. Conjuntamente apontaram para uma redução dos juros cobrados pelos bancos nos cartões de crédito e anunciaram um marco histórico para a taxa média de juros bancários no que se refere a operações entre pessoas físicas, que tinha atingido o menor patamar de toda a série histórica do Banco Central (SINGER, 2015).

Outros índices demonstravam um cenário favorável para a continuidade do projeto político como a taxa de desemprego em 4,6%, a redução do preço da eletricidade que era tanto uma demanda da FIESP quanto beneficiava a população de baixa renda e uma série de medidas que convergiam para induzir a produção industrial a partir do investimento público e da intervenção do Estado²¹. Para Singer (2015) este era o momento alto do que ele denomina de “ensaio desenvolvimentista”.

²¹ Entre estas medidas estão: “o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos, certo controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e encomendas da Petrobras, compras governamentais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, programa de investimento em infraestrutura lançado,

No entanto, no início de 2013 ocorre uma alta da inflação e a partir de abril do mesmo ano o Banco Central retoma a política de juros altos. Neste momento, o principal eixo do qual dependia a retomada do investimento produtivo se desmonta. Enquanto o Ministério da Fazenda adotava uma série de medidas para acelerar a economia, o Banco Central agia no sentido contrário ao elevar a Selic continuamente e assim priorizar os interesses dos rentistas. A partir deste momento, as políticas adotadas mudam para um rumo regressivo, de caráter abertamente neoliberal, com “o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes” (SINGER, 2015, p. 50).

Para entender essa virada política, convém analisar o reposicionamento das frações de classe no período. Ainda no final de 2012, a CNI lança um documento para flexibilizar a legislação trabalhista através de mudanças na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Em 2013, o descontentamento dos industriais ganha contornos mais nítidos, já que mesmo com a redução de juros e a desoneração da folha de pagamentos, não obtiveram os resultados esperados. O governo Dilma tenta manobrar essa insatisfação ao oferecer maior taxa de retorno para as empresas envolvidas nas concessões de obras públicas (SINGER, 2015).

Contudo, os esforços não foram suficientes, visto que novamente no encontro anual da CNI, já em 2013, os industriais clamaram por novas medidas para impulsionar o crescimento e a produtividade. Em 2014, o presidente interino da FIESP, Benjamin Steinbruch também se posicionou a favor da reforma trabalhista que defendia a flexibilização da CLT. Do outro lado dessa disputa, na defesa dos interesses dos trabalhadores, também em 2013, as centrais sindicais tentaram movimentar a agenda trabalhista nas ruas, evidenciando assim um confronto mais aberto na defesa de interesses divergentes frente aos industriais (SINGER, 2015).

Este cenário aponta para uma rearticulação e realinhamento das frações de classe dominante para um programa conjunto a ser seguido naquela conjuntura. Nas palavras de Singer:

Os industriais pareciam ter aderido ao programa rentista. Com isso, do setor financeiro ao industrial, passando pelo agronegócio, o comércio e os serviços, a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores tornava-se completa. Como reflexo, em novembro de 2014, o presidente da CNI, Robson Andrade, fez a defesa nítida do ajuste fiscal, e até mesmo do aumento da taxa de juros (SINGER, 2015, p. 57).

aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais” (SINGER, 2015, p. 49).

Sobre esta rearticulação, duas considerações se fazem necessárias. Primeiro, apesar das disputas intercapitalistas, intraclasses, em que as próprias frações de classe disputam entre si por interesses por vezes conflitantes, há momentos de conciliação em torno de pautas comuns, especialmente quando se direcionam para o confronto com as demandas trabalhistas, conforme observado na citação acima.

Segundo, conforme já discutimos e como apontado por Fontes (2010), o momento atual de domínio capital-imperialista sob hegemonia financeira, os diversos capitais estão interpenetrados, imbricados, de modo que os interesses das frações de classe dominante também estão. Desse modo, o capital industrial depende da rentabilidade de suas ações na bolsa de valores, de retornos lucrativos com especulação financeira para reverter parte desse montante em investimento produtivo bem como os interesses dos empresários nacionais muitas vezes se associam com os capitalistas estrangeiros, por meio das fusões entre as empresas.

Essa imbricação de capitais e mistura de interesses torna ainda mais complexo o quadro das disputas políticas. Mas, demonstra, de forma geral, a formação da frente única burguesa em prol da intensificação e maior abrangência das políticas neoliberais diante da tentativa de enfrentamento do primeiro governo Dilma a interesses, que desagradou diversos setores que compõem as classes dominantes e a classe média²². Em contrapartida, as forças populares e dos trabalhadores não foram suficientes para se opor a este avanço ou a propor outras saídas políticas. Dito isso, retomamos o cotejamento dos projetos na seção a seguir.

2.4. Os Projetos em Tela: Parte II (2012-2019)

Nesta seção apresentaremos os projetos desenvolvidos entre 2012 e 2019. Conforme veremos na próxima seção intitulada “Considerações sobre a atuação do MBC” cabe chamar a

²² Conforme demonstra Singer, o descontentamento por parte da burguesia foi generalizado: “a quantidade de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista na linha do “hoje foi ele, amanhã posso ser eu”. Em consequência, acabou por unificar o conjunto do capital contra a “nova matriz”. Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, prejudicados pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção sobre o Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado¹³⁶, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho (SINGER, 2015, p. 63).

atenção para as diferenças entre os projetos apresentados neste período quando comparados ao período anterior para acompanharmos as mudanças estratégicas do Movimento na implementação do projeto mais amplo, de reforma do papel do Estado, diante da nova conjuntura político-econômica.

VI. Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) (2012)

Com base nos relatórios anuais de 2011 e 2013, observamos que em maio de 2011 foi criada a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) pelo Governo Federal, com a participação do setor privado. Os trabalhos são desenvolvidos para implementar o Programa Modernizando a Gestão Pública em Ministérios e órgãos do governo, sendo eles a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria de Aviação Civil, Ministério dos Transportes, Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Ministério da Cultura, Ministério da Justiça e Ministério do Planejamento.

VII. Reflexão estratégica (2014)

A partir dos dados coletados no relatório anual de 2014, analisamos que este momento marca uma avaliação do movimento através das atividades desenvolvidas ao longo dos anos para pensar as próximas ações em busca de um direcionamento estratégico. Reafirmam a orientação do movimento para promover os debates sobre competitividade e gestão, com o objetivo de que o país seja uma das 30 nações mais competitivas até 2030. Para isso, definem como foco a mobilização de diversos setores e segmentos em busca da definição de uma agenda de competitividade.

Esta reflexão estratégica, em nossa análise, serve como base para o desenvolvimento do projeto que veremos na sequência, o Pacto pela Reforma do Estado lançado em 2015, o instrumento pelo qual estas reflexões se converteram em projeto e atuação pragmática em busca dos objetivos acima propostos.

VIII. Pacto pela Reforma do Estado (2015)

No documento Pacto pela Reforma do Estado e no relatório anual de 2016, o MBC apresenta o caminho da construção deste pacto, através das articulações políticas entre governadores e lideranças empresarias na elaboração das principais propostas e no avanço da mobilização de empresários e representantes políticos.

O Pacto pela Reforma do Estado é proposto por Jorge Gerdau, presidente do Conselho Superior do MBC em 22 de setembro de 2015 no Congresso Brasil Competitivo, como uma articulação entre setor público e privado para a Reforma do Estado. Inicialmente, os governadores que aceitam compô-la são: Camilo Santana (CE), Rodrigo Rollemberg (DF), Marconi Perillo (GO), Pedro Taques (MT), Reinaldo Azambuja (MS), Paulo Câmara (PE), Beto Richa (PR) e Geraldo Alckmin (SP). Posteriormente, mais governadores aderem ao pacto, sendo eles dos seguintes estados: Espírito Santo, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Maranhão e Alagoas, contando assim com a participação de 19 governadores.

Também vale destacar a adesão ao pacto por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a disponibilização de especialistas e práticas internacionais. Como conquista do movimento é celebrada a aprovação da primeira Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual do país, no Rio Grande do Sul (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), que contou com apoio do MBC. Nesta direção, chama a atenção a realização do III *Workshop* do Grupo de Trabalho do Pacto pela Reforma do Estado, com a participação de representantes de 16 estados, lideranças empresariais e especialistas do MBC para agilizar o processo de implementação dessa legislação nos demais estados.

Ao acompanhar o caminho de desenvolvimento da construção do pacto, mais três eventos apresentados no documento merecem destaque para compreendermos as propostas apresentadas. A realização do IV *Workshop* em 14 de junho de 2016 que discute a transformação digital dos governos. A realização da 1ª reunião do comitê temático “Ampliar a participação do setor privado e terceiro setor na prestação de serviços públicos” em 13 de julho de 2016. Por fim, a criação da Comissão Especial da Reforma do Estado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para analisar, estudar e formular propostas relacionadas à reforma do Estado no âmbito legislativo, em 21 de setembro de 2016.

Entre as premissas apresentadas pelo pacto estão a defesa de uma reforma política, a maior “eficiência” do Estado como estratégia para aumentar a competitividade do país. Os estados da federação são vistos como atores centrais para viabilizar tais reformas e apresentam

propostas para o curto, médio e longo prazo. Sobre as características deste novo Estado, na concepção do MBC, apresentam os seguintes elementos:

- 1) Tamanho e papel: atuar e planejar tendo em vista o longo prazo, para induzir o desenvolvimento. Estado menos intervencionista, que induz, regula e incentiva, mas não executa. Estado voltado para produção e produtividade, com foco na inovação.
- 2) Resultados e *accountability*: Estado eficaz e efetivo, com mais transparência, que avalia a qualidade e resultados de suas prestações de serviços. Incorporação da participação da sociedade. Estado que pertença a sociedade e não as corporações.
- 3) Organização e gestão: Estado flexível e descentralizado, menos burocrático. Incorporar tecnologias e revolução digital. Mais profissional e meritocrático, voltado para a solução de problemas.
- 4) Pacto federativo: redefinir o papel de cada ente federativo.

Temas de trabalho:

- 1) Planejamento, orçamento e governança para resultados

Abordam a lei de Finanças Públicas (Lei 4.320/1964) sobre a elaboração do Plano Plurianual que dizem não corresponder à realidade fiscal e tributária do país. Também apontam que o plano representa um plano de governo e não um plano de Estado voltado para o longo prazo, com rupturas a cada mandato o que gera descontinuidades e desperdícios de recursos.

- 2) Pessoas / Força de trabalho

Dizem ser preciso repensar a forma de ingresso no serviço público, a avaliação de desempenho dos servidores e a estrutura de cargos e funções comissionadas. Concursos públicos são falhos em selecionar os melhores indivíduos. Ausência de avaliação contínua de desempenho de servidores. Estabilidade do servidor público cria efeitos negativos se estiver dissociada de critérios de avaliação de desempenho. Falta critérios para a distribuição de funções comissionadas.

- 3) Receitas e gastos públicos

Vinculação de recursos para saúde e educação geram rigidez orçamentária e requerem aumento da carga tributária, o que implica na produção e geração de emprego. Deterioração do regime fiscal: reversão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

4) Contratos e aquisições

Processos burocratizados que precisam ser simplificados

5) Instituições e *accountability*

Falta de integração entre os poderes e instâncias na elaboração de políticas e programas. O Estado deve internalizar o experimento e o risco como partes do novo modelo de desenvolvimento. Fortalecer ferramentas de proibição e controle.

No relatório de 2016 destaca-se a importância da criação da Comissão para a aprovação de medidas como a reforma da previdência e a mudança no processo de contratação de servidores públicos bem como a estruturação da participação do setor privado e do terceiro setor na prestação de serviços públicos.

IX. Brasil Digital (2016)

De acordo com os relatórios anuais de 2016 e 2019 e o documento Manifesto Brasil Digital, em 2016 o MBC e seus parceiros do setor empresarial lançam o Manifesto Brasil Digital, com propostas para a transformação digital do país no setor público e privado, pensadas em termos de uma economia digital, com destaque para a digitalização dos serviços públicos.

Já o Manifesto Brasil Digital traz a proposta de digitalização no setor público, tendo como horizonte a criação de uma Política de Estado e não de Governo. A proposição de um Governo Digital tem como objetivo reduzir o “peso” do Estado. Assim, os principais pilares apresentados no documento são: 1) Digitalização no setor público; 2) Digitalização no setor privado; 3) Ambiente regulatório e normatizações; 4) Força de trabalho digital; 5) Inovação e empreendedorismo digital; 6) Infraestrutura digital e 7) Governança do Programa.

Os critérios que guiam a implementação dessas propostas são os mesmos que norteiam o movimento como um todo, tendo por base a defesa de um Estado menos interventor, redução dos gastos da máquina pública, desburocratização, o estímulo a competitividade e ao empreendedorismo, a busca pelo aumento da produtividade e da eficiência por meio da inovação.

Enquanto o relatório de 2019 destaca a criação da Coalizão Brasil Digital que reúne 30 grandes empresas, organizações e especialistas em tecnologia da informação para atuar diretamente junto ao Governo Federal em vista da implementação das propostas apresentadas. O relatório também traz informações sobre o Grupo de Transformação Digital dos Estados, o GTD.Gov., integrado pelo MBC e que visa traçar uma estratégia comum para transformar os serviços públicos e que venceu o prêmio *Global Public Service – Team of the Year* de iniciativa da plataforma *Apolitical*.

No que se refere ao âmbito legislativo, foi criada a Frente Parlamentar Mista de Economia e Cidadania Digital para a atuação da Coalizão Brasil Digital frente ao Congresso Nacional. O presidente da Frente é o deputado federal João Henrique Caldas.

O relatório também destaca a realização do Seminário Pilares da Transformação Digital do Brasil realizado em parceria com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia com o apoio da Escola Nacional de Administração, Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) e o *Information Technology Industry Council (ITI)*. Por fim, o relatório traz os dados de que em 2019 foram digitalizados 515 serviços públicos, com a redução de R\$ 1,7 bilhão em custos.

X. Mais Gestão (2017)

Conforme mencionamos anteriormente, em 2017 o Programa Modernizando a Gestão Pública é ampliado através da criação da plataforma Mais Gestão. O projeto teve apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Fundação Brava.

A Plataforma Mais Gestão é um espaço virtual que oferece ferramentas de gestão e um banco com experiências de casos já implementados. No relatório de 2017 já eram quase 80 práticas mapeadas para serem compartilhadas. Segundo dados do relatório, a plataforma ensina o gestor público a implantar e executar as mudanças pretendidas. O apoio no planejamento e no acompanhamento é oferecido de forma *online* através de um sistema de gerenciamento de projetos disponível no *site*, por meio do qual o gestor elabora um plano de trabalho personalizado, cadastra sua equipe, atribui tarefas e controla prazos.

XI. Custo Brasil (2019)

No relatório de 2019, o MBC traz destaque para o chamado “Custo Brasil” que na leitura do movimento impede a competição no mercado externo. Esta é uma pauta antiga do segmento industrial brasileiro. Ainda segundo dados do relatório, a partir da atuação do MBC em apoio técnico ao Ministério da Economia e em parceria com o setor privado pela primeira vez foi mensurado os custos que compõe o “Custo Brasil”. Os itens que compõem o “Custo Brasil” conforme apresentado no relatório são: dificuldade de acesso a capital, burocracia, insegurança jurídica, dificuldade de se integrar em cadeias produtivas globais, infraestrutura logística, acesso a insumos básicos e interferência do governo na economia. O diagnóstico é elaborado através de uma comparação entre os custos de produção no Brasil e a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Para tal mensuração, foi realizado um diagnóstico através de um estudo que durou quatro meses e é apresentado como um estudo inédito. Na ação conjunta entre setor privado e Ministério da Economia foi lançado em 2019 o Programa de Melhoria Contínua da Competitividade. O Programa apresenta o desenvolvimento de um canal de comunicação a partir do próprio *site* do Ministério da Economia, em que os representantes do setor privado poderão enviar propostas de políticas públicas direcionadas a combater o que denominam “Custo Brasil”.

Além disso, o relatório destaca que durante encontro realizado em novembro de 2019, o Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa também apontou a criação de um comitê público e privado que trabalhará na sugestão e apoio na implementação das medidas que visam a redução do “Custo Brasil”.

2.5 Considerações Sobre a Atuação do MBC

Virgínia Fontes (2010) em seu livro *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* tem como desafio recuperar o debate histórico sobre o imperialismo do início do século XX para compreender a configuração do sistema capitalista e o novo patamar da luta de classes no início do século XXI, tendo como ponto de referência os desdobramentos relacionados ao Brasil.

Para a autora, é a formulação de Lenin sobre o imperialismo que melhor capta as transformações em curso na virada do século XIX para o XX, ao considerá-lo não apenas em seu aspecto econômico ou político, mas sim com implicações no conjunto da vida social em todas as suas dimensões. Nas palavras da autora:

O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento das exportações de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e “suas” burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lenin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes (FONTES, 2010, p. 112).

A partir desta concepção, a autora levanta a problemática que pretende enfrentar em nível teórico e histórico, a saber: “averiguar de que maneira a dimensão gigantesca da concentração monopólica de capitais gera, na atualidade, modificações qualitativas naquele imperialismo analisado por Lenin” (FONTES, 2010, p.113). Ou seja, não podemos partir do pressuposto de que o imperialismo analisado por Lenin no início do século XX continua o mesmo após um século de transformações históricas.

Por esta razão, Fontes (2010) mobiliza o arcabouço teórico-metodológico gramsciano para avançar em sua reflexão, especialmente quanto a organização da dominação capitalista. Isto é, os aspectos sócio-políticos, culturais e ideológicos que sustentam a expansão e as reconfigurações capitalistas.

Inicialmente a autora aborda as noções de sociedade civil e Estado na tradição liberal, para nos apresentar a contribuição inovadora de Gramsci a respeito destas categorias e em debate crítico com elas. De forma sintética, na tradição liberal a sociedade civil é representada em oposição ao Estado, formando um par dicotômico que da origem a um pacto em que a sociedade civil é formada por homens “naturais” que não estão mais em estado de natureza, mas que estão agora sujeitos a regras estabelecidas, sob domínio político do Estado. O embaraço desta concepção é que as relações sociais acabam por ser naturalizadas e concebidas de forma não histórica, ao não considerar a capacidade de transformação da humanidade nem as diferentes formas de organização social em contextos e tempos diversos.

Como forma de se contrapor a esse raciocínio dicotômico é que Gramsci elabora sua concepção sobre sociedade civil e Estado, em que ambas estão separadas apenas em nível metodológico e não organicamente, por isso apresenta uma compreensão ampliada de Estado.

Desse modo, a sociedade civil é o momento de organização e produção coletiva de visões de mundo, que podem tanto assegurar os interesses dominantes das classes dirigentes quanto, ao contrário, contribuir para superá-los. É neste sentido que, em Gramsci, a sociedade civil constitui um terreno imprescindível do desenrolar da luta de classes, tanto intraclasses como entreclasses (FONTES, 2010).

Para entendermos os meios pelos quais se constitui esta produção coletiva de vontades e visões de mundo, precisamos recorrer a outra categoria gramsciana, apresentada por Virgínia Fontes de forma elucidativa:

Os **aparelhos privados de hegemonia** são a **vertebração da sociedade civil**, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como **associatividade voluntária** sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural (FONTES, 2010, p. 133-134, grifo nosso).

Entender os aparelhos privados de hegemonia como uma vertebração da sociedade civil nos ajuda a pensar nos meios materiais e históricos que garantem a sustentação para a elaboração e a difusão das visões de mundo, de forma coordenada, em que a luta de classes se expande para todas as esferas da vida social.

É nesse sentido que o MBC pode ser compreendido como um aparelho privado de hegemonia, uma vez que a partir da sua estruturação enquanto uma organização político-empresarial, financiada pelos segmentos empresariais que representa, organizada com diretrizes claras e estratégicas, busca consolidar seu objetivo maior que é moldar o Estado, reformá-lo, para que atenda aos interesses defendidos por estes segmentos, ao mesmo tempo em que tais interesses estão diretamente ligados a um contexto mais amplo, do avanço do capital para as dimensões do Estado que ainda não estão orientadas inteiramente para o aumento da acumulação de capital. Nessa orientação, é preciso dizer também que através da elaboração e

do desenvolvimento dos projetos apresentados, o MBC formula, dirige e orienta o consenso por e para os seus pares já que concomitante ao processo de implementação de seu projeto político, o MBC produz e dissemina uma concepção de mundo que sustenta, no plano da opinião pública, a concretização deste projeto.

Dito isso, é necessário fazer duas observações. Primeiro, o mundo da produção está diretamente relacionado à sociedade civil, pois constitui o momento de formação de interesses e antagonismos a depender da posição ocupada pelos sujeitos e classes neste âmbito. Segundo, o papel organizativo e persuasivo levado a cabo pelos aparelhos privados de hegemonia em busca da construção do convencimento das classes subalternizadas não excluem as tarefas desempenhadas pela coerção, precisamente pela relação de inseparabilidade entre sociedade civil e Estado. Segundo Virgínia Fontes:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p. 136).

Com base nesta argumentação, percebemos a relação dialética existente entre sociedade civil e Estado, em que a constituição e atuação de um interferem diretamente na do outro. Portanto, não há uma sociedade civil ou um Estado a priori, ambos se formam continuamente e mutuamente no desenrolar do processo histórico.

De acordo com Rodolfo Sanches (2021), quando falamos em reformas neoliberais, ou de forma mais geral, em neoliberalismo, é preciso ter em mente a formulação do paradigma neoliberal, num primeiro momento, e a busca pela internacionalização das discussões sobre neoliberalismo e entre intelectuais neoliberais, num segundo momento.

Este segundo momento é marcado por “todo o emaranhado histórico-político e filosófico desenvolvido entre fins dos anos 1930, especialmente com a realização do Colóquio Walter Lippmann em Paris no ano de 1938, e sua derivação, já mais apurada e decantada, a Sociedade Mont Pèlerin, de 1947” (SANCHES, 2021, p. 162). Neste período já é possível identificar a intenção de uma atuação na transformação da forma do Estado, através da modificação e realização de reformas da legislação e administração vigentes. Por isso, a generalização dos aparelhos “privados” de hegemonia de cunho neoliberal desempenha papel

relevante na “transformação do ideário do “capitalismo popular” em ferramenta de disputa (ou reforma) do consenso social, também expresso no senso comum” (SANCHES, 2021, p. 162).

Então, segundo Sanches (2021), chegamos à compreensão do terceiro momento da historicidade neoliberal em que os programas de reformas neoliberais passam a constituir a pauta dos partidos políticos mais diversos, em diferentes países.

A partir desta análise histórica, no diz Sanches (2021), que entre o início dos anos 1920 até a década de 1970 se desenvolve o processo histórico que resulta no alcance da condição de Estado por parte do neoliberalismo. Isto significa que através da atuação de seus intelectuais orgânicos, tanto individualidades como aparelhos hegemônicos, o neoliberalismo torna-se constitutivo do exercício da hegemonia por parte das classes dirigentes.

Após olharmos para o período de construção da hegemonia neoliberal e o processo de sua consolidação nos anos 1990, a saber, marcado pelo Consenso de Washington e o desmantelamento da União Soviética, precisamos caminhar um pouco mais na história. Especialmente, do período que vai do fim da guerra fria até a crise financeira de 2008, para captarmos o avanço do neoliberalismo no que tange ao redesenho do papel do Estado.

Para tal empreitada contamos com as contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval em “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”. Assim como Virgínia Fontes (2010) em sua formulação sobre o capital-imperialismo, em que este não se resume a medidas políticas ou econômicas, ou ainda a atuação de determinado país, mas sim a uma nova forma da expansão capitalista imperialista que se generaliza para todos os aspectos da vida social, ou seja, para o conjunto da sociabilidade, Dardot e Laval (2016) trazem nova complexidade para a compreensão da configuração do capitalismo contemporâneo.

A principal contribuição dos autores é a tese de que o neoliberalismo não se resume a um receituário político ou econômico, ou ainda a uma ideologia. Em vez disso, deve ser entendido como a racionalidade que fundamenta a expansão capitalista atual, que estrutura e organiza a atuação dos governantes ao mesmo tempo em que os faz para os governados (DARDOT; LAVAL, 2016). Pois, “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Por esta razão, segundo os autores, devemos falar em sociedade neoliberal já que a racionalidade de mercado expandida através da exigência de “competitividade” se torna um imperativo político capaz de generalizar a forma-empresa para domínios que ultrapassam o comércio mundial e a mercantilização de tudo ao se estender para todos os países, Estados,

administração pública e todos os domínios da vida social. De tal modo que não é possível separar a lógica que guia a maneira de governar sociedades pelo princípio da competitividade mundial da lógica que cria os planos de austeridade e coloca em concorrência generalizada os trabalhadores do mundo todo, gerando redução na renda e desigualdades cada vez maiores (DARDOT; LAVAL, 2016). Como parte deste processo gesta-se uma nova subjetividade:

o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Tendo em vista que a racionalidade mercadológica extrapola os limites do mercado e se infiltra desde o Estado e a política até a nossa subjetividade, temos que considerar o papel desempenhado pelas grandes empresas de tecnologia e suas plataformas digitais tais como *Amazon, Airbnb, 99, Microsoft, Google e Meta (facebook)* – sendo todas elas associadas mantenedoras do MBC.

Evgeny Morozov (2018) em seu livro “Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política” nos apresenta elementos para pensar a “*internet*” e as plataformas digitais diretamente relacionadas à geopolítica mundial e ao capitalismo financeiro e não de forma isolada. Para o autor, o período que vai desde o fim da Guerra Fria até a crise financeira de 2008 representa um marco para a consolidação da hegemonia neoliberal, visto que a adoção de políticas de austeridade, com o desmonte dos direitos e serviços públicos conquistados pela população subalternizada abre espaço tanto para a exploração de novos nichos de mercado mediados pela tecnologia, como saúde, educação, segurança e transporte por parte do setor privado, especialmente das plataformas digitais, quanto fornece terreno para o fortalecimento do individualismo e do consumismo.

Com base na cultura empreendedora disseminada pela lógica neoliberal sedimentada nos princípios de inovação, competitividade, concorrência, individualismo e eficiência, as respostas aos problemas sociais são apresentadas através de uma relação de consumo, capaz de alterar a própria relação entre Estado e sociedade, uma vez que a lógica das disputas políticas entre diferentes visões de mundo é ocultada ideologicamente a partir da centralidade estabelecida pelo nexo entre consumidor e prestador de serviços.

Deste modo, o Estado no que tange ao seu papel social com a garantia de direitos historicamente conquistados passa a ser reduzido a um prestador de serviços para seus

“clientes”. Sob esta perspectiva, de racionalidade mercantil, ganha primazia os princípios que regem as trocas mercadológicas como a promessa de eficiência, praticidade, liberdade individual e redução de custos, tanto para o Estado que “fornece” os serviços quanto para aqueles que o “consomem”.

Segundo Morozov (2018), a ascensão das grandes empresas de tecnologia e a ideologia propagada pelo Vale do Silício pretendem se apresentar como “equalizadoras” do mundo por meio do mercado. No entanto, o que omitem por meio desta lógica são as desigualdades estruturais que constituem a sociedade capitalista contemporânea. Como exemplo, o autor nos apresenta as informações gratuitas disponibilizadas pela Google que não são igualmente úteis para uma pessoa desempregada e para fundos de investimento que utilizam tecnologias de ponta para transformar os dados disponibilizados em informações financeiras lucrativas.

Além disso, o cenário posto pelas políticas de austeridade e desmonte dos serviços e direitos públicos colocam um questionamento sobre a necessidade de pagar impostos e investir em serviços públicos que se tornam cada vez mais precarizados, através do “enxugamento” do Estado promovido pelos próprios dirigentes políticos em articulação com as corporações, quando alternativas são apresentadas pelas empresas de tecnologia para fornecer serviços de saúde e educação, por exemplo, sob outros moldes, prometidos como mais eficientes e menos custosos. Sobre as consequências deste tipo de racionalidade nos diz Morozov (2018):

Os cidadãos, que ainda não estão plenamente conscientes destes dilemas, poderiam talvez perceber que a escolha efetiva que se tem hoje não é entre o mercado e o Estado, e sim entre a política e a não política. É uma escolha entre um sistema desprovido de qualquer imaginação institucional e política – no qual uma combinação de hackers, empreendedores e investidores de risco é a resposta-padrão para todos os problemas sociais – e um sistema no qual as soluções explicitamente políticas, aquelas que podem questionar quem – cidadãos, empresas ou o Estado – deve controlar o quê, e sob quais regras, continuam a fazer parte da discussão (MOROZOV, 2018, p. 51-52).

Em complemento à reflexão do autor e com base em nossa pesquisa sobre o MBC, podemos indicar que, na verdade, ocorre uma naturalização e imposição compulsória, por meio das grandes empresas de tecnologia em articulação com os dirigentes do Estado, de uma determinada política e visão de mundo, a do liberalismo, da sociedade do indivíduo.

Vale destacar o caráter monopolista das plataformas digitais, responsáveis por seu imenso poder e capacidade de investimento em inovações que não podem ser comparados ao de uma pessoa comum, mas que, por meio da lógica liberal são equiparadas formalmente pela possibilidade “empreendedora” que o “livre mercado” oferece.

No que tange à interferência direta das plataformas digitais no funcionamento do Estado destaca-se a produção e o gerenciamento de dados que são justificados em nome de intervenções políticas “baseadas em evidências” e “voltadas para resultados”. Entretanto, apresentam como contrapartida o controle extremado do comportamento e da vida cotidiana. Um exemplo apresentado por Morozov (2018) a esse respeito é o registro de rendimentos dos cidadãos, que compara a renda das pessoas com seus gastos. Este sistema funciona para controlar a vida de uma pessoa comum, mas não é capaz de atingir os verdadeiros responsáveis pela evasão fiscal em grande escala. Nas palavras do autor:

A regulação algorítmica é perfeita para assegurar o cumprimento de um programa de austeridade, deixando intocados os responsáveis pela crise fiscal. Para saber se esses sistemas estão funcionando como o esperado, é preciso mudar a pergunta de O'Reilly: para quem estão trabalhando? Se favorecem apenas os plutocratas que evitam os impostos, as instituições financeiras globais interessadas em orçamentos nacionais equilibrados e as empresas que desenvolvem *softwares* de rastreamento de rendimentos, então dificilmente se trata de um êxito democrático (MOROZOV, 2018, p. 87).

Esta perspectiva coloca como aparente a escolha entre o digital e o analógico. Ao fazer isso oculta as disputas políticas sobre o papel do Estado e do mercado, ao excluir o questionamento sobre “como” as políticas devem ser construídas e implementadas e voltar-se para a execução de políticas com foco em resultados previamente estabelecidos pelos dirigentes políticos em conjunto com as grandes empresas tecnológicas e empresas a elas articuladas, “como se a própria escolha de como alcançar esses ‘resultados desejados’ fosse apolítica e não nos obrigasse a optar entre concepções de vida comunitária distintas e muitas vezes incompatíveis” (MOROZOV, 2018, p. 87).

Outro aspecto relevante do avanço da lógica individualista e consumidora para a solução de problemas políticos e coletivos pode ser vista na responsabilização do indivíduo pelos cuidados ou descuidos com a saúde, por exemplo, através dos aplicativos de monitoramento, muitas vezes com incentivos fiscais e monetários por parte do Estado para aqueles que sejam adeptos deste tipo de serviço. Ao passo que não ocorre a responsabilização de empresas e publicidades que incentivam o consumo de *fast food*, às longas jornadas de trabalho que fazem a população procurar por comidas rápidas e baratas, às diferentes injustiças econômicas e sociais, às diferenças de classe, raça, gênero e de nacionalidades. Ou seja, o direcionamento do controle e da responsabilização passam a nível individual e não se volta para instituições e empresas (MOROZOV, 2018).

Na associação das corporações tecnológicas e suas soluções digitais com o Estado também está em jogo a disputa pelo controle de um dos recursos fundamentais do século XXI, os dados, informações valiosas sobre as pessoas já extraídas em larga escala pelas empresas privadas que vêm na mediação tecnológica dos serviços públicos mais uma oportunidade para expandir a já extensa base de dados sobre comportamentos, hábitos, interesses e tendências das pessoas para intensificar e direcionar o controle da vida cotidiana a fim de assegurar e ampliar o domínio destas corporações.

Ainda sobre a disputa por dados e sua capacidade preditiva, isto é, de fazer previsões, sob a ideologia de um “utopismo tecnológico”, reside a suposição de uma naturalização da estrutura social que estaria marcada pelo fim das disputas entre classes, ideologias e das alternativas políticas, em que os dados são considerados dados objetivos. No entanto, os dados também possuem historicidade e refletem as desigualdades de poder passadas e presentes (MOROZOV, 2018). Então, podemos dizer que as tecnologias preditivas constroem previsões a partir de uma estrutura social desigual, mas não explicam o porquê dessa desigualdade nem a questionam. Mostram a configuração atual da sociedade como naturalizada e o que ela pode vir a ser a partir disso dentro da lógica empresarial, mas não mostram por que é assim nem como poderia ser diferente. Desta forma, contribuem para a crescente normalização do imenso poder desempenhando pelas corporações em todos os aspectos da nossa vida.

No que se refere a uma das demandas do MBC expressas no chamado “Custo Brasil”, vale trazer a reflexão de Gramsci sobre o liberalismo e a pretensa “não intervenção” do Estado na economia, justamente porque esta corrente apresenta “sociedade política” e “sociedade civil” em oposição e distinção orgânica e não apenas metodológica. Nas palavras do autor:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. **Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos**, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico.” (Q13, 18, 47 [CC,3]). (GRAMSCI, 2007, p. 47, grifo nosso).

Dito isso, a análise da atuação do MBC demonstra que essa separação e oposição não tem correspondência na realidade, já que sociedade política e sociedade civil atuam em conjunto para delinear o papel do Estado de acordo com os interesses das frações de classe envolvidas, bem como através de seus embates e articulações com demais frações de classe.

São destacadas e reforçadas as diretrizes do movimento em implementar metodologias da gestão privada na administração pública, aumentar a produtividade e realizar a digitalização da economia, reduzir o “Custo Brasil” (na compreensão da organização, um conjunto “entraves” estruturais, logísticos, burocráticos e econômicos que incidem sobre os custos produtivos das empresas). Para isso ressaltam a mobilização de empresários e da classe política para promover mudanças no Estado Brasileiro, atuando com consultorias e apoio técnico, realizando coalizões público-privadas, com parcerias e disseminação em redes. Também defendem uma “cultura da transformação”, com o desenvolvimento de projetos e políticas públicas para garantir a “eficiência” do Estado.

A partir dos principais pontos ressaltados nos relatórios apresentados, observamos como o MBC apresenta uma linha de atuação contínua, para além das mudanças de governo e conjunturais, com foco na implementação de ferramentas e práticas típicas da gestão privada no setor público, com foco em “produtividade” e “eficiência”, mecanismos que implementados em conjunto e de forma ampla contribuem para que os procedimentos adotados na gestão de empresas transformem cada vez mais o papel do Estado, que vai deixando para trás investimentos públicos sociais para atender a uma lógica empresarial, voltada para a “estimulação” e “indução” dos negócios privados.

Com base na análise dos relatórios, consideramos importante a reflexão de Gramsci sobre o desenvolvimento do Estado nos países ocidentais ao longo do século XX, que a partir da compreensão ampliada de Estado já identifica no início do século XX a tendência crescente da participação dos especialistas do setor privado no controle de regimes e burocracias, em que as decisões antes de serem tomadas são analisadas de forma técnica e científica.

Deve-se ter presente a tendência em desenvolvimento, segundo a qual cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se informado dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio. Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos “orgânicos”: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar decisões são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. Esta atividade já criou todo um corpo burocrático de nova estrutura, pois — além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberativos — cria-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos “voluntários” e desinteressados, escolhidos, em cada oportunidade, na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática

privada, que controla assim os regimes e a burocracia. (Q12, 1, 34 [CC,2]) (GRAMSCI, 2001, p. 34).

Em consonância às formulações de Gramsci, vale destacar a constância na difusão de valores ligados ao empreendedorismo, da meritocracia e da competição, com a premiação dos “melhores” tanto no setor público quanto no privado, particularmente na atuação do MBC.

Porém, observamos algumas mudanças significativas na atuação do Movimento, especialmente a partir de 2015, momento de crise política no Governo Dilma, em que o MBC apresenta uma grande movimentação na mobilização de empresários e políticos em prol da articulação que visa divulgar e implementar as reformas contidas no Pacto pela Reforma do Estado, conseguindo o apoio de 18 governadores. No ano seguinte também começa a ser divulgada a Revista Brasil+ para difundir não apenas suas propostas, mas também sua visão de mundo e valores para atrair mais apoiadores à organização como um todo. Nesse sentido, também é importante destacar o novo engajamento em defesa de uma transformação digital para os serviços públicos, com a pauta da economia digital na ordem do dia desde 2016.

Desse modo, ao verificarmos uma linha de atuação constante do Movimento ao longo dos anos, também observamos algumas mudanças estratégicas para atuar nos diferentes cenários político-econômicos do período analisado, construindo novas alianças e determinando novos focos de atuação. Podemos perceber essa mudança, como já foi demonstrado, pela composição dos associados mantenedores que mudou significativamente de 2006 até 2022, com a presença muito mais incisiva das grandes empresas estrangeiras de tecnologia.

Isto posto, nos cabe ainda fazer mais algumas considerações sobre a atuação do MBC no que tange às relações entre Estado e sociedade, pois a partir de sua estruturação como um aparelho privado de hegemonia, o Movimento se constitui como uma força política e econômica empresarial que disputa politicamente pela implementação de seus projetos e pela difusão da sua visão de mundo. Dessa maneira, corrobora para a consolidação e manutenção de uma concepção de mundo que sustenta o consenso neoliberal da ideologia dominante, em que, vale destacar, a contribuição do MBC está permeada por interesses privados.

Conforme analisamos no capítulo um, o grupo de empresários industriais que organiza o MBC atua a partir de uma determinada base material e parte de uma correlação de forças específica. Desde os anos 1990, o capital financeiro e internacional predomina na organização do sistema capitalista como um todo, de modo que a inserção dos empresários industriais e a criação do MBC, neste contexto, seguem a nova lógica em jogo, que é a lógica da exacerbação da competição internacional, com a abertura econômica e comercial.

Em vista disso, os projetos defendidos pelo MBC caminham para a reorganização do papel do Estado para adequá-lo aos interesses do empresariado industrial brasileiro alinhados com os interesses do capital internacional. Por esta razão, o MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia, compreendido neste contexto político e econômico, se constitui a partir de uma base material específica, organizado de forma a estruturar uma parte da sociedade civil, a partir de um *locus* que garante concretude para os projetos e para as ideias formuladas pelo Movimento. Assim contribui para a consolidação do consenso neoliberal, tanto no campo das práticas quanto no campo da formulação e difusão de ideias.

Neste segundo capítulo procuramos demonstrar a trama que consubstancia o MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia, tendo em vista que através de suas articulações e diálogos com outras forças políticas, ele mesmo se estabelece como uma força política em que os projetos apresentados formam as diretrizes de ação pelas quais se organiza e atua politicamente disputando espaço no governo, na sociedade política.

Nessa direção, a ação política do MBC é orientada com ideias e objetivos para reformar o Estado, a partir de um grupo de interesses de frações das classes dominantes. Ao transcender os governos e atuar nas diferentes conjunturas, o MBC opera de forma orgânica e adensada, com mais de 20 anos de projetos formulados e implementados e ideias difundidas. Ademais, age com completa autonomia e interfere diretamente nas decisões da sociedade política para a reforma do Estado.

Podemos, então, inferir que o encadeamento dos projetos e as mudanças estratégicas de acordo com as alterações nos âmbitos político e econômico constroem a intencionalidade do MBC enquanto um aparelho hegemônico. Em vista disso, observamos uma correspondência entre os projetos do MBC e as mudanças políticas e econômicas no decorrer do período analisado.

Durante os dois primeiros governos Lula, observa-se que os projetos se formavam em uma linha de maior cooperação com o governo, com projetos direcionados para reformas em segmentos específicos do Estado, em que se nota uma pressão sem confronto direto, visto que haviam barreiras, mesmo que limitadas, para a implementação de uma abrangente alteração do papel do Estado. Vale ressaltar também que este período foi marcado por uma forte cooperação entre o segmento industrial brasileiro e o governo para a internacionalização das empresas brasileiras, que ampliaram sua base de atuação e expandiram seu capital para diversos países da América Latina.

No entanto, a partir de 2014 com o processo de crise formado no primeiro governo Dilma, destacamos o desenvolvimento da reflexão estratégica por parte do MBC com o objetivo de solidificar a formulação de uma proposta mais abrangente e completa para a reforma do Estado. No ano seguinte, em 2015, com a Presidente Dilma já eleita, o processo de crise no consenso dominante persiste e ganha força e é nesse contexto que o MBC apresenta o documento “Pacto pela Reforma do Estado” com um projeto completo de reformas demandadas por seus membros, em articulação com 19 governadores. Por isso, nesse período observamos uma guinada do MBC para um confronto direto com o governo, com a defesa incisiva de seu projeto político. Nesta direção, com o golpe parlamentar que alça Michel Temer para a Presidência da República, as escassas barreiras que impediam uma implementação abrangente dos projetos do MBC são removidas, tornando o espaço político mais aberto para a atuação política do MBC.

Por conseguinte, inferimos que o projeto do MBC que tem por objetivo a reforma e redefinição do papel do Estado, são resultados efetivos da sua atuação enquanto um aparelho privado de hegemonia. Por meio da sua organização, formulações, articulações políticas e parcerias diretas com a administração pública, efetivou um maior direcionamento estratégico do Estado para os interesses particulares da fração de classe dominante que representa, ao mesmo tempo que consolidou diretrizes e práticas empresariais na administração pública, contribuindo para que a lógica das relações neste âmbito estejam cada vez mais afinadas com a lógica do mercado.

Desse modo, a atuação do MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia pode ser compreendida com base em sua organicidade, que parte da sociedade civil organizada e tem incidência direta na sociedade política, na alteração do papel do Estado.

Por esta razão, o Movimento abarca não só a difusão, mas a concretização, ao menos parcial, de uma visão de mundo em que o Estado e, particularmente, a administração pública se assemelham cada vez mais a uma empresa privada, a partir da racionalidade típica desta última.

No capítulo três, realizaremos a análise das matérias de capa da “Revista Brasil +”, publicadas pelo MBC a partir de 2016. Com base nas ideias formuladas e difundidas através das publicações do Movimento, examinaremos como estas formulações contribuem para um processo de transformação, com o aprofundamento do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que difunde uma visão de mundo, voltada para a defesa do crescimento econômico liberalizante, acumulação de capital e concentração de renda. Ou seja, sustentam uma maior intensificação e

abrangência da ideologia neoliberal, já que o exercício da hegemonia implica uma relação pedagógica, de educação do consenso em uma determinada direção.

3. DIFUSÃO DA VISÃO DE MUNDO EMPRESARIAL: AS PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASIL +

A concepção gramsciana de hegemonia remete a fundamentos substantivos que excedem a dimensão simbólica. Para compreender a possibilidade de produção do consenso, é preciso situar os pontos de ancoragem dos elementos culturais nos processos de produção material da sociedade.

(Jorge Luis Acanda)

Neste capítulo, inicialmente, apresentaremos uma breve contextualização que objetiva demonstrar o avanço das reformas neoliberais nos governos Temer e Bolsonaro a partir da ruptura política causada pelo golpe parlamentar que alçou o vice-presidente Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à presidência da república. Consideramos para análise que a implementação das medidas previstas no documento “Ponte para o Futuro” e a posterior eleição de Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL) consolidam uma nova correlação de forças muito mais favorável aos interesses do capital, com a predominância de ultraliberais e ultraconservadores no cenário político, concomitante a enormes perdas para as anteriores conquistas políticas de direitos pelas classes trabalhadoras e subalternizadas.

Na segunda parte do capítulo analisaremos as matérias de capa da “Revista Brasil +”, da primeira à nona edição, publicadas entre 2016 e 2020, com o objetivo de compreender como se concretiza a produção e difusão de ideias e visões de mundo por parte do MBC, enquanto aparelho privado de hegemonia. Sendo elas:

- I. Caminhos para a Eficiência – 1ª edição;
- II. Janela para o Futuro – 2ª edição;
- III. Cidades em Movimento – 3ª edição;
- IV. O Futuro Chegou – 4ª edição;
- V. Os Pilares da Sustentabilidade – 5ª edição;

- VI. 10 Desafios – 6ª edição;
- VII. Custo Brasil – 7ª edição;
- VIII. Novos Tempos – 8ª edição e
- IX. Foco na Governança – 9ª edição.

3.1 De Temer a Bolsonaro: o Processo de Crise e a Hegemonia Realizada

Conforme abordamos no capítulo anterior, as disputas em curso já no primeiro Governo Dilma (2011-2014) apontavam para uma rearticulação e um novo alinhamento entre as frações da classe dominante para a defesa de um programa conjunto. Tais disputas se acirraram logo após o resultado das eleições que reelegeram Dilma Rousseff (PT), em segundo turno, em outubro de 2014, com o questionamento do resultado das eleições por parte da chapa adversária encabeçada por Aécio Neves (PSDB) e seus apoiadores, que entraram com pedido da recontagem dos votos e geraram uma grande desconfiança sobre a legitimidade do resultado das eleições, porém sem provas que sustentassem a suspeita.

Segundo Flávia Biroli (2016, s.p.), os empresários não viam o Governo Dilma como politicamente capaz nem com vontade política para promover os amplos ajustes estruturais requeridos por este grupo, no contexto de retração econômica a nível mundial, que visavam retirar direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores com o objetivo de redução do chamado custo do trabalho. Este último, denominado pelos empregadores para menção às obrigações trabalhistas referentes ao recolhimento de impostos, fundos e taxas indenizatórias.

O processo que segue com a apresentação das “pedaladas fiscais” como subterfúgio para sustentar o golpe parlamentar em curso em prol da deposição da Presidenta Dilma, que se concretizou em 31 de agosto de 2016, representa o rompimento das regras do jogo por parte dos grupos de oposição com “a possibilidade de determinarem ainda mais diretamente a política econômica, sem a intermediação das urnas e sem o comprometimento tímido e instável do governo com sua agenda” (BIROLI, 2016, s.p.).

A partir desta data, o então vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu a presidência da república como resultado da articulação que efetivou o golpe e iniciou o processo de implementação das contrarreformas já previstas no documento “Ponte para o Futuro” lançado em 2015, fora do período eleitoral, pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo MDB com propostas que caracterizavam um plano de governo diferente daquele legitimado nas eleições que elegeram Dilma como presidenta e Temer como vice.

Com texto publicado ainda em 2016, antes da concretização do golpe, Luiz Bernardo Pericás (2016) apontava o caminho das pretensões definidas a partir deste documento. O objetivo central era a redefinição do papel do Estado, com uma série de privatizações, o aumento da participação da iniciativa privada, a flexibilização do mercado de trabalho e a ampliação da concorrência internacional. Em contrapartida, o autor também destaca que a agenda mais progressista não vinha sendo implementada pelo governo Dilma, que caminhava para uma direção de políticas regressivas.²³ No entanto, com o governo Temer todas estas tendências seriam intensificadas, com o predomínio dos grupos conservadores e reacionários do Congresso.

Ao refletir sobre este período, especificamente sobre a segunda década do século XXI, Meire Mathias e Rodolfo Sanches (2020) apontam para as dinâmicas centrais que conformam a ascensão dos ultraliberais e ultraconservadores no plano político e cultural brasileiro e que acompanham tendências em nível mundial. Identificam a formação desta nova conjuntura a partir de “uma dada alteração nas bases do consenso dominante ou, então, uma intensificação de elementos definidos no âmbito das correlações de força, interna e externa, intra e entre classes” (MATHIAS; SANCHES, 2020, p. 139).

Neste cenário, especialmente no período que tem vigência os governos Temer e Bolsonaro, as reformas estruturais neoliberais alcançam uma nova dimensão e concretude, ao se tornarem mais intensas e abrangentes. De acordo com Mathias e Sanches (2020), há uma tríade que forma o núcleo central destas reformas, sendo elas: a Reforma Administrativa do Estado, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência. Os autores explicam ainda que nestas três reformas:

[...] está contido todo o pacote de privatizações das estatais, “controle” dos gastos públicos, flexibilização das relações trabalhistas com foco na desarticulação das entidades sindicais, perda de direitos conquistados e a abertura de um excelente campo de atuação para o capital financeiro através da privatização da previdência (MATHIAS; SANCHES, 2020, p. 144).

Como consequências desse processo ocorreram, durante o governo Temer, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55, PEC do Teto de Gastos que congela os gastos públicos por vinte anos e a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 que em nível de

²³ Como diz Pericás: “A escolha de Joaquim Levy e Kátia Abreu (entre outros) para ministérios importantes, a assinatura da “lei antiterrorismo”, o aumento da concentração de terras no campo, o avanço do agronegócio, as alianças espúrias, a financeirização da economia, a despolitização dos debates políticos e uma agenda fiscal lastimável são alguns traços desta administração” (PERICÁS, 2016, s.p.).

discurso prometia a modernização das relações de trabalho e mais empregos, todavia as consequências foram a continuidade do nível de desemprego e o aumento das vagas informais de trabalho.

No que tange ao governo Bolsonaro (2019-2022), cabe destacar não somente a continuidade do processo iniciado no período de governo de Temer (2016-2018), sobretudo houve significativo avanço de reformas que alteraram a definição do campo da institucionalidade estatal, visto os efeitos político-institucionais e econômicos, a partir de 2019.

3.2 As Revistas “Brasil +” em Foco

Após apresentarmos brevemente o cenário político e econômico que configura o período desde o início da publicação das revistas “Brasil +” em 2016 até 2020, que constitui o recorte temporal definido para a análise destas publicações, avançaremos para a apresentação e análise das matérias de capa da “Revista Brasil +”.

A “Revista Brasil +” possui periodicidade semestral de publicação, é distribuída para associados e parceiros em todo o Brasil e disponibilizada na íntegra de forma *online* no *site* do MBC. Ainda, vale dizer que o público-alvo, além de associados e parceiros, é formado por lideranças empresariais, governo federal, governos estaduais, governos municipais e formadores de opinião. No que tange ao projeto editorial e execução da revista, identificamos que são realizados pela agência de conteúdo “República”, com sede em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Desse modo, os jornalistas que assinam as matérias de capa da revista são ou estiveram vinculados a esta agência.

O primeiro objetivo desta seção é apresentar a análise do conteúdo das matérias de capa da revista Brasil +, a partir da delimitação de conceitos-chave relacionados aos valores que norteiam o movimento como as noções de público e privado, técnica e tecnologia, neutralidade e ideologias para compreender como ocorre a comunicação do movimento para construir o consenso em torno de suas propostas. Ademais, o segundo objetivo é entender como se concretiza a produção e difusão de ideias e visões de mundo por parte do MBC, enquanto aparelho privado de hegemonia, e como se relacionam, de forma mais geral, à construção do consenso neoliberal.

I. Caminhos para a Eficiência – 1ª edição

A primeira edição da Revista Brasil + foi publicada em julho de 2016. A matéria de capa foi escrita por Robson Pandolfi e Emanuel Neves e apresenta o título “Aliança por um Brasil melhor”, com o seguinte lide: “Lançado em setembro de 2015, o Pacto pela Reforma do Estado mobiliza diversos setores da sociedade em uma corrida pela eficiência da estrutura administrativa do Brasil. O trabalho passa pela mudança de paradigma na gestão pública. Desequilibrados, de um lado, pelo peso da máquina pública e, de outro, pela insuficiência na geração de receitas, os estados têm um papel central na iniciativa. Capitaneada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), a coalizão já reúne 19 governadores e está aberta a novas parcerias.” A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 1 - Capa da 1ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 1, 1ª edição, 06/2016.

II. Janela para o Futuro – 2ª edição

A segunda edição da Revista Brasil + foi publicada em novembro de 2016. A matéria de capa foi escrita por Emanuel Neves e Ricardo Lacerda e apresenta o título “Indicadores para o futuro”, com o seguinte lide: “Elaborado pela consultoria Macroplan, o estudo Desafios da Gestão Estadual 2016 apresenta um mapa das rotas de desenvolvimento percorridas pelos 26 estados brasileiros e pelo Distrito Federal entre 2004 e 2014. Ao identificar uma mescla de largas passadas em determinadas áreas e retrocessos evidentes em outras, o estudo revela um Brasil que melhorou em linhas gerais, mas que ainda tem pela frente uma série de obstáculos a superar. E, como mostram as experiências exitosas de alguns estados, o caminho para enfrentar esses desafios é só um: o da eficiência administrativa”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 2 - Capa da 2ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 1, 2ª edição, 11/2016.

III. Cidades em Movimento – 3ª edição

A terceira edição da Revista Brasil + foi publicada em junho de 2017. A matéria de capa foi escrita por Andreas Müller e Márcia Schuler e apresenta o título “A era do pragmatismo”, com o seguinte lide: “Diante do arrocho das finanças públicas e de uma população cada vez mais exigente, os novos prefeitos se veem obrigados a apostar em um estilo de gestão marcado pela austeridade fiscal e pela busca de soluções criativas”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 3 - Capa da 3ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 2, 3ª edição, 06/2017.

Nas primeiras três edições²⁴ são apresentadas as noções de que o Estado é ineficiente, custoso, invasivo, intervencionista e que é preciso passar por uma mudança de paradigma para ter um Estado indutor do desenvolvimento, “não mínimo, mas estratégico”, em que a concorrência seja um estímulo para a qualidade. Como solução para tornar o Estado eficiente, o argumento principal entoado pelo MBC manifesta que é preciso fazer uma remodelação administrativa com práticas do segmento corporativo. “Fazer mais com menos”. Nessas três matérias, defende-se a ideia de que as maiores despesas estão no funcionalismo público e no custeio da máquina pública. Assim, o Pacto pela Reforma do Estado é criado como proposta para “modernizar” serviços públicos, com inovação organizacional e tecnológica e digitalização dos serviços públicos. Para isso, seria preciso eliminar gastos desnecessários, com infraestrutura e pessoal, enxugar a máquina pública com a reforma administrativa e usar tecnologia e inovação para “retomar crescimento”.

Nesse sentido, João Dória é apresentado como exemplo de gestor não político e o eleitor visto como um cliente. A terceira edição traz ainda o exemplo de Londrina como responsável pelo Primeiro Processo Seletivo Profissional para posição de alta liderança na gestão pública para o cargo de Secretário(a) Municipal da Educação. Aqui, temos um trecho na íntegra da visão e do papel de técnica apresentada na revista do MBC: “É claro que somos todos seres políticos, mas quando você entra em uma secretaria por **critérios** estritamente técnicos, pode trabalhar por esse viés, tomando decisões por meio da técnica e da teoria da educação, avalia Maria Tereza” (MBC, 3ª edição, 2017, p. 47, grifo nosso).

Para interpretar e analisar esse conjunto de formulações e, especialmente, este último apontamento, recorreremos a um autor da Escola de Frankfurt, da Teoria Crítica. Theodor Adorno em seu texto “O conceito de esclarecimento”, em que encontramos uma visão crítica a respeito dessa noção de técnica. A crítica de Adorno é fecunda ao questionar as bases que sustentam o pensamento moderno, como o pensamento que deixou de pensar a si mesmo e que não se coloca reflexões e questionamentos sobre outras formas de compreender a realidade. A interpretação do mundo e o destino da sociedade já estão definidos de antemão, então, basta o domínio e a expansão da técnica para a adaptação a essa realidade. Vejamos a citação a seguir:

²⁴ Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 1, 1ª edição, 06/2016. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-1-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 1, 2ª edição, 11/2016. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-2-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 2, 3ª edição, 06/2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-3-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

A insossa sabedoria para a qual não há nada de novo sob o sol, porque todas as cartas do jogo sem-sentido já teriam sido jogadas, porque todos grandes pensamentos já teriam sido pensados, porque as descobertas possíveis poderiam ser projectadas de antemão, e os homens estariam forçados a assegurar a autoconservação pela adaptação – essa insossa sabedoria reproduz tão-somente a sabedoria fantástica que ela rejeita: a ratificação do destino que, pela retribuição, reproduz sem cessar o que já era. O que seria diferente é igualado. Esse é o veredicto que estabelece criticamente os limites da experiência possível. (ADORNO, 2016, p. 9)

Nessa direção, conseguimos entender como a técnica é apresentada pelo MBC com forma autônoma e legítima e as decisões políticas são desqualificadas como ideológicas e corrompidas. Assim, basta dizer que uma escolha foi feita com base em critérios técnicos para que seja legitimada. Mas, é possível separar o conhecimento técnico das visões de mundo? Das diferentes perspectivas sobre o que é a sociedade e como organizá-la? Mesmo que um profissional seja qualificado tecnicamente, ainda assim ele possui um conjunto de concepções sobre a vida, a sociedade, a política, o Estado e essas concepções formam sua visão e posicionamento no mundo, guiam as suas decisões profissionais. Não é possível eliminá-las escondendo-se por trás de uma pretensão exclusivamente técnica. Recorremos novamente a Adorno:

Sob a forma das máquinas, porém, a ratio alienada move-se em direção a uma sociedade que reconcilia o pensamento solidificado, enquanto aparelhagem material e aparelhagem intelectual, com o ser vivo liberado e o relaciona com a própria sociedade como seu sujeito real. A origem particular do pensamento e sua perspectiva universal foram sempre inseparáveis. Hoje, com a metamorfose que transformou o mundo em indústria, a perspectiva do universal, a realização social do pensamento, abriu-se tão amplamente que, por causa dela, o pensamento é negado pelos próprios dominadores como mera ideologia. (ADORNO, 2016, p. 20)

Assim, todo pensamento que tenta questionar a supremacia da técnica é desqualificado como ideológico, no sentido que esse conceito adquiriu como falsa consciência, como conjunto de saberes ligados a interesses particulares e políticos enquanto a técnica com sua objetividade e neutralidade serviria a todos indistintamente. Isso só é possível pela autonomização do pensamento técnico considerado como sendo supostamente independente das visões de mundo das pessoas e grupos.

Mas, assim que olhamos de maneira mais detida para o contexto em que se insere esse discurso, como as propostas apresentadas pelo MBC nessas três edições da revista, notamos como ele está articulado e inserido dentro de uma agenda repleta de propostas políticas e específicas de um grupo, notadamente de empresários, sobre como organizar o Estado e a sociedade, ou seja, a técnica não é neutra, ela está a serviço de um projeto político definido e estruturado que pretende apresentar-se com neutralidade, como a única forma de atuação possível, pois estaria fundamentada em conhecimento técnico.

Ainda nessa reflexão, especialmente, no que se refere ao exemplo de um “gestor não político” e o eleitor visto como um cliente, aspectos que fazem parte da proposta de levar o modelo de gestão empresarial para o Estado, trazemos a contribuição de Donna Haraway em seu texto “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. De acordo com Donna Haraway:

As dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão. A situação real das mulheres é definida por sua integração/ exploração em um sistema mundial de produção/reprodução e comunicação que se pode chamar de “informática da dominação” (HARAWAY, 2009, p. 63).

Aqui, temos três questões importantes trazidas por Haraway para interpretarmos o conteúdo dessas matérias de capa. Primeiro, a diluição das fronteiras entre as dicotomias apresentadas e que guiam uma forma ainda hegemônica de ver o mundo, mas chamamos a atenção, principalmente, para as noções de público e privado bem como organismo e máquina. Essa reflexão é importante, pois direciona nosso olhar para observamos que essas mudanças, que borram essas fronteiras, já estão em curso e têm sido realizadas com a contribuição fundamental da ciência e tecnologia. Nos cabe compreender, assim como nos alerta Adorno, que o caminho de encontro dessas fronteiras não tem apenas uma direção, como nos é apresentado comumente, mas estão em disputa.

Segundo, a utilização de “ideologicamente” aqui não tem o sentido de falsa consciência, de uma visão corrompida, mas sim das disputas políticas em torno das formas como essas fronteiras são desmontadas e remontadas. Terceiro, a noção de “informática da dominação” para entender como ciência e tecnologia alinhadas e ao serviço dos sistemas de produção/reprodução capitalista cumprem papel fundamental em termos de estruturação e difusão da dominação.

Conforme apontamos ao longo dos dois capítulos anteriores, a atuação do MBC enquanto aparelho privado de hegemonia se consolida nesta direção, ao desenvolver e implementar projetos com parcerias contínuas e numerosas entre os setores privado e público, em que o conteúdo dessas parcerias e projetos visam alterar, de forma estratégica, o papel do Estado para que este se torne mais direcionado aos interesses do capital e ao fazer isso altera as próprias relações entre Estado e sociedade.

Ao partirmos da compreensão de Gramsci de que sociedade civil e sociedade política são apenas distinções metodológicas e não orgânicas e que por esta razão formam o Estado

Integral, entendemos o MBC enquanto aparelho privado de hegemonia, imbuído de gestar e disseminar ideias, projetos e visões de mundo que incidem sobre a sociedade política e para atingir o objetivo mais amplo de alterar o papel do Estado de forma estratégica para atender aos interesses do capital, traz no bojo de seu projeto uma mudança no interior do próprio Estado, em que a lógica das empresas privadas bem como seus valores como competitividade, gestão por desempenho e redução de custos passam a estar cada vez mais presentes no funcionamento da administração pública e dos serviços públicos.

Ou seja, a incidência da sociedade civil na sociedade política, através deste aparelho hegemônico disputa politicamente e implementa projetos que aprofundam e ampliam uma lógica empresarial para o Estado. Deste modo, como diz Haraway, essas fronteiras que antes demarcavam de forma mais nítida uma separação ideológica entre público e privado estão em questionamento, se tornam mais fluídas e, conseqüentemente, mais complexas de serem enfrentadas, já que a atual correlação de forças tem garantido a permeabilidade entre estas noções de forma a aprofundar um domínio das forças que caminham para um maior direcionamento estratégico do Estado para os interesses do capital e não para alternativas que possibilitem a sua superação a partir do questionamento dessas fronteiras.

Neste sentido, para entendermos como ciência e tecnologia participam da estruturação desse processo, cabe destacarmos a presença das empresas de tecnologia como *Amazon*, *Airbnb*, *99*, *Microsoft*, *Google* e *Meta (facebook)* enquanto associadas e mantenedoras do MBC nos últimos anos. São empresas de capital estrangeiro que, não por coincidência, oferecem “soluções” plataformizadas e privadas para serviços e direitos até então estabelecidos como públicos através das conquistas históricas das lutas dos trabalhadores.

Como exemplo, podemos citar *Airbnb* e *99* que transformam bens como casas e carros, e conseqüentemente o direito à moradia e ao transporte, em capital que pode gerar rendimentos a pequenos ou grandes proprietários ao fornecerem serviços de aluguel e mobilidade para todos aqueles que não tem acesso a estes direitos, diante do cenário de crescente desigualdade. Também não podemos deixar de destacar, conforme apontamos no capítulo um, a tendência do capital é de concentração e centralização da riqueza, ao passo que uma vez estabelecido o domínio dessa lógica de acumulação para estes novos âmbitos, a tendência é que tanto o capital quanto os rendimentos se concentrem cada vez mais entre os grandes proprietários em detrimento dos pequenos.

IV. O Futuro Chegou – 4ª edição

A quarta edição da Revista Brasil + foi publicada em novembro de 2017. A matéria de capa foi escrita por Emanuel Neves e Ricardo Lacerda e apresenta o título “Revolução digital”, com o seguinte lide: “Com a transformação das tecnologias da informação e comunicação, o mundo agora é outro – repleto de novas oportunidades. Trabalhar, produzir, governar, viver: a influência da internet e das ferramentas que surgem a cada dia torna tudo mais rápido, integrado e instantâneo”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 4 - Capa da 4ª edição da Revista Brasil+

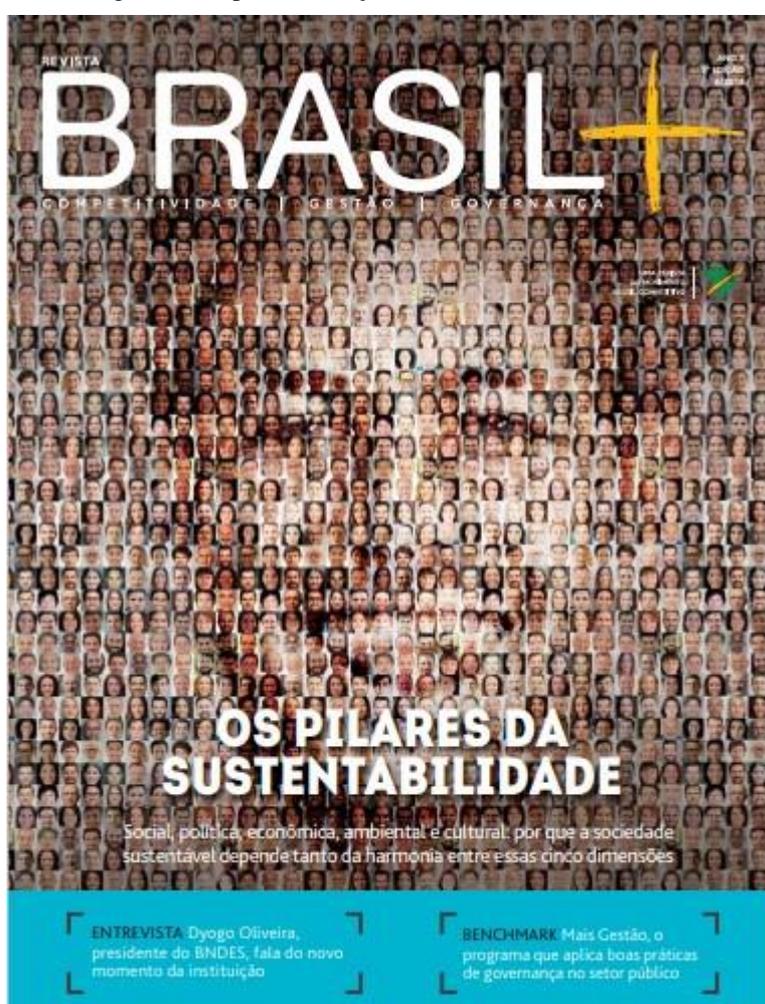


Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 2, 4ª edição, 11/2017.

V. Os Pilares da Sustentabilidade – 5ª edição

A quinta edição da Revista Brasil + foi publicada em junho de 2018. A matéria de capa novamente escrita por Emanuel Neves e Ricardo Lacerda e apresenta o título “O motor do equilíbrio”, com o seguinte lide: “Surgido dos debates ambientais, o conceito de sustentabilidade ganhou abrangência e desponta como o propósito de uma ordem global. Entenda como o Brasil vem se alinhando a esse parâmetro na busca por uma realidade mais justa e igualitária.”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 5 - Capa da 5ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 3, 5ª edição, 06/2018.

VI. 10 Desafios – 6ª edição

A sexta edição da Revista Brasil + foi publicada em março de 2019. A matéria de capa foi escrita exclusivamente por Ricardo Lacerda e apresenta o título “Dez pautas inadiáveis”, com o seguinte lide: “As lideranças que assumiram em janeiro têm pela frente o desafio de desatar a série de nós que estrangulam as contas públicas e travam o crescimento do Brasil. Entenda as reformas mais urgentes e conheça os caminhos possíveis para que elas sejam viabilizadas.”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 6 - Capa da 6ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 3, 6ª edição, 03/2019.

Nas edições quatro, cinco e seis²⁵, temos o tema da Revolução digital, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e as mudanças nas estruturas econômicas e organizacionais advindas desse processo. Apresentam-nos o termo “disrupção” como uma síntese do conceito de destruição criativa do economista austríaco Joseph Schumpeter. Além disso, na visão do MBC, a Economia digital cada vez mais dita as relações de mercado e o desenho da sociedade, em que os dados são vistos como matérias-primas e a informação é entendida como um grande insumo.

Desse modo, voltamos a Adorno para pensar como os rumos da tecnologia e da ciência no interior do sistema econômico capitalista são apresentados como inevitáveis em seu destino de aprimorar o capitalismo a partir de destruições que geram novas criações sempre seguindo a mesma lógica de adaptação ao sistema estabelecido, que possuem como base sustentadora a crença nos dados e o quanto isso nos aprisiona dentro da lógica desse pensamento, não nos permitindo imaginar outras perspectivas de conhecimento.

O mítico respeito científico dos povos pelo dado, que eles no entanto estão continuamente a criar, acaba por se tornar ele próprio um facto positivo, a fortaleza diante da qual a imaginação revolucionária se envergonha de si mesma como utopismo e degenera numa confiança dócil na tendência objetiva da história. Enquanto órgão de semelhante adaptação, enquanto mera construção de meios, o esclarecimento é tão destrutivo como o acusam seus inimigos românticos. Ele só se reencontrará consigo mesmo quando renunciar ao último acordo com esses inimigos e tiver a ousadia de superar o falso absoluto que é o princípio da dominação cega (ADORNO, 2016, p. 22).

Temos também, nessas três revistas, a apresentação de noções como *big data*, inteligência artificial e *machine learning*, em que ganha destaque o exemplo da *GoodAI*, uma escola para robôs, com narrativas fictícias nos sistemas de robôs para instruí-los sobre valores éticos e no âmbito industrial, o exemplo de fábricas inteligentes que começam a ser geridas por robôs. Diante desse cenário, observamos como mais uma vez o pensamento é coisificado com fins instrumentais, em que as próprias funções de gerência passam a ser automatizadas. Num trecho traduzido da página inicial do *site* da *GoodAI*, há o seguinte propósito: “A *GoodAI*

²⁵ Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, online, ano 2, 4ª edição, 11/2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-4-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, online, ano 3, 5ª edição, 06/2018. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-5-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, online, ano 3, 6ª edição, 03/2019. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-6-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Research visa construir uma inteligência artificial geral que automatize processos cognitivos em ciência, tecnologia, negócios e outros campos.” (*GoodAI online*)²⁶

Assim, o pensamento é de tal modo reificado a ponto de ser substituído pela máquina que ele produziu, sem espaço para um questionamento desse próprio pensamento. Nas palavras de Adorno:

O pensar reifica-se num processo automático e autónomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo. O esclarecimento pôs de lado a exigência clássica de pensar o pensamento – a filosofia de Fichte é o seu desdobramento radical – porque ela desviaria do imperativo de comandar a práxis, que o próprio Fichte no entanto queria obedecer. O procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento. Apesar da autolimitação axiomática, ele se instaura como necessário e objectivo: ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina. Mas, com essa mimese, na qual o pensamento se iguala ao mundo, o factual tornou-se agora a tal ponto a única referência, que até mesmo a negação de Deus sucumbe ao juízo sobre a metafísica. Para o positivismo que assumiu a magistratura da razão esclarecida, extravar em mundos inteligíveis é não apenas proibido, mas é tido como um palavreado sem sentido. Ele não precisa – para sorte sua – ser ateu, porque o pensamento coisificado não pode sequer colocar a questão (ADORNO, 2016, p. 14-15).

Ainda sobre a automatização de processos cognitivos nas mais diversas áreas, vale lembrar a seguinte crítica de Adorno:

Multiplicando o poder pela mediação do mercado, a economia burguesa também multiplicou seus objectos e suas forças a tal ponto que para sua administração não só não precisa mais dos reis como também dos burgueses: agora ela só precisa de todos. Eles aprendem com o poder das coisas a, afinal, dispensar o poder (ADORNO, 2016, p. 22).

Trazendo Donna Haraway mais uma vez para o debate, temos uma dimensão do impacto dessas mudanças nas formas de organização da vida:

[...] existe uma realidade mundana, em grande parte econômica, que sustenta minha afirmação de que essas ciências e essas tecnologias indicam, para nós, transformações fundamentais na estrutura do mundo. As tecnologias da comunicação dependem da eletrônica. Os estados modernos, as corporações multinacionais, o poder militar, os aparatos do estado de bem-estar, os sistemas de satélite, os processos políticos, a fabricação de nossas imaginações, os sistemas de controle do trabalho, as construções médicas de nossos corpos, a pornografia comercial, a divisão internacional do trabalho e o evangelismo religioso dependem, estreitamente, da eletrônica. A microeletrônica é a base técnica dos simulacros, isto é, de cópias sem originais (HARAWAY, 2009, p. 66).

²⁶ Tradução literal do texto presente na página inicial da GoodAI. Disponível em: <https://www.goodai.com/>. Acesso em 16 jan. 2022.

Nessas três edições, a defesa de um Governo digital é apresentada também com o objetivo de redução de custos, com a substituição da mão de obra humana por máquinas e a adaptação do modelo de emprego e do ensino às novas tecnologias. Outras iniciativas tecnológicas apresentadas são a plataforma de cidadania digital, inteligência urbana e *smart cities*, com destaque para a noção de que a “mudança política constante, devido aos ciclos eleitorais curtos” (MBC, 4ª edição, 2017, p. 39) são um dos entraves para *smart cities*. Nessa direção, o MBC em conjunto com o setor produtivo, em uma parceria com mais de 25 empresas, lançou em 2016 a Coalizão Brasil Digital. Vale destaque também ao exemplo sobre o governo da Estônia, apresentado como um governo digital desenhado por engenheiros, com foco no *design* e na habilidade de projetar serviços ao usuário.

Aqui é importante considerar que todas essas transformações são apresentadas nas revistas como inevitáveis para um projeto de sociedade e que possuem apenas uma direção, a direção do progresso, já que são concebidas como neutras e oriundas da técnica. Assim, não há preocupação central em como os diferentes segmentos que compõem a sociedade serão ou não incluídas nesse projeto. Partindo de uma sociedade estruturada desigualmente, em que as pessoas e grupos partem de diferentes posições relativas a poder econômico, político, social e educacional, não considerar essas diferenças através de um pensamento abstrato e universal, contido em uma lógica matemática ritualística, significa perpetuar essa desigualdade, sem coloca-la em questão, disso decorre a dominação cega proveniente do progresso positivista. De acordo com Adorno:

A fantasia atrofia-se. A desgraça não está em que os indivíduos tenham se atrasado relativamente à sociedade ou à sua produção material. Quando o desenvolvimento da máquina já se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação – de tal sorte que as tendências técnica e social, entrelaçadas desde sempre, convergem no apoderamento total dos homens – os atrasados não representam meramente a inverdade. Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exactamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão (ADORNO, 2016, p. 19).

Como exemplo desse tipo de pensamento, temos citadas em uma das três edições essas duas falas significativas de uma lógica empresarial levada diretamente para o âmbito político e a defesa de uma perspectiva econômica liberal. Vejamos a seguir: "Precisamos pensar o país como uma *startup*, orienta Liam Maxwell, conselheiro de tecnologia do governo do Reino Unido” (MBC, 4ª edição, 2017, p. 37). Enquanto Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial diz ser necessário “garantir a livre concorrência no campo da inovação, sem derivar para políticas protecionistas” (MBC, 4ª edição, 2017, p. 42). Para analisar essas

proposições, especialmente sobre pensar o país todo como uma empresa, mas não qualquer empresa, uma *startup*, ou seja, com base tecnológica, inovações e em condições de extremo risco e incerteza, recuperamos Donna Haraway:

As novas tecnologias parecem estar profundamente envolvidas naquelas formas de “privatização” analisadas por Ros Petchesky (1981), nas quais se combinam, de forma sinérgica, o processo de militarização, as ideologias e as políticas públicas sobre questões de família, desenvolvidas pela direita, e as **redefinições das concepções de propriedade (empresarial e estatal), a qual passa a ser vista como exclusivamente privada**. As novas tecnologias de comunicação são fundamentais para a erradicação da “vida pública” de todas as pessoas. Isso facilita o florescimento de uma instituição militar high-tech permanente, com prejuízos culturais e econômicos para a maioria das pessoas, mas especialmente para as mulheres” (HARAWAY, 2009, p. 73, grifo nosso).

Deste modo, destacamos a difusão de ideias realizada pelo MBC a partir dessas publicações na defesa e disseminação de uma lógica empresarial para o Estado bem como o papel das tecnologias e das empresas de tecnologia neste processo em disputa acerca das redefinições do papel do Estado e das formas de organização da vida e da sociedade.

VII. Custo Brasil – 7ª edição

A sétima edição da Revista Brasil + foi publicada em agosto de 2019. A matéria de capa foi escrita por Ricardo Lacerda e Emanuel Neves e apresenta o título “Menos custo, mais Brasil”, com o seguinte lide: “Complexidade tributária, gargalos logísticos, insegurança jurídica e burocracia em excesso estão entre os principais ingredientes de uma receita cada vez mais prejudicial ao setor produtivo nacional. Aos poucos, no entanto, os problemas que formam o Custo Brasil dão sinais de que podem ser enfrentados”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 7 - Capa da 7ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 4, 7ª edição, 08/2019.

VIII. Novos Tempos – 8ª edição

A oitava edição da Revista Brasil + foi publicada em junho de 2020. A matéria de capa foi escrita por Ricardo Lacerda e apresenta o título “Tendências aceleradas”, com o seguinte lide: “A pandemia de coronavírus vem antecipando transformações que levariam anos, talvez décadas, para acontecer. São mudanças comportamentais e tecnológicas que permeiam o dia a dia da sociedade. Entenda como será o novo normal em áreas como trabalho, negócios, consumo, saúde e educação”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 8 - Capa da 8ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 5, 8ª edição, 06/2020.

IX. Foco na Governança – 9ª edição

A nona edição da Revista Brasil + foi publicada em dezembro de 2020. A matéria de capa foi escrita por Grazieli Binkowski e Ricardo Lacerda e apresenta o título “A hora da governança”, com o seguinte lide: “A crise do coronavírus escancarou a ausência completa de vínculo entre dezenas de milhões de brasileiros e o Estado. Mais do que nunca, é preciso ideias, vontade política e iniciativas efetivas para transformar a gestão pública e recolocar o Brasil na rota do crescimento”. A seguir, a imagem de capa dessa edição:

Figura 9 - Capa da 9ª edição da Revista Brasil+



Fonte: Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 5, 9ª edição, 12/2020.

Nas edições sete, oito e nove²⁷, temos a apresentação do tema “Custo Brasil”, visto pelo MBC como um conjunto de problemas que travam o “desenvolvimento nacional”: carga tributária confusa e pesada, infraestrutura logística falha com dependência do transporte rodoviário, burocracia, insegurança jurídica, baixos investimentos em educação, valor da energia, custo do crédito e corrupção. Deste modo, argumentam que as soluções para esses problemas deveriam passar pela realização de uma Reforma Tributária para agrupar impostos e, não por acaso, a Reforma Trabalhista de 2017 é vista como extremamente positiva, além de ampliação do uso de tecnologias pelo governo com adoção de certificações digitais e portais

²⁷ Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 4, 7ª edição, 08/2019. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-7-edi-o-tjioijcbdc.html>> Acesso em jun. 2021.
Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 5, 8ª edição, 06/2020. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-8-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.
Movimento Brasil Competitivo (MBC). Revista Brasil+, *online*, ano 5, 9ª edição, 12/2020. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-9-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

que simplificam cadastros de novos negócios. Essas “soluções” representariam um alento aos empresários, uma janela de oportunidade para reorganizar a matriz de impostos, melhorar a infraestrutura logística, “modernizar” o arcabouço legal e qualificar a mão de obra. Portanto, defendem de forma contundente a reforma trabalhista, da previdência e tributária. Apresentam propostas para a Indústria 4.0, como criar ambiente com infraestrutura digital de qualidade já que com a pandemia, a transformação tecnológica foi impulsionada pelo isolamento social. A partir desse momento ocorre também a massificação de soluções como *big data*, inteligência artificial e robótica e abre-se o espaço para uma Sociedade Superinteligente (5.0), a partir de uma evolução através das redes de quinta geração de internet móvel e da imposição do digital, com a cultura das *lives*, das videochamadas, missas e cultos *online*. Nesse período, o Governo Federal acelerou a digitalização de serviços, que segundo o MBC, contribuiu para a eliminação de papel e burocracia, fim de locação e manutenção de estruturas. Além disso, são defensores também da Reforma Administrativa, para bonificar apenas os “melhores” funcionários, como forma de “motivar” as equipes.

Em continuidade, defendem a cópia de práticas da iniciativa privada que trazem “maior produtividade” para o setor público e dizem ser defensores de um projeto de desenvolvimento que independa de quem esteja no poder, com um embate de ideias em que prevaleça uma “visão de nação” e não de governos, ideologias ou de grupos e seus interesses. No entanto, falam do objetivo de aprovar uma agenda e que para isso é preciso fazer uso do capital político, algo que é aparentemente contraditório com as próprias ideias apresentadas acima. Porém, é politicamente estratégico, orientado para interesses do capital privado, particularmente o empresariado organizado no MBC.

Para finalizar, analisamos um trecho da matéria de capa da quinta edição da revista, que resume bem o propósito defendido ao longo de todas as edições. A citação apresenta o texto dos autores da matéria de capa e um pequeno trecho de autoria de Fernando Schüler, cientista político e professor no Insper²⁸:

A sustentabilidade, nesse sentido, pode representar uma bandeira capaz de transportar os debates a um **nível acima dos embates ideológicos**. "Haverá um crescente espaço na democracia para **líderes que tenham capacidade de gerar consensos**", ressalta Schüler. O caráter abrangente e o propósito igualitário posicionam o conceito como uma **pauta suprapartidária**. A introdução do debate, porém, começa pela

²⁸ O Insper é uma instituição de ensino e pesquisa sem fins lucrativos. Oferece cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* e educação executiva. O nome Insper não é uma sigla e, segundo informações disponíveis no site da instituição, remete a “inspirar” e “pertencer” que seriam pilares da instituição. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/quem-somos/>. Acesso em 24 de maio de 2023.

disseminação dos preceitos em âmbito cultural. (MBC, 5ª edição, 2018, p. 46, grifo nosso)

Temos aqui a definição de uma estratégia em torno da ideia de “sustentabilidade” como uma pauta capaz de gerar o consenso entre diferentes grupos políticos e alcançar o consenso da sociedade de uma forma geral, com a “disseminação dos preceitos em âmbito cultural”. Dessa maneira, ao compreendermos a conexão fundamental entre sociedade política e sociedade civil que formam o Estado, “hegemonia encouraçada de coerção”, entendemos que a construção do consenso em torno de um determinado papel para o Estado começa a ser elaborado fora da sociedade política, nos centros de elaboração e difusão de concepções de mundo, nos aparelhos hegemônicos, até alcançar o âmbito da regulamentação através de legislação e coerção. Assim, é um projeto político com fins conscientes, atuante no Estado integral e apenas aparenta ser independente e espontâneo de uma realidade econômica que, por sua vez, também aparenta ser autônoma, sem conexões com os demais âmbitos da vida social e política (GRAMSCI, 2007, p. 47).

Desse modo, evidencia-se a recuperação que Gramsci faz da importância vital da política, das ideologias em constante disputa e a formação da consciência das pessoas, para a nossa realidade social:

Por se ter esquecido de que a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas sim de caráter orgânico gnosiológico, criou-se a forma mentis de considerar a política e, portanto, a história como um contínuo *marché de dupes*, um jogo de ilusionismo e de prestidigitação. A atividade “crítica” reduziu-se a revelar truques, a provocar escândalos, a especular sobre o salário dos homens representativos (GRAMSCI, 2007, p. 52).

Com base nessa reflexão, observamos como a argumentação do MBC é carregada de conteúdo ideológico, já que apresenta suas propostas em acordo com uma concepção de mundo específica, embora tente nos convencer de que é neutro, técnico, está acima das ideologias e defende o interesse geral, da “nação”. As propostas do Movimento não são apenas pautas imediatas e pragmáticas, elas formam uma visão de mundo na qual Estado, sociedade civil, ciência, tecnologia, técnica, inovação e modernização têm significados específicos. Assim, esses significados são acionados nas publicações para alcançar o convencimento do leitor, a favor não só daquelas propostas, mas também da visão de mundo apresentada.

Nesse sentido, a passagem a seguir nos mostra que a generalização dos interesses particulares dos grupos dominantes para os grupos sociais subordinados corresponde ao momento de conquista da hegemonia, de uma dominação integral não só no âmbito político e

econômico, mas também intelectual e moral. Uma ideologia se torna hegemônica quando consegue ser irradiada para a sociedade como um todo, pois conquistou o convencimento e o consentimento para apresentar-se como interesse geral (GRAMSCI, 2007).

Vale ressaltar que os papéis desempenhados pela ciência, tecnologia, técnica e o próprio Estado estão em disputa por diferentes grupos políticos e sociais, não há um único caminho inevitável a ser percorrido através do avanço do “progresso”, da “modernização” e do “desenvolvimento”. A disputa política é parte fundamental desse jogo, de tal modo que aqueles que dominam querem ocultá-la sob o manto da “neutralidade técnica”. Precisamos estar conscientes dessa disputa e tomar parte nela para definir e defender o projeto de sociedade que queremos. Para Donna Haraway:

De uma certa perspectiva, um mundo de ciborgues significa a imposição final de uma grade de controle sobre o planeta; significa a abstração final corporificada no apocalipse da Guerra nas Estrelas – uma guerra travada em nome da defesa; significa a apropriação final dos corpos das mulheres numa orgia guerreira masculinista (Sofia, 1984). De uma outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias. A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimigáveis a partir do outro ponto de vista (HARAWAY, 2009, p. 46).

Destacamos, em tempo, outro trecho do ensaio de Donna Haraway que além de nos mostrar outra forma de pensamento, diferente e oposta ao pensamento reificado e técnico, nos alerta para os perigos de uma crítica radical e infecunda, com base numa visão anticiência e uma recusa da tecnologia e nos convida a nos pensarmos como ciborgues, em diferentes e fluidas relações com máquinas, seres humanos e não humanos.

A imagem do ciborgue pode ajudar a expressar dois argumentos cruciais deste ensaio. Em primeiro lugar, a produção de uma teoria universal, totalizante, é um grande equívoco, que deixa de apreender – provavelmente sempre, mas certamente agora – a maior parte da realidade. Em segundo lugar, assumir a responsabilidade pelas relações sociais da ciência e da tecnologia significa recusar uma metafísica anticiência, uma demonologia da tecnologia e, assim, abraçar a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes. Não se trata apenas da ideia de que a ciência e a tecnologia são possíveis meios de grande satisfação humana, bem como uma matriz de complexas dominações. A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas. Trata-se do sonho não de uma linguagem comum, mas de uma poderosa e herética heteroglossia. Trata-se da imaginação de uma feminista falando em línguas[glossolalia] para incutir medo nos circuitos dos supersalvadores da direita. Significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais. Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusam (HARAWAY, 2009, p. 98-99).

Com base nestas reflexões, nos é colocada em evidência a complexidade das disputas políticas que enfrentamos no momento atual de avanço da hegemonia neoliberal para todos os âmbitos de nossas vidas, em que não é possível recorrer a saídas simplistas que ignorem o papel da ciência e da tecnologia para a sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que nos permite vislumbrar alternativas que devem considerar as parcialidades, incertezas e instabilidades presentes como forma de questionar e recusar o tecno-utopismo, apropriado pelas frações de classe hegemônicas, sob a égide do capital financeiro e defendidas pelo MBC, como forma única de organização social possível.

Isto posto, cabe ainda destacarmos os embates pelo poder e as hegemonias em disputa. De acordo com Fabio Frosini (2017), Gramsci desvela a trama privada do Estado, na qual os aparelhos hegemônicos são organizações voluntárias da sociedade civil ao mesmo tempo em que se estabelecem como local de exercício do poder do Estado. Precisamente por se organizarem de forma voluntária, são capazes de produzir ordem e consenso. Por esta razão, representam uma forma de educação e organização propiciada pela iniciativa privada da classe dirigente, não por meios administrativos, mas no próprio terreno da esfera da vida privada, da sociedade, que não pode deixar de expressar antagonismos diversos.

Continua Frosini (2017), é na mediação entre essa pluralidade conflituosa e a ordem que, para Gramsci, se encontra a pedra angular que sustenta o poder do Estado, visto que é no terreno dessa conflituosidade expressa na sociedade civil que se desenrolam as disputas pela produção e estabelecimento do consenso. A partir da combinação e condicionamento recíproco entre a função pedagógica dos aparelhos privados de hegemonia e a tendência expansiva da classe dominante se configura o processo pelo qual uma classe pretende assimilar toda a sociedade e, por isso, se dispõe a educá-la. Tendo em vista que o exercício da hegemonia pressupõe a colaboração ativa das classes subordinadas e se concretiza ao combinar força e consenso.

Para melhor entendimento sobre o conceito de hegemonia, Jorge Luis Acanda (2017) enuncia que esta não pode ser compreendida apenas como um campo discursivo de produção de novas mentalidades por parte da classe dominante, pois as ideias dominantes estão ancoradas nos processos materiais de produção e reprodução das condições de existência. Ou seja, a produção do consenso só pode ser compreendida se situarmos a conexão das dimensões cultural e simbólica com os próprios processos de produção material da sociedade, já que estes expressam as relações de poder social. Nesse sentido, a realização da hegemonia se concretiza

através do exercício da direção política de uma classe social articulada em um bloco histórico sobre um conjunto social complexo.

Com base neste entendimento, o MBC corresponde à classe social dominante, representa diretamente frações desta classe e enquanto aparelho privado de hegemonia atua a partir de um modo de ser específico da produção econômica e cultural, altera o consentimento e convence sobre novas formas de predomínio da economia capitalista. Por isso, a hegemonia deve ser compreendida como algo genuíno, dotada de conteúdo específico em que a hegemonia dominante alimenta novas visões de mundo.

Nesta direção, ao pensarmos na correspondência temática entre as publicações da Revista Brasil + e os projetos desenvolvidos pelo MBC entre 2016 e 2020, observamos a articulação dos projetos e disseminação de ideias diante do momento regressivo político e econômico do país, tendo em vista que a partir de 2016 o projeto neoliberal se intensifica um grau a mais na escala de regressão política e econômica. As revistas, então, refletem as concepções postas em prática pelos projetos.

O exercício da hegemonia, por conseguinte, se realiza a partir da reprodução interna das classes sociais, aprofundando o processo de subalternização. Por esta razão podemos dizer que entre 2016 e 2020, com os projetos implementados pelo MBC ocorre a reafirmação de um poder político regressivo. A partir das diferenças expressas entre os períodos políticos no intervalo de tempo analisado, com ênfase para a crise estabelecida no interior da classe dominante, começam a se delinear novos contornos políticos desde a deposição da Presidenta Dilma, pelo governo Temer e segue até a eleição de Bolsonaro. Neste processo, o MBC contribui ativamente, a partir de suas pautas próprias que coincidem em grande parte com os interesses do capital externo diante da internacionalização da economia, na disputa pela direção política em torno de um projeto político e econômico nacional regressivo, voltado para o direcionamento estratégico do Estado para o capital, em detrimento de um Estado social e democrático.

Neste sentido, podemos inferir que 2016, com o contexto da elaboração e implementação das contrarreformas previstas no documento “Ponte Para o Futuro” e o processo de digitalização da economia, corresponde a um ponto de inflexão para a dinâmica econômica e política contemporânea, no qual o MBC sai da posição de conciliação e cooperação com os governos anteriores e parte para uma posição ofensiva. Neste cenário, o PT deixa de ser visto como um possível operador político e perde espaço para os grupos conservadores. Não por coincidência, em 2016 teve início a publicação da Revista Brasil + como meio de ampliar a difusão das ideias empresariais.

Tendo em vista as ideias da Teoria Política Clássica, a partir de John Locke e Thomas Hobbes, a justificativa para a necessidade do Estado surge da busca pela resolução dos conflitos existentes no estado de natureza. Desse modo, por meio do contrato social, os indivíduos alienam sua liberdade natural em troca da segurança garantida pelo Estado. Nos compete, então, recordar que a consolidação do Estado moderno acontece concomitantemente ao processo de estabelecimento do capitalismo e, que neste contexto, o liberalismo econômico se constitui como um horizonte sempre desejável pela burguesia. À luz dessa reflexão, inferimos que os acontecimentos apresentados no parágrafo anterior, que remetem ao ano de 2016, representam não só um ponto de virada histórica, mas a intensificação do neoliberalismo e a mudança do papel do Estado trazem à cena a continuidade da busca incessante da classe burguesa pelo liberalismo econômico, a partir dos interesses da sociedade civil organizada através dos aparelhos privados de hegemonia.

Nos cabe destacar também a persistência da temática do chamado Custo Brasil, que vêm desde os anos 1990 como pauta dos empresários industriais, perpassa todos os projetos do MBC e aparece novamente, com grande relevo, em 2019 na matéria de capa da Revista Brasil +. O Custo Brasil engloba todos os custos para a produção e circulação de mercadorias produzidas no Brasil, em comparação com os custos de produção mundial, em contexto de internacionalização da economia. Por esta razão, a reforma tributária, previdenciária, trabalhista e administrativa são pensadas com este objetivo, de redução dos custos da produção para o favorecimento dos ganhos de capitais privados no mercado interno e externo, em oposição aos interesses dos subalternizados. É nesse sentido que o papel do Estado defendido pelo MBC nos projetos e nas revistas é apresentado como Estado indutor, ou seja, um Estado estratégico voltado para o capital²⁹.

Por fim, é necessário dizer que a elaboração e a publicação da Revista Brasil + faz parte do projeto do MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia com o objetivo de produzir e difundir ideias e visões de mundo, especialmente entre seus pares, empresários de diversos

²⁹ Nesse sentido, cabe retomarmos os apontamentos de Gramsci, no Caderno 13 dos Cadernos do Cárcere, a respeito das relações internacionais e das relações sociais fundamentais. De acordo com o autor, as relações internacionais seguem (e não precedem) às relações sociais fundamentais, tendo em vista que as mudanças no plano estrutural (mundo da produção) alteram as relações no âmbito internacional. É precisamente, neste conjunto de relações, que, a partir das mudanças organizativas implementadas pelo capitalismo nos anos 1990, na forma de reestruturação produtiva mundializada, seguem as novas exigências do plano internacional, sendo o Custo Brasil uma forma de expressão da busca pela adequação interna, nos planos econômico e político, do país a esta reestruturação produtiva e reprodutiva do capitalismo neoliberal. Neste contexto, Gramsci também ressalta as consequências deste tipo de relação, em que a subordinação da vida econômica imediata de uma nação às relações internacionais é uma situação explorada por partidos que se dizem nacionalistas, mas que representam a manutenção da subordinação econômica às nações hegemônicas.

setores para inferir sobre o papel e a orientação do Estado no sentido de corroborar com a construção e manutenção do consenso neoliberal. Nesse sentido, tanto a realização dos projetos analisados no capítulo dois quanto a publicação das revistas aqui analisadas constituem a realização de uma agenda política, em que as formulações de ideias orientam e guiam a atuação prática do MBC ao mesmo tempo em que produzem o consenso e o convencimento entre seus pares, construindo e garantindo a coesão do grupo a partir e em favor da visão de mundo que corresponde e conforma a hegemonia dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou investigar o papel do Estado na perspectiva do MBC, para tal objetivo analisamos as transformações políticas e econômicas da década de 1990 e como se relacionam diretamente com a criação do Movimento. A implementação das reformas neoliberais neste período representou uma nova forma de subordinação do país ao capital internacional, com um novo patamar de vulnerabilidade marcado pelo agravamento da dependência financeira e da reestruturação das relações de trabalho no sentido de continua precarização. Diante disso, inferimos que a maior presença do capital internacional na atividade produtiva nacional intensificou o grau de dependência externa e reconstituiu sobre novos patamares o sentido da histórica dependência e subordinação do país ao capital externo presentes desde a colonização.

Este novo contexto, de liberalização econômica e comercial, colocou os empresários industriais brasileiros diante de uma competição internacional acirrada, em que o MBC surge como uma das diversas formas de organização política empresarial, que adota como estratégica política, diante da dominância do capital financeiro internacional, seguir as novas regras do jogo, defendidas e disseminadas pelos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. A implementação da dita agenda da competitividade, traz em seu bojo a diretriz política de uma série de reformas com o objetivo de alterar o papel do Estado, definido por esta concepção como um Estado “indutor do desenvolvimento”, que estrategicamente corresponde, a um Estado não voltado para o social, mas completamente para o capital.

Nesta direção, no que se refere à hipótese de construção do MBC como um aparelho privado de hegemonia, obtivemos como resultado a partir da análise da sua organização que o Movimento se estrutura interna e politicamente através de um Conselho Superior, composto por líderes empresariais e do governo, nos diferentes períodos políticos desde 2001, e atua concretamente na formulação de políticas direcionadas ao que é entendido como o aumento da competitividade da economia, isto é, políticas que visam efetuar reformas no Estado para destituí-lo de todas as suas atribuições sociais e direcioná-lo estrategicamente para os interesses dos segmentos empresariais que representa, como a reforma administrativa, da previdência e tributária. Além disso, quando comparamos os membros associados ao MBC em 2006 e 2022, identificamos a presença incisiva das grandes empresas estrangeiras de tecnologia em 2022, representando a forte presença do capital externo e internacional, em acordo com o projeto político defendido pelo MBC.

De forma geral, ao longo desta dissertação, buscamos demonstrar a trama que materializa o MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia, já que por meio de suas articulações e diálogos com outras forças políticas, ele mesmo se estabelece como uma força política em que os projetos apresentados formam as diretrizes de ação pelas quais se organiza e atua politicamente disputando espaço no governo, na sociedade política. Desse modo, a atuação política do MBC é direcionada por formulações de ideias e projetos que objetivam a reforma do Estado, elaboradas a partir de um grupo de interesses de frações das classes dominantes. Por meio da sua atuação contínua, nas diferentes conjunturas e diferentes governos, o MBC age de forma orgânica e adensada, com completa autonomia e interfere diretamente nas decisões da sociedade política para a reforma do Estado.

É neste sentido que podemos depreender que o encadeamento dos projetos e a adoção de diferentes estratégias em conformidade com as mudanças nos âmbitos político e econômico constroem a intencionalidade do MBC enquanto um aparelho hegemônico. Por esta razão, a atuação do MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia pode ser compreendida com base em sua organicidade, que parte da sociedade civil organizada e tem incidência direta na sociedade política.

Tendo em vista que o MBC corresponde à classe social dominante e representa diretamente frações desta classe, cabe dizer que atua a partir de um modo de ser próprio da produção econômica e cultural. Portanto, a observação da correspondência temática entre as publicações da Revista Brasil + e os projetos desenvolvidos pelo MBC entre 2016 e 2020, demonstra a articulação dos projetos e disseminação de ideias diante do momento regressivo político e econômico do país, uma vez que a partir de 2016 o projeto neoliberal se intensifica um grau a mais na escala de regressão política e econômica brasileira. As revistas, então, refletem as concepções postas em prática pelos projetos e contribuem para a alteração do consentimento e do convencimento sobre as novas formas de predomínio da economia capitalista.

Vale ainda dizer que a elaboração e a publicação da Revista Brasil + fazem parte do projeto do MBC enquanto um aparelho privado de hegemonia com o objetivo de produzir e difundir ideias e visões de mundo, especialmente entre seus pares, empresários de diversos setores para inferir sobre o papel e a orientação do Estado no sentido de corroborar com a construção e manutenção do consenso neoliberal. Tanto a realização dos projetos quanto a publicação das revistas representam a realização de uma agenda política, em que as formulações de ideias orientam e guiam a atuação prática do MBC ao mesmo tempo em que produzem o

consenso e o convencimento entre seus pares, construindo e garantindo a coesão do grupo a partir e em favor da visão de mundo que corresponde e conforma a hegemonia dominante.

Por fim, o MBC abrange não só a difusão, mas a concretização, ao menos parcial, de uma visão de mundo em que o Estado e, particularmente, a administração pública se assemelham cada vez mais a uma empresa privada, a partir da racionalidade típica desta última. Como afirmamos, os projetos defendidos pelo MBC caminham para a reorganização do papel do Estado para adequá-lo aos interesses do empresariado industrial brasileiro alinhados com os interesses do capital internacional. Assim, contribui para a consolidação do consenso neoliberal, tanto no campo das práticas quanto no campo da formulação e difusão de ideias.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. As Raízes Estruturais da Hegemonia. In: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 127-136.

ADORNO, Theodor e Horkheimer, Max. “O conceito de esclarecimento”. In: **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. (p. 5-22).

BATISTA, Francieli Martins. **Crise do capital e reordenamento político-econômico: o fim de Bretton Woods e o esgotamento do “milagre” brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, p. 145. 2018.

BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 28, jun. 2007. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/12860>>. Acesso em: 16 maio 2022.

BIROLI, Flávia. **A crise, a deposição de Dilma Rousseff e a fragilidade da democracia**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/15/a-crise-a-deposicao-de-dilma-rousseff-e-a-fragilidade-da-democracia/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Pequena história da reforma gerencial**, 2009. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.23.Pequena_hist%C3%B3ria_reforma_gerencial_1955.pdf. Acesso em 03 abr. 2022.

BRITO, Cássius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de. **Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)**. Maringá, 2017. Dissertação (mestrado – Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil**. – Marília, 2011. 303 f. Tese (doutorado – Ciências sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990**. - 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DINIZ, Eli; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? - 2007**. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.EMPRES%C3%A1RIOS%20ELI%20DINIZ%20BRESSER%20PEREIRA.9Outubro07.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

FERNANDES, Waldir Algarte. **O movimento da qualidade no Brasil**. Brasília: Essential Idea Publishing, 2011. p.161. Disponível em:

<http://bom.org.br:8080/jspui/bitstream/2050011876/200/1/Livro%20da%20Qualidade%20-%20O%20movimento%20da%20Qualidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 03 abr. 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FRISCHTAK, Claudio R. Política industrial ativa em um mundo global. *In*: CASTRO, Antonio Barros de. [et al.]. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 265-277.

FROSINI, Fabio. Espaço e Poder à Luz da Teoria da Hegemonia. *In*: ROIO, Marcos del (org.). **Gramsci: Periferia e Subalternidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 137-161.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 **Cadernos do cárcere, volume 2** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere, volume 3** / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 3• ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. *In*: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 5. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HUFBAUER, Gary Clyde. Regime de comércio e investimento na primeira década do século XXI. *In*: CASTRO, Antonio Barros de. [et al.]. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 305-319.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. A empresa brasileira na economia global. *In*: CASTRO, Antonio Barros de. [et al.]. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 191-196.

LAFER, Celso. Agenda do desenvolvimento. *In*: CASTRO, Antonio Barros de. [et al.]. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 320-331.

LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. (Verbetes). *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937).** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017a. [recurso eletrônico]

LIGUORI, Guido. Estado. (Verbetes). In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017b. [recurso eletrônico]

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 334. 2013.

MATHIAS, Meire. **Sob o prisma dos interesses: a política externa brasileira e a Confederação Nacional da Indústria** / Meire Mathias. - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

MATHIAS, Meire; SANCHES, Rodolfo. Brasil, Chile e as Reformas Neoliberais: o consenso em questão. **Revista Despierta**, Curitiba, v. 08, n. 07, p. 139-150, jul. 2020. Jul.-Dez. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1256/1158>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MOROZOV, Evgney. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PERES, Wilson. O ressurgimento das políticas de competitividade industrial. In: CASTRO, Antonio Barros de. [et al.]. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 278-304.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Ponte para o abismo**. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/27/ponte-para-o-abismo/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SANCHES, Rodolfo. **O capitalismo popular como reformulação neoliberal do senso comum**. 2021, 308 p. -- Marília, 2021. 308 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

SINGER, Andre Vitor. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. *Novos Estudos*, n. 102, p. 43-71, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

TAVARES, Anderson. Reforma de Estado no Brasil e a atuação da sociedade civil. **Revista História & Luta de Classes**, [S. I.], v. 26, p. 35-47, set. 2018. Semestral. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2019/03/ebbbd7f677fd33bf06ced2f4f4ddb4f6286a2926>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Fontes

Movimento Brasil Competitivo (MBC). Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Estatuto do Movimento Brasil Competitivo**, 2019. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Estatuto_MBC_2019.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Manifesto Brasil Digital**, 2016. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/06/manifesto_brasil_digital.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Pacto pela Reforma do Estado**, 2016. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Agenda_Pacto-pela-Reforma-do-Estado_v13.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2006**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2006_v14.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2007**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2007_final.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2008**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2008_miolo_06.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2009**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2009MBC.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2010**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/RelatorioAtividades2010_bx.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2011**. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-FINALbaixa-resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2013**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_mbc_2013_portugues_v11-FINAL.bx_.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2014**. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Anual-2014-final-web.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2015**. Disponível em: https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/06/relatorio_anual_2015_web.pdf. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2016**. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Anual-2016-final-web.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2017**. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-Anual-2017-web-p%C3%A1g-simples.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Relatório Anual de Atividades de 2019**. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Anual-2019.pdf>. Acesso em 4 abr. 2022.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 1, 1ª edição, 06/2016. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-1-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 1, 2ª edição, 11/2016. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-2-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 2, 3ª edição, 06/2017. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-3-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 2, 4ª edição, 11/2017. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-4-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 3, 5ª edição, 06/2018. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-5-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 3, 6ª edição, 03/2019. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-6-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 4, 7ª edição, 08/2019. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-7-edi-o-tjioijcbdc.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 5, 8ª edição, 06/2020. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-8-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.

Movimento Brasil Competitivo (MBC). **Revista Brasil+**, *online*, ano 5, 9ª edição, 12/2020. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/mbcompetitivo/revista-brasil-9-edi-o.html>> Acesso em jun. 2021.